



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 158

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE DEZEMBRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 158

16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02
Expediente:	
Requerimentos	03

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente	03
Discussão/Votação	
Redação Final	03
3ª Discussão	49
2ª Discussão	49
1ª Discussão	62
Requerimentos	65

Encerramento da Sessão65

DIÁRIO Nº 158

16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2008

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Chico Noroeste.

Presenças:

À zero hora e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu

Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53).

Ausente o Sr. Deputado Felipe Lucas (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passo a palavra ao Deputado Ney Leprevost.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Quero parabenizá-lo e parabenizar a Mesa Executiva, os funcionários da Casa, o Diretor Geral Abib Miguel, o 1º Secretário Alexandre Curi e o Deputado Durval Amaral, por este projeto da transparência que o senhor está elaborando com toda a sua equipe.

Mas, queria aproveitar e dar uma sugestão também: estou vendo que a TV SINAL, neste momento, está no ar. Quase uma hora da madrugada. E, pela primeira vez, depois da meia-noite, a TV da Assembléia Legislativa está no ar. Eu, como uma pessoa que costuma dormir tarde e assisto às Sessões do Senado Federal, muitas vezes até 3h, 3h30 da manhã, gostaria de sugerir que, no ano que vem, a TV SINAL reprise as Sessões durante a

madrugada, porque a audiência é muito grande. Três pessoas me ligaram, há pouco, falando que estão assistindo à Sessão. Acho que isso também ajuda na transparência, porque vai dar oportunidade para aqueles porteiros de prédio, guardiões, enfim, pessoas que trabalham à noite, também poderem assistir à TV SINAL.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Muito obrigado, vale a sugestão.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 4035

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os Projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) CARLOS SIMÕES

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 475/07, de autoria do Deputado Plauto Miró, que dispõe sobre tarifa reduzida de energia elétrica, empresas, no período noturno. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 475/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Aos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviço, urbanos ou rurais, que

ampliem suas atividades produtivas estendendo-se para o período noturno, será fornecida energia elétrica com tarifa reduzida em 30% (trinta por cento) sobre aquela vigente para estes consumidores no período diurno, respeitada a legislação federal vigente.

§ 1º A redução tarifária prevista no *caput* deste artigo não prevalecerá em caso de redução da atividade produtiva diurna dos consumidores beneficiados.

§ 2º Para os efeitos desta lei, entende-se por período noturno, aquele compreendido entre às 18h e às 7h e por período diurno aquele entre 7h e 18h.

Art. 2º A tarifa reduzida de que trata desta lei é aplicada em benefício de estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, urbanos ou rurais, localizados em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.

Art. 3º Para efeitos desta lei, período noturno corresponde ao compreendido entre as 23h e 6h do dia seguinte.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação.

Sala das Comissões, em 17/12/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 354/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 025/08, que dispõe sobre o zoneamento ambiental e diretrizes para uso e ocupação da Ilha do Mel. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 354/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I

Das Características e Princípios Institucionais
da Ilha do Mel

Art. 1º A Ilha do Mel, ilha costeira situada na baía de Paranaguá, município de Paranaguá bem da União, nos termos do inciso IV do artigo 20 da Constituição Federal, cedida ao estado do Paraná em 05/08/82, por meio de Contrato de Cessão, sob regime de aforamento, nos termos da Portaria do Ministério da Fazenda nº 160 de 15/04/82 constitui região de especial interesse ambiental e turístico do estado do Paraná.

Parágrafo Único. Os ocupantes e foreiros de áreas regularmente cedidas pela união e que não fizeram parte da cessão, sob regime de aforamento ao estado do Paraná, levada a efeito pela Portaria nº 160, de 15/04/82, do Secretário Geral do Ministério da Fazenda, deverão observar o disposto nesta lei, salvo naquilo que disser

respeito a normas sobre concessão de uso dos bens, previstas no Capítulo IX da presente lei.

Art. 2º A Ilha do Mel forma um ecossistema único e indivisível, compreendido por toda a sua extensão territorial, e nela aplica-se o princípio do desenvolvimento sustentável, entendido como aquele que atende às necessidades básicas do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas necessidades.

Parágrafo Único. Para todos os efeitos desta lei é considerado território da Ilha do Mel toda a sua porção de terra.

Art. 3º No âmbito da competência constitucional, atribuída ao estado do Paraná, definida no artigo 24, incisos VI e VII, da Constituição Federal, competirá, ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) exercer a polícia administrativa ambiental, em todo o território da Ilha do Mel, e a gestão das áreas cedidas pela união ao estado do Paraná, implementando as medidas de controle de acesso das pessoas e de fiscalização, no atendimento das disposições da presente lei e das demais normas de preservação, conservação e proteção ambiental.

§ 1º As competências atribuídas pela presente lei ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná, não afastam as atribuições conferidas pela Constituição Federal, Estadual e outros diplomas legais vigentes a outros entes públicos.

§ 2º As competências relativas à regulamentação e fiscalização de uso e ocupação do solo, também conferidas ao município de Paranaguá no território da Ilha do Mel, deverão ser exercidas de forma suplementar à presente lei, observando todos os seus preceitos, por decorrência do disposto nos artigos 24, incisos VI e VII; e 30, inciso II da Constituição Federal.

§ 3º O IAP - Instituto Ambiental do Paraná poderá, mediante autorização do Chefe do Poder Executivo estadual, firmar parceria pública com o município de Paranaguá para exercerem de forma integrada as competências que lhes são conferidas pela Constituição Federal.

Art. 4º O IAP - Instituto Ambiental do Paraná, desenvolverá sua ação administrativa de modo integrado às políticas e diretrizes gerais do Governo do Estado e integrado com todas entidades públicas envolvidas na gestão, além de interagir com a sociedade civil e organizada representativa das comunidades existentes na Ilha do Mel.

Parágrafo Único. Para exercer as competências que lhe são atribuídas pela presente lei, no território da Ilha do Mel, o Instituto Ambiental do Paraná - IAP deverá criar, por meio de portaria, estrutura administrativa específica, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de publicação do presente texto legal.

Capítulo II

Da Política, Planos e Ações de Preservação Ambiental e Sustentabilidade

Art. 5º A política de preservação e proteção ambiental, turística, histórica e cultural na Ilha do Mel deve ser executada de forma planejada, integrada, permanente e compatível com a presente lei, com o plano de sustentabilidade e outras leis e regulamentos estaduais e federais aplicáveis, visando ao atendimento dos objetivos de:

I - proteger o meio ambiente e preservar os ecossistemas de forma global e coordenada;

II. assegurar a eficácia da administração da Ilha do Mel, tendo como referência o ordenamento institucional auto-sustentado, promovendo a integração e a cooperação entre o Governo Federal, Estadual e com os municípios de Paranaguá e Pontal do Paraná;

III - compatibilizar a vocação conservacionista e de beleza paisagística da Ilha do Mel com as atividades antrópicas já estabelecidas em seu território;

IV - subordinar a localização e o desenvolvimento de atividades nas áreas onde a ocupação é permitida à fragilidade e importância dos compartimentos ambientais e culturais em que estão inseridos;

V - disciplinar e orientar a ocupação do solo quanto ao uso, distribuição da população, utilidade e desempenho de suas funções econômicas e sociais visando à manutenção do atual estado de ocupação humana e a integral preservação paisagística e do patrimônio ambiental e cultural da Ilha do Mel;

VI - assegurar o respeito aos limites das áreas onde a ocupação é permitida;

VII - promover o ordenamento físico-territorial das atividades fomentadoras do turismo responsável e comprometido com a sustentabilidade ambiental e sócio-cultural;

VIII - promover atividades econômicas sustentáveis nos períodos de baixa atividade turística, para a geração de trabalho e renda para a população residente;

IX - fomentar a implantação do saneamento ambiental nas áreas ocupadas, segundo ações integradas de coleta e tratamento de resíduos, efluentes e drenagem;

X - manter a população residente e flutuante de acordo com os parâmetros de capacidade de suporte da ilha, estabelecidos pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná, controlando e disciplinando o fluxo de visitantes;

XI - estabelecer política responsável de ocupação, visando coibir a especulação imobiliária considerando a propriedade pública da terra e a preponderância do seu valor primordial de uso;

XII - direcionar as ações de regulação territorial de forma a prevalecer o interesse público;

XIII - garantir o acesso da população à formulação, implementação e avaliação das políticas públicas;

XIV - desenvolver programas de educação ambiental entre residentes e visitantes;

XV - proporcionar a reintegração de posse ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP/União, dos imóveis cujo uso foi concedido a terceiros, no caso de descumprimento dos dispositivos desta lei e demais legislações ambientais aplicáveis;

XVI - desenvolver projeto de gerenciamento para as áreas de interesse turístico, submetendo-os, a prévia e expressa aprovação da união, quando abrangerem áreas não cedidas ao estado do Paraná sob regime de aforamento.

Art. 6º As ações de preservação e conservação do meio ambiente da Ilha do Mel, promovidas pelo Poder Público ou por entidades privadas, deverão estar integradas entre si, na forma prevista na presente lei e no plano de sustentabilidade, sendo supervisionadas pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná em permanente articulação com os órgãos municipais, estaduais e federais de proteção ambiental, histórica, natural e cultural, observadas as normas e diretrizes da legislação estadual e federal aplicável.

Capítulo III

Do Zoneamento Ambiental da Ilha do Mel

Art. 7º Fica instituído o zoneamento ambiental do uso do solo na Ilha do Mel, composto por nove zonas a seguir descritas e mapa constante no anexo desta lei:

I - AEE - Área da Estação Ecológica, abrangendo toda a planície norte da ilha até o limite das vilas de Nova Brasília e da Fortaleza, instituída pelo Decreto Estadual nº 5454, de 21/09/82, cujos objetivos estão definidos no artigo 9º da Lei Federal nº 9985, de 18/07/00.

II - APE - Área do Parque Estadual, que compreende a porção sul da ilha, entre os limites das vilas de Encantadas e Farol, correspondendo a uma área de 337,87ha, instituída pelo Decreto Estadual nº 5506, de 22/03/02, cujos objetivos estão definidos no artigo 11 da Lei Federal nº 9985, de 18/07/00.

III - AC - Área de Costa, compreende uma faixa que contorna a ilha desde a praia até 300m (trezentos metros) mar adentro; a área denominada Saco do Limoeiro e a área do istmo com a finalidade de:

a) proteger a paisagem tombada da Ilha do Mel;

b) proibir quaisquer construções, salvo, aquelas julgadas necessárias, as quais deverão ter licenciamento do Instituto Ambiental do Paraná, e autorização da união, e, quando couber dos demais órgãos envolvidos na gestão da Ilha do Mel;

b) proteger os ecossistemas ambientais subaquáticos.

IV. AOPT - Área de Ocupação de População Tradicional Local, correspondente a uma área de aproximadamente 1,6 hectares, situada na vila da Ponta Oeste, tendo como objetivos:

a) barrar o avanço da ocupação antrópica, proibindo quaisquer construções adicionais na região;

b) proibir qualquer tipo de ocupação e edificação que não tenha relação com os usos, costumes e tradições da população local;

c) preservar a fauna e a flora;

d) promover a manutenção da beleza cênica da ilha;

e) não reconhecimento de direito individual de uso.

V - AR - Área de Reversão, correspondente à área ocupada na Praia Grande, tendo como objetivos:

a) servir de área de transição para a unidade de conservação;

b) barrar o avanço da ocupação antrópica, proibindo qualquer nova concessão de uso, edificação ou ampliação na região;

c) proibir o parcelamento da área;

d) proibir novas ocupações e construções;

e) preservar a fauna e a flora;

f) manter a beleza cênica da ilha, em especial da integridade do conjunto com “mar de fora”;

g) o direito eventual de uso se extingue com a saída da ocupação, depois de decorridos 12 (doze) meses.

VI - ACA - Área de Controle Ambiental, que compreende as porções de terra que fazem divisa com as unidades de conservação (Estação Ecológica e Parque Estadual) as demais Áreas; as faixas de preservação permanente ao longo das margens dos rios nas respectivas vilas; a área assoreada na vila do Farol e o morro do Farol das Conchas, tendo por escopo:

a) proibir qualquer forma de construção na área;

b) permitir, apenas, a circulação de pedestres em locais delimitados por trilhas;

c) proibir o parcelamento da área;

d) preservar a fauna e a flora;

e) promover a manutenção da beleza cênica da ilha.

VII - AVL - Área de Vilas, abrangendo as áreas ocupadas de Fortaleza, Nova Brasília, Farol e Encantadas, numa extensão de 58,17 hectares, com o objetivo de:

a) permitir a ocupação da área de acordo com os parâmetros construtivos baseados em ecotecnologias e bioarquitetura, estabelecidos nesta lei de modo a preservar a qualidade ambiental e paisagística dessa região;

b) adotar e difundir o saneamento ambiental e energias alternativas;

c) a construção, edificação ou ocupação já existente, que não atende as normas da presente lei, será objeto de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC sob responsabilidade do IAP, visando adequação aos novos parâmetros construtivos de uso e ocupação do solo.

Parágrafo Único. Excetua-se construção, edificação e ocupação objeto de processo judicial.

d) assegurar a distribuição igualitária e suficiente da infra-estrutura.

e) proibir o parcelamento das áreas.

VIII - AV - Área Verde, que engloba todas as áreas de uso público localizadas em quaisquer das vilas da Ilha do Mel, tais como: largos, praças e todas as porções de terra que não configurem ocupações, do que estão excetu-

adas as trilhas, conforme apresentado no mapa de zoneamento, tendo por finalidade:

a) readequar as áreas verdes e espaços públicos, melhorando sua utilização pelos habitantes e visitantes da ilha;

b) assegurar usos compatíveis com a preservação e proteção ambiental;

c) recuperar áreas verdes degradadas, de importância paisagístico-ambiental;

d) disciplinar o uso das praças e largos para atividades culturais, esportivas, e outras, de interesse público e turístico, compatibilizando-as com destinação específica a esses espaços;

IX. AP - Área de Praia, faixa de areia de todas as praias da Ilha do Mel, cujos objetivos são:

a) assegurar o acesso de todos a estas áreas;

b) proibir a construção, permanente ou temporária, de qualquer forma de edificação, salvo aquelas de necessidade e/ou utilidade pública, com anuência do Instituto Ambiental do Paraná e autorização da união e quando couber, dos demais órgãos competentes da gestão da Ilha do Mel;

§ 1º A AEE - Área da Estação Ecológica e a APE - Área do Parque Estadual deverão ter Plano de Manejo específico, de acordo com a Lei Federal nº 9985, de 18/07/00, no prazo de 12 (doze) meses a partir da publicação desta lei.

§ 2º O caráter de área ou local de maior restrição estabelecido pelo Decreto nº 2722/84 será exercido de acordo com esta lei e demais legislações pertinentes.

Art. 8º Não será mais permitida qualquer modalidade de parcelamento do solo da Ilha do Mel nem mesmo o desmembramento ou divisão dos lotes existentes, salvo os casos de utilidade pública observando sempre o limite desta lei.

Capítulo IV

Da Realocação dos Moradores da Área de Reversão e Área de Ocupação de População Tradicional Local

Art. 9º O IAP deverá fiscalizar e zelar pela preservação da flora e fauna das unidades de conservação da Ilha do Mel incentivando a relocação dos ocupantes e proibindo qualquer nova ocupação na área de reversão e área de ocupação de população tradicional local.

Parágrafo Único. Os planos de manejo das unidades de conservação, referidas, deverão contemplar formas de proteção que envolva os atuais ocupantes em programas de educação ambiental e auxílio na fiscalização da manutenção e integridade das unidades.

Art. 10. Terão direito a relocação e à outorga de concessão de uso em outro terreno da Ilha do Mel os ocupantes que assim o desejarem:

I - Área de Ocupação de População Tradicional Local - AOPT, que constem do levantamento do IAP, realizado no ano de 1998;

II - Área de Reversão - AR, que constem do levantamento elaborada pela Secretaria de Estado da Cultura (SEEC) no ano de 2001.

Parágrafo Único. Os terrenos destinados a relocação de famílias terão a dimensão do lote mínimo estabelecida pela presente lei, independentemente da área ocupada nas áreas de reversão.

Art. 11. A SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, fica autorizada a regulamentar, por meio de resolução, incentivos ou restrições para a relocação voluntária dos ocupantes da Área de Reversão e Área de Ocupação de População Tradicional Local, como a isenção da taxa de concessão de uso na área relocada.

Parágrafo Único. Os incentivos referidos no *caput* deste artigo terão validade por 3 (três) anos, contados a partir da publicação desta lei.

Capítulo V

Da Proteção Estética, Paisagística e Histórica da Ilha do Mel

Art. 12. Para proteger a paisagem, os monumentos e locais dotados de particular beleza e fins turísticos, bem como obras e prédios de valor histórico ou artístico de interesse social, incumbe a SEMA, por meio de resolução conjunta com o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, Secretaria de Estado da Cultura - SEEC e Conselho de Desenvolvimento do Litoral - COLIT, adotarem medidas visando a:

I - preservar e recuperar os recantos naturais de beleza paisagística e finalidade turística, mantendo sempre a vegetação que caracteriza a flora natural da região;

II - proteger as áreas verdes existentes na Ilha do Mel; preservar a vegetação nativa e incentivar o reflorestamento de vegetação nativa;

III - preservar, em parceria com outros órgãos e entes federativos, quando for o caso, a Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres, o Farol das Conchas, o Farolete da Galheta, a Gruta das Encantadas e as áreas e logradouros públicos da Ilha do Mel que, pelo estilo ou caráter histórico, sejam tombados, assim como quaisquer outros que julgar convenientes ao embelezamento e estética da Ilha do Mel ou, ainda, relacionados com sua tradição histórica, folclórica e natural;

IV - fiscalizar o cumprimento de normas relativas à proteção da beleza paisagística da Ilha do Mel.

§ 1º O manejo da vegetação exótica não está submetido à presente lei, ficando a cargo do concessionário ou responsável.

§ 2º As medidas a serem adotadas por meio de Portaria, citada no *caput* deste artigo, quando envolverem a Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres, o

Farol das Conchas e o Farolete da Galheta, deverão, necessariamente, anteceder de autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Ministério da Defesa - Marinha do Brasil, Capitania dos Portos do Paraná e Secretaria de Estado da Cultura - SEEC, conforme suas competências e jurisdição.

Capítulo VI

Dos Parâmetros Construtivos

Seção I

Disposições Gerais

Art. 13. Os critérios definidos nesta lei e no plano de sustentabilidade para a ocupação de áreas e terrenos, que têm por objetivo estabelecer e regulamentar a edificação e o uso do solo, terão aplicabilidade em todas as áreas e terrenos existentes na Ilha do Mel, seja ele do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, da união ou terceiros, sob regime de aforamento, concessão de uso ou ocupação, regular ou não.

Art. 14. As obras realizadas na Ilha do Mel serão indentificadas como construção, reconstrução, reforma, ampliação e demolição, de iniciativa pública ou privada, podendo somente ser executadas após concessão de autorização ou licença ambiental pelo Instituto Ambiental do Paraná, e emissão de alvará pelo município de Paranaguá na forma prevista por esta lei e mediante responsabilização por profissional legalmente habilitado nos casos necessários e outros documentos legalmente exigíveis conforme cada caso.

Parágrafo Único. As obras em imóveis cadastrados na união deverão ter anuência da Gerência do Patrimônio da União no Estado do Paraná.

Art. 15. Os parâmetros referidos neste capítulo referem-se unicamente aos lotes localizados nas Áreas de Vila e ocupações permitidas.

Seção II

Taxa de ocupação e taxa de utilização

Art. 16. A taxa de ocupação, correspondente ao percentual máximo de área do terreno destinada para construções na planta baixa, será de 38% da área total dos terrenos, até o limite de 500m².

Art. 17. A taxa de utilização, que indica a relação entre a área sem vegetação e a área do lote, será no máximo 50%, de modo que o concessionário poderá, respeitada a vegetação nativa existente, utilizar metade da área do lote, mantendo o restante da área do lote com vegetação, na forma das disposições do plano de sustentabilidade.

Seção III

Altura das edificações

Art. 18. A altura máxima permitida das edificações será de 5,9m (cinco metros e noventa centímetros), medidos a partir de 50 cm (cinquenta centímetros) do nível médio do solo até a cumeeira.

§ 1º Será permitido o aproveitamento do ático, desde que seja respeitada a altura máxima e que o segundo pavimento ocupe, no máximo, uma área correspondente a 60% do primeiro pavimento.

§ 2º Não serão permitidas construções que possuam apenas a laje de cobertura.

Seção IV

Afastamentos

Art. 19. Os afastamentos mínimos das edificações, em relação à divisa do lotes, serão os seguintes:

I - nas edificações de beira-mar, 7,0m (sete metros) de afastamento frontal, 1,5m (um metro e meio) até a divisa entre lotes, na lateral e nos fundos.

II - nas demais edificações, 5,0m (cinco metros) de afastamento frontal, 3,0m (três metros) entre lote e trilha, 1,5m (um metro e meio) na divisa entre lotes e 3,0m (três metros) entre lote e divisa vegetada.

§ 1º Com exceção das edificações de beira mar, os concessionários de terrenos com área inferior a 500m² (quinhentos metros quadrados), devidamente aprovados e regularizados documentalmente pelo Instituto Ambiental do Paraná, bem como, os ocupantes ou foreiros, regularmente cadastrados junto a união, que não puderem respeitar os afastamentos estabelecidos, serão orientados a adotar um espaçamento mínimo proporcional de até 3,0m (três metros) de afastamento frontal e 1,5m (um metro e meio) de fundos e nas laterais.

§ 2º Nos afastamentos frontais e de fundos deverá, obrigatoriamente, ser mantidas a vegetação arbórea original, e os espaços sem cobertura vegetal deverão ser recuperados com espécies nativas, de acordo com as recomendações do plano de sustentabilidade.

Seção V

Dos materiais

Art. 20. Buscando a homogeneização da paisagem e a conservação do solo, somente será permitida a utilização de materiais naturais, a exemplo de madeira de reflorestamento, de painel composto de fibra vegetal, madeiras com certificação de origem, sendo também autorizado o uso de elementos vazados e materiais de elevada permeabilidade visual, desde que não prejudique a fauna.

§ 1º Nas áreas de cozinha, banheiro e lavanderia serão permitidos o uso de alvenaria de tijolos, desde que os rejeitos de material de construção não propiciem a degradação ambiental e/ou paisagística do local, sendo

também permitida a utilização de materiais pré-fabricados, com reduzida quantidade de sobras.

§ 2º Para proteger os materiais naturais das intempéries será permitida a construção de parede em alvenaria com até 0,80m (oitenta centímetros) de altura, contados a partir do nível do terreno.

§ 3º Os terrenos que possuírem deck deverão construí-lo de forma removível para a limpeza de resíduos.

Art. 21. Os resíduos sólidos de obras que não forem reutilizáveis deverão, obrigatoriamente, retornar ao continente e serão de responsabilidade de cada concessionário.

Seção VI

Das cercas e divisas

Art. 22. Os materiais a serem utilizados nas cercas dos lotes serão definidos no plano de sustentabilidade.

Art. 23. É proibida a utilização de muros de arrimo, sob pena de demolição, salvo em casos emergenciais e para prevenir situações de calamidade pública e que tenham acompanhamento do órgão estadual responsável pela gestão ambiental da Ilha do Mel.

Art. 24. As divisas situadas nos cruzamentos de tri-lhas (terrenos de esquina) serão projetadas de modo que os dois alinhamentos sejam concordados por um chanfro de, no mínimo, 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 25. Não será permitida, em hipótese nenhuma, a construção da edificação no alinhamento e divisas do terreno, sob pena de demolição.

Capítulo VII

Do Licenciamento para Execução de Obras

Art. 26. Dependirão obrigatoriamente de licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental concedidas pelo órgão estadual competente pela gestão ambiental, observada às normativas legais vigentes, a execução, na porção de terra da Ilha do Mel, as seguintes obras:

I - construção de novas edificações residenciais ou comerciais;

II - reformas e/ou ampliações que determinem acréscimo na área construída do imóvel ou que afetem os elementos construtivos e estruturais e interfiram na segurança, estabilidade e conforto das construções;

III - demolições que afetem os elementos construtivos e estruturais e interfiram na segurança, estabilidade e conforto das construções.

§ 1º Para a concessão do licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental visando execução de obras na

porção de terra da Ilha do Mel o Instituto Ambiental do Paraná - IAP deverá observar:

I - o atendimento de parâmetros estabelecidos para as zonas ambientais definidas pela presente lei;

II - a proteção estética;

III - a conservação ambiental, paisagística, monumental, histórica e cultural;

§ 2º A concessão de licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental pelo órgão estadual competente pelo licenciamento ambiental não exclui a necessidade de outras licenças ou anuências municipais, estaduais ou federais quando legalmente exigidas.

Art. 27. O licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental para execução de obras serão concedidas mediante requerimento dirigido ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, juntamente com o projeto arquitetônico a ser aprovado e demais documentos previstos em lei ou regulamento.

§ 1º O Instituto Ambiental do Paraná - IAP regulamentará, por meio de portaria, os procedimentos administrativos necessários a serem apresentados, visando à obtenção do licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental para execução de obras na Ilha do Mel.

§ 2º O prazo máximo para o Instituto Ambiental do Paraná - IAP responder ao requerimento de concessão de autorização/licenciamento ambiental para execução de obra é de 30 dias a partir da data de protocolo do projeto no órgão.

§ 3º A concessão do licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental para execução de obras em imóveis que apresentem área de preservação permanente será condicionada à celebração de Termo de Compromisso de Preservação, o qual determinará a responsabilidade civil, administrativa e penal do ocupante, em caso de descumprimento.

Art. 28. A autorização ambiental para execução de obras de construção terá prazo de validade igual a 1 (um) ano, podendo ser renovada pelo mesmo prazo e por uma única vez, mediante solicitação do interessado, desde que estejam concluídos os trabalhos de fundação e saneamento básico, de acordo com a regulamentação específica.

§ 1º Decorrido o prazo sem que estejam concluídos os trabalhos de fundação e saneamento básico, considerar-se-á automaticamente revogada a autorização ambiental.

§ 2º O Instituto Ambiental do Paraná - IAP poderá conceder a autorização ambiental para execução de obras por prazo superior ao estabelecido no *caput* deste artigo, considerando as características da obra a executar, desde que seja comprovada sua necessidade, por meio de cronogramas devidamente avaliados.

Art. 29. Sem o prévio consentimento do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, é vedada qualquer alteração no projeto arquitetônico apresentado para concessão do

licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental para execução de obra, especialmente dos elementos essenciais da construção, sob pena de embargo da obra e demolição dos elementos não-aprovados, além de outras penalidades previstas na legislação específica.

Parágrafo Único. A execução dos elementos alterados, em projetos já autorizados, somente poderá ser iniciada após concessão de novo licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental para execução de obras, na qual serão apreciados os elementos alterados.

Art. 30. O Instituto Ambiental do Paraná - IAP disponibilizará aos moradores todas as informações legais em relação às obras a serem realizadas.

Art. 31. Os prédios públicos e as obras públicas, tais como: escolas, postos de saúde, receptivos e outros, não estão sujeitas às restrições constantes desta lei, desde que justificada a sua plena necessidade e aprovadas pelos órgãos competentes.

Capítulo VIII

Da População e do Controle de Acesso de Pessoas à Ilha do Mel

Art. 32. Em razão dos valores ambientais e de paisagem da Ilha do Mel, das limitações de sua superfície e da disponibilidade dos serviços de infra-estrutura fica estabelecido o limite máximo de 5.000 (cinco mil) visitantes à ilha, para que todos possam permanecer em condições adequadas de segurança e conforto.

Parágrafo Único. O limite referido no *caput* deste artigo é aquele que atende satisfatória e simultaneamente a capacidade de suporte ambiental e complementarmente à disponibilidade de habitações, recursos hídricos, energéticos e abastecimento alimentar, podendo ser diminuído, temporariamente, por portaria do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, por motivo de força maior ou quando verificadas variações nas condições climáticas que possam comprometer a segurança e o bem-estar dos habitantes e/ou a preservação do meio ambiente.

Art. 33. O Instituto Ambiental do Paraná em conjunto com o município de Paranaguá, estabelecerá as regras sobre o tempo máximo de permanência na Ilha do Mel. Os mecanismos e procedimentos de controle de acesso dos visitantes à Ilha do Mel serão realizados por meio das operações de embarque e desembarque de pessoas nos terminais.

§ 1º O período previsto de permanência na Ilha do Mel, de visitantes e particulares prestadores de serviço, deve ser informado à fiscalização do Instituto Ambiental do Paraná - IAP no momento do desembarque com apresentação do comprovante de pagamento da taxa de permanência respectiva, bem como o local reservado para hospedagem.

§ 2º É facultado ao concessionário morador da Ilha do Mel hospedar visitantes mediante estada remunerada, desde que esteja cadastrado junto ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP e considerando o limite físico e infraestrutura da concessão, sob pena de cancelamento da concessão de uso.

Art. 34. A fixação de residência permanente, de qualquer pessoa, no território da ilha, dependerá de autorização e/ou concessão de uso, quando couber, do Instituto Ambiental do Paraná - IAP ou dos demais órgãos competentes na gestão da Ilha do Mel, observada as normas constantes da presente lei e demais regulamentos aplicáveis.

Capítulo IX

Da Concessão de Uso

Art. 35. O órgão estadual competente para regularização fundiária fica autorizado a outorgar concessão de uso, a particulares, de terrenos aforados ao estado do Paraná localizados nas Áreas de Vila nos termos do artigo 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28/02/67 e da legislação aplicável, para fins específicos de regularização fundiária ou outra utilização de interesse social.

§ 1º Entende-se por concessão de uso a outorga remunerada do direito de uso de imóveis na Ilha do Mel na forma do disposto na presente lei.

§ 2º A preferência na concessão de uso será assegurada, independente de licitação, aos que estavam em pleno exercício de posse contínua para fins veraneio ou moradia, ainda que combinado com outro uso comercial e/ou de prestação de serviços, e ainda:

I - tendo como referência o levantamento ocupacional/cadastral realizado pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, em 1998, com as anuências posteriores reconhecidas pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP;

II - tendo como referência o levantamento ocupacional/cadastral realizado pela Secretaria de Estado da Educação e Cultura (SEEC), em 2001, com as anuências posteriores reconhecidas pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Art. 36. Do Título de Concessão de Uso constarão, obrigatoriamente, as seguintes condições resolutivas:

I - intransferibilidade do todo ou de parte da concessão de uso, por ato *inter vivos*, podendo o fazer apenas mediante prévia anuência do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e do Conselho do Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense - COLIT, mediante recolhimento da taxa de transferência definida no artigo 47 desta lei;

II - a conservação da cobertura vegetal existente nos terrenos nos termos desta lei;

III - o pagamento das taxas e emolumentos decorrentes da concessão;

IV - cumprimento da presente lei.

§ 1º Comprovada a transferência da concessão de uso por ato *inter vivos*, sob qualquer modalidade, sem a anuência prévia do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense - COLIT, será cancelado o título de concessão de uso referente ao imóvel, independentemente de qualquer indenização.

§ 2º O Instituto Ambiental do Paraná - IAP não anuirá a nenhuma transferência da concessão de uso por ato *inter vivos* nas Áreas de AOPT e de Reversão.

Art. 37. É assegurado, aos herdeiros legítimos e testamentários do concessionário, inclusive nas áreas de reversão, o direito de sucessão *causa mortis* do título de concessão de uso, desde que recolhida à taxa de transferência respectiva, instituída na presente lei, respeitadas as isenções de pagamento prevista nesta lei.

Art. 38. A remuneração pela concessão de uso de terreno na Ilha do Mel será fixada em:

2% (dois por cento) do valor do terreno, ao ano, para concessão residencial, pagável à vista ou em 7 (sete) parcelas mensais, no máximo;

3% (três por cento) do valor do terreno, ao ano, para concessão comercial, pagável à vista ou em 7 (sete) parcelas mensais, no máximo.

§ 1º O valor de avaliação do metro quadrado será aquele adotado pela Secretaria de Patrimônio da União, atualizado anualmente.

§ 2º O Instituto Ambiental do Paraná - IAP concederá isenção da remuneração pela concessão de uso aos ocupantes da Área de Vila que preencherem os requisitos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 1º do Decreto-Lei nº 1876, de 15/07/81, com nova redação dada pela Lei nº 11481, de 31/05/07.

§ 3º O Instituto Ambiental do Paraná poderá conceder desconto no valor da remuneração pela concessão de uso, com o objetivo de incentivar a manutenção da cobertura vegetal original nos terrenos com área superior a 500m² (quinhentos metros quadrados), conforme regulamentação em portaria do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

§ 4º A receita auferida pela remuneração da concessão de uso e demais taxas instituídas pela presente lei será utilizada, integralmente, para custear investimentos em infra-estrutura, implementação do plano de sustentabilidade e despesas de administração, fiscalização e demais atribuições do Instituto Ambiental do Paraná - IAP na Ilha do Mel, e deverão ser depositados em conta corrente específica.

Art. 39. Somente poderão ser objeto de concessão de uso os terrenos cedidos, sob o regime de aforamento, ao estado do Paraná, efetivamente ocupados, com área mínima de 500m² (quinhentos metros quadrados), que tenham testada mínima de 12m (doze metros).

§ 1º Os ocupantes cadastrados pelo Instituto Ambiental do Paraná, bem como, os concessionários regularizados perante o Instituto Ambiental do Paraná anteriormente à publicação da presente lei, terão garantido o direito à outorga e/ou à renovação da concessão de uso, ainda que a área que ocupem seja inferior a 500m² (quinhentos metros quadrados).

§ 2º Os terrenos incluídos na cessão, sob o regime de aforamento, feita pela união ao estado do Paraná, que, até a data de publicação da presente lei, comprovadamente utilizem e mantenham área superior àquela estabelecida nos documentos de concessão, poderão, a critério do Instituto Ambiental do Paraná, e desde que atendido o plano de sustentabilidade, continuar sendo utilizados a título de “área verde” ou de preservação, desde que não apresentem riscos ambientais e à paisagem, ou prejudiquem o fluxo de pedestres e a continuidade das trilhas.

Art. 40. Quaisquer construções ou benfeitorias executadas nos lotes, objetos da concessão, deverão obedecer aos parâmetros previstos nesta lei.

Parágrafo Único. As concessões de uso de terrenos cuja edificação não obedecer às disposições da presente lei, do plano de sustentabilidade, e/ou de decretos regulamentares, somente serão outorgadas após a sua regularização ou cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta estabelecido pelo Instituto Ambiental do Paraná.

Art. 41. A utilização do imóvel para finalidade diversa daquela prevista no Título de Concessão de Uso e/ou o não-pagamento, pelo período de dois anos, das taxas e emolumentos decorrentes da concessão acarretam, automaticamente, na rescisão do Título de Concessão de Uso, passando este ao estado, sem direito à indenização por benfeitorias, mediante aviso prévio.

Art. 42. A outorga da concessão de uso processar-se-á da seguinte forma:

I - requerimento devidamente instruído do interessado;

II - realização de vistoria no imóvel, pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP e/ou pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, com a necessária emissão de parecer técnico pautado no plano de sustentabilidade e nos parâmetros da presente lei;

III - elaboração de planta da situação, planta do imóvel e memorial descritivo, como procedimento complementar ao parecer técnico do Instituto Ambiental do Paraná - IAP ou Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, a que se refere o inciso anterior.

IV - Assinatura do Título de Concessão de Uso.

Parágrafo Único. Não serão aceitos requerimentos de concessão de uso em imóveis já cadastrados com ocupantes ou foreiros na Secretaria do Patrimônio da União.

Art. 43. O órgão estadual competente para regularização fundiária, manterá cadastro de todas as concessões de uso, em registro próprio, com as anotações que se fizerem necessárias.

Art. 44. As áreas, objetos de concessão de uso, não poderão ter sua destinação alterada sem prévia e expressa anuência do órgão estadual competente para regularização fundiária, sob pena de revogação do Título de Concessão de Uso.

Art. 45. O órgão estadual competente para regularização fundiária, por razões de interesse e/ou utilidade pública ou, ainda, por razões de proteção ambiental, poderá revogar unilateralmente o título de concessão de uso, indenizando o concessionário pelas acessões e benfeitorias realizadas no imóvel.

Art. 46. As obrigações previstas neste capítulo não exoneram os titulares beneficiários da concessão de uso das demais obrigações junto à administração pública federal, estadual e municipal, definidas na legislação pertinente.

Capítulo X

Das Taxas

Art. 47. Fica instituída a taxa de transferência de concessão de uso, por ato *inter vivos* de sucessão *causa mortis*, para os terrenos aforados ao estado do Paraná, sob administração do Instituto Ambiental do Paraná, em valor correspondente ao laudêmio cobrado pela união na Ilha do Mel, considerados os casos isentos conforme a lei.

Parágrafo Único. A taxa de transferência corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor do imóvel, incluindo a benfeitoria, utilizando o valor do metro quadrado instituído para a ilha, adotado pela união e atualizado anualmente.

Art. 48. O sucessor legal terá 60 (sessenta) dias para realizar a solicitação de transferência da concessão de uso.

§ 1º Para os concessionários que não realizarem a solicitação de transferência no prazo estabelecido, será aplicada uma multa correspondente ao valor do imóvel, compreendendo o terreno mais as benfeitorias, multiplicado por 0,0005 (cinco décimos de milésimo) e pelo número de meses transcorridos desde a data do óbito até a data de comunicação ou conhecimento do estado.

§ 2º Decorridos 180 (cento e oitenta) dias decairá o sucessor legal do direito de sucessão na concessão de uso, retornando o lote ao Estado sem direito a nenhuma indenização, nem mesmo das benfeitorias existentes.

Art. 49. Objetivando a sustentabilidade e o exercício da fiscalização ambiental na Ilha do Mel, fica instituída a taxa ambiental de permanência, que será cobrada dos visitantes, em valor correspondente a 4% (quatro por cento) da Unidade-Padrão Fiscal do Paraná (UPF/PR) por pessoa e por dia de permanência.

§ 1º São considerados visitantes todas as pessoas que não forem cadastrados pelo IAP como residentes, permanentes ou temporários, na Ilha do Mel.

§ 2º As normas para cadastramento e cobrança serão regulamentadas pelo IAP, através de portaria específica.

Capítulo XI

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 50. No prazo máximo de 18 (dezoito) meses, contados da vigência desta lei, o IAP - Instituto Ambiental do Paraná, deverá apresentar devidamente estruturado, implantado e regulamentado o plano de sustentabilidade da Ilha do Mel.

Parágrafo Único. O plano de sustentabilidade deverá ser elaborado com ampla participação da comunidade residente na Ilha do Mel, e deverá incorporar as diretrizes do plano diretor de Paranaguá, sendo consideradas as diretrizes de uso e ocupação de solo e ouvido demais órgãos/entidades com competências legais na gestão da Ilha do Mel.

Art. 51. O Instituto Ambiental do Paraná - IAP regulamentará, no prazo de cento e oitenta (180) dias, por meio de portaria, o sistema de controle de acesso à Ilha do Mel, nos termos desta lei.

Art. 52. O plano de sustentabilidade da Ilha do Mel deverá ser revisto, no máximo, a cada 05 (cinco) anos, concomitantemente à revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Paranaguá.

Art. 53. Os pedidos de anuências do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense - COLIT e da Secretaria de Estado da Cultura - SEEC, de que trata esta lei deverão ser analisados no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único. O prazo acima estipulado poderá ser estendido nos casos em que houver a justificativa técnica.

Art. 54. Ficam aprovadas as áreas definidas pelo Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo da Ilha do Mel, no mapa anexo à presente, para todos os efeitos previstos nesta lei.

Art. 55. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 17/12/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 393/08, de autoria do Tribunal de Justiça, que estabelece regime jurídico dos funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná. COM EMENDA DE PLENÁRIO. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 393/08
A Assembléias Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

TÍTULO I
Capítulo Único
Disposições Preliminares

Art. 1º O presente estatuto estabelece o regime jurídico dos funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. São considerados funcionários para os fins deste estatuto os ocupantes dos cargos da Secretaria do Tribunal de Justiça e do Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição, os Secretários do Conselho de Supervisão do Juizado Especial, os Secretários de Turma Recursal do Juizado Especial, os Secretários do Juizado Especial, os Oficiais de Justiça do Juizado Especial, os Auxiliares de Cartório do Juizado Especial, os Auxiliares Administrativos do Juizado Especial, e os Contadores e Avaliadores do Juizado Especial.

Art. 2º Funcionário é a pessoa investida em cargo público com vencimentos ou remunerações percebidos dos cofres públicos estaduais.

Art. 3º Cargo é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional cometidas a funcionário, identificado pelas características de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres públicos.

§ 1º Função é conjunto de atribuições vinculadas a determinadas habilitações para o desempenho de tarefas distintas em grau de responsabilidade e de complexidade e será atribuída por ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 2º Caberá ao Presidente do Tribunal de Justiça a designação e a dispensa da função gratificada.

§ 3º A designação para a função gratificada vigorará a partir da publicação do ato, competindo à autoridade a que se subordinará o funcionário designado dar-lhe exercício imediato.

§ 4º Os vencimentos e as gratificações de função têm os valores fixados em lei.

Art. 4º A estrutura organizacional deverá atender por lei própria o seguinte:

I – Classe é o agrupamento de cargos de mesma denominação, com iguais atribuições, responsabilidades

e variação de vencimentos de acordo com os níveis que compreende;

II – Grupo ocupacional é o conjunto de classes que diz respeito a atividades profissionais correlatas ou afins, quanto à natureza do respectivo trabalho ou ao ramo de conhecimento aplicado em seu desempenho;

III – Nível é a subdivisão interna das classes ao qual se atribui vencimentos próprios fixados em lei.

§ 1º A progressão se dá dentro da mesma classe de um nível para outro imediatamente superior.

2º Haverá no máximo 09 (nove) níveis em cada classe.

Art. 5º Os Quadros do Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e de 1º Grau de Jurisdição são organizados em grupos, escalonados de acordo com a hierarquia, a natureza, a complexidade do serviço e o nível de escolaridade exigido em lei ou regulamento.

§ 1º Os Quadros compreendem:

I – Parte permanente que é integrada pelos cargos de provimento efetivo e em comissão;

II – Parte suplementar que é integrada pelos cargos extintos na forma estabelecida em lei.

§ 2º A lotação do pessoal integrante do Quadro da Secretaria do Tribunal de Justiça é regulada por decreto judiciário.

§ 3º A distribuição dos cargos dos funcionários afetos ao 1º Grau de Jurisdição referidos no parágrafo único do artigo 1º do presente estatuto é a definida lei.

§ 4º A lotação no caso do parágrafo 3º deste artigo é a determinada por ato do Presidente do Tribunal de Justiça, salvo afetação em lei à determinada secretaria ou repartição.

Art. 6º Os cargos públicos são de provimento efetivo ou de provimento em comissão.

§ 1º Os cargos de provimento efetivo serão organizados em classes, ou de forma isolada, e serão providos por concurso público.

§ 2º Os cargos de provimento em comissão envolvem atribuições de direção, de assessoramento e de assistência superior e são de livre nomeação e exoneração, satisfeitos os requisitos fixados em lei ou regulamento.

Art. 7º As atribuições e as responsabilidades inerentes aos cargos serão definidas em lei.

TÍTULO II

Do Provimento, da Vacância, da Lotação,
da Relotação e da Substituição

Capítulo I

Do Provimento

Seção I

Disposições Gerais

Art. 8º A investidura em cargo público de provimento efetivo depende de aprovação prévia em con-

curso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão que são de livre nomeação e exoneração.

Art. 9º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- I – a nacionalidade brasileira;
- II – o gozo dos direitos políticos;
- III – a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV – o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- V – a idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- VI – aptidão física e mental.

Art. 10. Provimento é o ato do Presidente do Tribunal de Justiça que preenche o cargo e se dá com a nomeação, a posse e o exercício.

Art. 11. São formas de provimento de cargo público:

- I – nomeação;
- II – readaptação;
- III – reversão;
- IV – aproveitamento;
- V – reintegração;
- VI – recondução;
- VII – remoção;
- VIII – promoção.

Parágrafo Único. A remoção e a promoção implicam na vacância do cargo e somente se aplicam aos ocupantes do Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição, aos Secretários do Conselho de Supervisão do Juizado Especial, aos Secretários de Turma Recursal do Juizado Especial, aos Secretários do Juizado Especial, aos Oficiais de Justiça do Juizado Especial, aos Auxiliares de Cartório do Juizado Especial, aos Auxiliares Administrativos do Juizado Especial, e aos Contadores e Avaliadores do Juizado Especial.

Seção II

Da Nomeação

Art. 12. A nomeação é o chamamento para a posse e para a entrada no exercício das atribuições do cargo público.

Art. 13. O ato de nomeação deverá indicar o cargo de provimento efetivo ou o cargo de provimento em comissão a ser preenchido.

Art. 14. A nomeação para cargo público de provimento efetivo ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e se dará durante o prazo de validade do concurso.

§ 1º A nomeação para cargo de provimento em comissão é livre, observados os requisitos mencionados no artigo 9º.

§ 2º É vedada a nomeação para cargo de provimento em comissão, bem como a lotação no âmbito da Secretaria do Tribunal de Justiça, dos ocupantes de cargos do Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição, de cargos do foro judicial de Escrivão e de Oficial Contador, Avaliador, Partidor, Depositário e de Distribuição, de Auxiliar de Cartório, de Auxiliar Administrativo, de Oficial de Justiça, de Comissário de Vigilância, de Assistente Social, de Psicólogo, de Porteiro de Auditório, de Agente de Limpeza, de Secretário do Conselho de Supervisão do Juizado Especial, de Secretário de Turma Recursal do Juizado Especial, de Secretário do Juizado Especial, de Oficial de Justiça do Juizado Especial, de Auxiliar de Cartório do Juizado Especial, de Auxiliar Administrativo do Juizado Especial e de Contador e Avaliador do Juizado Especial.

Subseção I

Do Concurso

Art. 15. O concurso obedecerá ao que dispuser o Regimento Interno, as normas do regulamento que for elaborado por Comissão designada pelo Presidente do Tribunal de Justiça e o respectivo edital.

Art. 16. O concurso público é de provas ou de provas e títulos e terá validade de até 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

§ 1º O edital de abertura do concurso público conterá as regras que regem o seu funcionamento e será publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, com divulgação pelos meios de comunicações disponíveis.

§ 2º Durante o prazo referido no *caput* deste artigo, o aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado para assumir o cargo com prioridade sobre os aprovados em novos concursos.

§ 3º Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, sendo-lhes reservadas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso.

§ 4º Aos afro-descendentes serão reservadas 10% (dez por cento) das vagas oferecidas no concurso.

Art. 17. Para ser admitido no concurso, o candidato deverá preencher os requisitos do artigo 9º, apresentar documento de identidade indicado no edital e recolher a taxa de inscrição que for fixada pela Comissão.

Subseção II

Da Posse

Art. 18 Posse é o ato expresso de aceitação das atribuições, dos deveres e das responsabilidades do cargo

formalizado com a assinatura do termo pelo empossado e pela autoridade competente.

§ 1º A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação da nomeação, prorrogável por até 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado ou de seu representante legal e a juízo da Administração.

§ 2º O prazo previsto no parágrafo 1º será contado, quando o aprovado for funcionário público, do término da licença:

- I – por motivo de doença em pessoa da família;
- II – para a prestação de serviço militar;
- III – para capacitação, conforme dispuser o regulamento;
- IV – em razão de férias;
- V – para participação em programa de treinamento regularmente instituído, conforme dispuser o regulamento;
- VI – para integrar júri e outros serviços obrigatórios por lei;
- VII – à gestante, à adotante e à paternidade;
- VIII – para tratamento da saúde, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, cumulativo ao longo do tempo de serviço público prestado ao Estado do Paraná, em cargo de provimento efetivo;
- IX – por motivo de acidente em serviço ou de doença profissional;
- X – para deslocamento à nova sede;
- XI – para missão ou estudo no exterior.

§ 3º Admite-se o ato de posse por procuração com poderes específicos.

§ 4º Somente haverá posse nos casos de provimento por nomeação.

§ 5º No ato da posse o funcionário apresentará declaração de seus bens, de exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

§ 6º É ineficaz o provimento se a posse não ocorrer dentro do prazo estabelecido nesta lei.

§ 7º Somente se dará posse àquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

§ 8º O Presidente do Tribunal de Justiça designará os funcionários competentes a dar posse.

Subseção III

Do Estágio Probatório

Art. 19. Ao entrar em exercício, o funcionário nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objetos de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:

- I – assiduidade;
- II – disciplina;
- III – capacidade;
- IV – produtividade;
- V – responsabilidade.

§ 1º Seis meses antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação de desempenho do funcionário, realizada de acordo com o que dispuser a lei ou o regulamento, sem prejuízo da continuidade de apuração dos fatores enumerados nos incisos I a V deste artigo.

§ 2º O funcionário em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções gratificadas.

§ 3º O estágio probatório e respectivo prazo ficarão suspensos durante as licenças e os afastamentos sendo retomados a partir do término de tais impedimentos.

§ 4º O funcionário em estágio probatório não poderá ser cedido a qualquer outro órgão da Administração Pública Direta ou Indireta e a ele somente poderão ser concedidas as seguintes licenças:

- I – para tratamento de saúde;
- II – por motivo de doença em pessoa da família;
- III – para acompanhamento do cônjuge ou companheiro funcionário público;
- IV – para prestar serviço militar ou outro serviço obrigatório por lei;
- V – para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública;
- VI – para o exercício de mandato político;
- VII – pelo período que mediar a sua escolha como candidato a cargo eletivo e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral;
- VIII – pelo período do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral até o décimo dia seguinte ao pleito.

Art. 20. A avaliação de desempenho constitui condição para aquisição da estabilidade e tem como finalidade avaliar a capacidade e a aptidão do funcionário para o exercício do cargo.

Art. 21. O estágio probatório será sempre relacionado com o cargo ocupado.

Parágrafo Único. Na hipótese de nomeação para outro cargo de provimento efetivo, o prazo de estágio probatório e da avaliação especial reiniciará com a respectiva assunção.

Art. 22. Na hipótese da autoridade competente não homologar a avaliação de desempenho indicando a exoneração, será aberto procedimento que é regido pelas normas do processo administrativo disciplinar conforme o Quadro ao qual pertencer o funcionário.

Parágrafo Único. Durante o trâmite do processo referido no *caput* deste artigo, o prazo para aquisição da estabilidade ficará suspenso até o julgamento final.

Art. 23. O Presidente do Tribunal de Justiça regulamentará o procedimento da avaliação de desempenho.

Subseção IV

Da Estabilidade

Art. 24. O funcionário habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 03 (três) anos de efetivo exercício.

Art. 25. O funcionário estável somente perderá o cargo em virtude de:

- I – sentença judicial transitada em julgado;
- II – decisão em processo administrativo disciplinar;
- III – decisão derivada de processo de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei complementar federal, assegurada a ampla defesa;
- IV – para corte de despesas com pessoal conforme disposto na Constituição e legislação federal.

Seção III

Da Readaptação

Art. 26. A readaptação é o provimento de funcionário efetivo em cargo de atribuições compatíveis com a sua capacidade física ou mental, derivada de alteração posterior à nomeação e verificada em inspeção médica oficial.

Art. 27. O procedimento de readaptação terá o prazo de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado no caso de o funcionário estar participando de programa de reabilitação profissional.

§ 1º Ao final do referido procedimento, se julgado incapaz, o funcionário será aposentado.

§ 2º Declarado reabilitado para a função pública:

I – a readaptação será realizada em cargo com atribuições afins, respeitada a habilitação exigida para o cargo de origem, bem como o nível de escolaridade e os vencimentos inerentes a este;

II – na hipótese de inexistência de cargo vago, o funcionário exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

§ 3º A readaptação será sempre para cargo de vencimento igual ou inferior ao de origem, preservado o direito à remuneração paga ao funcionário neste último.

Seção IV

Da Reversão

Art. 28. Reversão é o retorno de funcionário aposentado ao exercício das atribuições:

I – no caso de aposentadoria por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria;

II – no interesse da administração e a partir de requerimento do funcionário aposentado, observadas as seguintes condições:

- a) que a aposentadoria tenha sido voluntária;
- b) ocorrência da aposentadoria nos 05 (cinco) anos anteriores ao requerimento;
- c) estabilidade adquirida quando em atividade;
- d) haja cargo vago.

§ 1º A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

§ 2º Após o retorno, o tempo de exercício será considerado para concessão de nova aposentadoria.

§ 3º No caso do inciso I do *caput* deste artigo, encontrando-se provido o cargo, o funcionário exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

§ 4º O funcionário que retornar à atividade por interesse da administração perceberá, em substituição aos proventos da aposentadoria, a remuneração do cargo que voltar a exercer, inclusive com a vantagem de natureza pessoal incorporada e que percebia anteriormente à aposentadoria.

§ 5º O funcionário de que trata o inciso II do *caput* deste artigo somente terá os proventos calculados com base nas regras atuais se permanecer pelo menos 05 (cinco) anos no cargo.

§ 6º Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade.

Seção V

Da Disponibilidade e do Aproveitamento

Subseção I

Da Disponibilidade

Art. 29. O funcionário será posto em disponibilidade quando extinto o seu cargo ou declarada sua desnecessidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Parágrafo Único. A remuneração mensal para o cálculo da proporcionalidade corresponderá ao vencimento, acrescido das vantagens pessoais, permanentes e relativas ao exercício do cargo de provimento efetivo.

Art. 30. A disponibilidade do funcionário se dará conforme os seguintes critérios e ordem:

- I – menor pontuação na avaliação de desempenho no ano anterior;
- II – maior número de faltas ao serviço;
- III – menor idade;
- IV – maior remuneração.

Art. 31 O período de disponibilidade é considerado como de efetivo exercício para efeito de aposentadoria, observadas as normas próprias a esta.

Subseção II

Do Aproveitamento

Art. 32. Aproveitamento é o retorno obrigatório do funcionário em disponibilidade ao exercício de cargo de

atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Parágrafo Único. O aproveitamento se dará na primeira vaga que ocorrer com precedência sobre as demais formas de provimento, observada a seguinte ordem de preferência dentre os funcionários em disponibilidade:

- I – maior tempo de disponibilidade;
- II – maior tempo de serviço público estadual;
- III – maior tempo de serviço público;
- IV – maior idade.

Art. 33. Não haverá aproveitamento para cargo de natureza superior ao anteriormente ocupado.

Parágrafo Único. O funcionário aproveitado em cargo de natureza inferior ao anteriormente ocupado perceberá a diferença de remuneração correspondente.

Art. 34. O aproveitamento se dará somente àquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do novo cargo.

Parágrafo Único. Declarada a incapacidade para o novo cargo em inspeção médica, o funcionário será aposentado por invalidez, considerando-se, para tanto, o tempo de disponibilidade.

Seção VI

Da Reintegração

Art. 35. Reintegração é o retorno do funcionário ao exercício das atribuições de seu cargo, ou de cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a demissão por decisão administrativa ou judicial.

§ 1º Na hipótese de extinção do cargo ou declarada sua desnecessidade, o funcionário ficará em disponibilidade e será aproveitado na forma dos artigos 32 a 34 deste estatuto.

§ 2º Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.

§ 3º O funcionário reintegrado por decisão definitiva será ressarcido financeiramente pelo que deixou de perceber como vencimento ou remuneração durante o período de afastamento.

§ 4º Transitada em julgado a decisão definitiva, será expedido o decreto de reintegração no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Seção VII

Da Recondução

Art. 36. Recondução é o retorno do funcionário ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

- I – inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;

II – reintegração do anterior ocupante.

§ 1º Encontrando-se provido o cargo de origem, o funcionário será aproveitado em outro, observado o disposto nos artigos 32 a 34 deste estatuto.

§ 2º Na impossibilidade do aproveitamento o funcionário será posto em disponibilidade conforme os artigos 29 a 31 deste diploma legal.

Seção VIII

Do Exercício

Art. 37. Exercício é o desempenho das atribuições do cargo público ou da função gratificada.

Parágrafo Único. O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão anotados na ficha funcional.

Art. 38. É de 30 (trinta) dias o prazo para entrar no exercício das atribuições do cargo ou da função, contado da data:

I – da posse;

II – da publicação no Diário da Justiça dos atos relativos às demais formas de provimento previstas nos incisos II a VI do artigo 11.

§ 1º Os prazos previstos neste artigo poderão ser prorrogados por 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado e a juízo da autoridade competente para dar posse.

§ 2º O exercício em função de confiança dar-se-á no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de designação.

§ 3º O funcionário removido, promovido, relotado, requisitado, cedido ou posto em exercício provisório terá 08 (oito) dias de prazo, contados da publicação do ato, para o retorno ao efetivo desempenho das atribuições do cargo na mesma comarca.

§ 4º Na hipótese do parágrafo 3º, sendo a lotação de destino em outra comarca, o prazo da entrada em exercício será de 15 (quinze) dias.

§ 5º O funcionário licenciado nos termos deste estatuto retornará às efetivas atribuições a partir do término da licença.

§ 6º O exercício em cargo efetivo nos casos de reintegração, aproveitamento, reversão, recondução e readaptação dependerá de prévia satisfação dos requisitos atinentes a tais formas de provimento e aptidão física e mental comprovada em inspeção médica oficial.

§ 7º O funcionário que, após a posse, não entrar em exercício dentro do prazo fixado, será exonerado.

§ 8º A posse e o exercício poderão ser reunidos em um só ato.

Art. 39. O exercício é condicionado à vedação de conferir ao funcionário atribuições diversas das do seu respectivo cargo.

Seção IX

Da Frequência e do Horário de Expediente

Art. 40. Os funcionários do Poder Judiciário estão sujeitos aos seguintes horários de expediente:

I – das 08h30min (oito horas e trinta minutos) às 11h00min (onze horas) e das 13h00min (treze horas) às 17h00min (dezessete horas) para os lotados em 1º Grau de Jurisdição;

II – das 09h00min (nove horas) às 11h00min (onze horas) e das 13h00min (treze horas) às 18h00min (dezoito horas) para os lotados na Secretaria do Tribunal de Justiça.

§ 1º Serão emitidos boletins de frequência específicos para os funcionários que prestam serviços noturnos.

§ 2º Em razão do exercício de atividade externa incompatível com a fixação de horário de expediente, os funcionários com atribuições de Oficiais de Justiça e de Avaliadores terão somente a sua frequência diária registrada nos boletins das Secretarias para os quais estiverem designados.

Art. 41. Em todos os Juízos, Gabinetes, Departamentos e Centros do Tribunal de Justiça haverá controle de frequência dos funcionários por meio de livro-ponto ou de outro meio de controle regulamentado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Parágrafo Único. É vedado dispensar o funcionário do registro de frequência, salvo disposição legal em contrário ou autorização do Presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 42. Os funcionários ocupantes de cargo de provimento efetivo vinculados a gabinete de magistrado que se aposentarem devem se apresentar na Divisão de Recursos Humanos do Departamento Administrativo na data em que for publicado o decreto de aposentadoria do Desembargador ou do Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, para que seja iniciado o processo de nova lotação e controle de frequência.

Art. 43. Em caso de óbito do magistrado, o setor competente do Departamento Administrativo fará lavrar e publicar, no trigésimo dia da data do falecimento, o ato de exoneração dos funcionários ocupantes de cargo de provimento em comissão vinculados ao gabinete.

Parágrafo Único. Os funcionários efetivos devem se apresentar na Divisão de Recursos Humanos no terceiro dia após o falecimento, sendo exonerados do cargo em comissão eventualmente exercido a partir daquela data.

Art. 44. Nos dias úteis, somente por determinação do Presidente do Tribunal de Justiça poderão deixar de funcionar os serviços do Judiciário ou ser suspensos, no todo ou em parte, seus trabalhos.

Art. 45. Os funcionários regidos por este estatuto, ocupantes de cargo de provimento efetivo ou em comis-

são, poderão ser convocados fora do horário do expediente sempre que houver interesse da Administração.

Parágrafo Único. Na hipótese do *caput* deste artigo e para os funcionários comissionados deverá ser observada a vedação do artigo 78, parágrafo único, deste estatuto.

Capítulo II

Da Vacância

Seção I

Disposições Gerais

Art. 46 A vacância do cargo público decorrerá de:

I – remoção;

II – promoção;

III – exoneração;

IV – demissão;

V – readaptação;

VI – aposentadoria;

VII – falecimento.

Art. 47 Vagará o cargo na data:

I – da publicação do ato de aposentadoria, exoneração, remoção, promoção, demissão ou readaptação;

II – do falecimento do ocupante do cargo.

Seção II

Da Remoção e da Promoção

Art. 48. A remoção ou promoção se dá por ato do Presidente do Tribunal de Justiça de acordo com indicação do Conselho da Magistratura e com base nas regras por ele aprovadas, observados os princípios dispostos nos artigos 57 a 61 do presente estatuto.

§ 1º A remoção ou promoção somente se aplica aos ocupantes de cargos do Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição, aos Secretários do Conselho de Supervisão do Juizado Especial, aos Secretários de Turma Recursal do Juizado Especial, aos Secretários do Juizado Especial, aos Oficiais de Justiça do Juizado Especial, aos Auxiliares de Cartório do Juizado Especial, aos Auxiliares Administrativos do Juizado Especial, e aos Contadores e Avaliadores do Juizado Especial.

§ 2º A remoção é transferência do funcionário de um cargo para outro de mesma natureza em outra comarca ou foro de igual entrância e dar-se-á alternadamente por antiguidade e merecimento.

§ 3º A promoção é a passagem do funcionário de um cargo para outro de mesma natureza e classe imediatamente superior e dar-se-á alternadamente por antiguidade e merecimento.

§ 4º A abertura dos editais à remoção e à promoção se dará alternadamente e não concorrendo interessados ou habilitados a uma ou outra será autorizado concurso de provimento por ingresso.

§ 5º Os critérios para aferição do merecimento serão estabelecidos com base nos princípios dispostos nos artigos 57 a 61 do presente estatuto.

Art. 49. Vagando cargo, o Presidente do Tribunal autorizará a expedição de edital com prazo de 05 (cinco) dias convocando os interessados à remoção ou à promoção.

§ 1º Decorrido o prazo legal, os pedidos serão reunidos em uma só autuação e encaminhados à Corregedoria-Geral da Justiça para informação sobre os antecedentes funcionais.

§ 2º Não será deferido a inscrição a quem tenha sofrido pena disciplinar nos últimos 02 (dois) anos.

§ 3º À remoção ou à promoção somente serão admitidos funcionários com mais de 02 (dois) anos em exercício no cargo e que estejam ao menos no penúltimo nível de sua classe.

§ 4º Vencidas as etapas anteriores, o procedimento será relatado pelo Corregedor-Geral da Justiça perante o Conselho da Magistratura, que deliberará sobre a indicação ou não dos pretendentes.

§ 5º Não se aplica remoção ou promoção aos cargos cuja extinção é prevista em lei à medida que vagarem e nem aos cargos que, de livre remanejamento, forem redistribuídos pela Administração Pública.

Seção III

Da Exoneração

Art. 50. A exoneração dar-se-á a pedido do funcionário ou de ofício.

Parágrafo Único. A exoneração de ofício ocorrerá:

I – quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;

II – quando, após a posse, o funcionário não entrar em exercício no prazo estabelecido;

III – para corte de despesas com pessoal nos termos da lei federal.

Art. 51. A exoneração de cargo em comissão ou a dispensa da função de confiança dar-se-á:

I – a juízo do Presidente do Tribunal de Justiça;

II – a pedido do próprio funcionário.

Capítulo III

Da Lotação e da Relotação

Art. 52. Lotação é o ato de definição da secretaria, do setor ou da repartição em que o funcionário exercerá as suas atribuições.

Parágrafo Único. A lotação sempre se dará de ofício, respeitados os casos em que seja previamente definida em lei a secretaria, o foro ou a comarca ao qual o cargo é afetado.

Art. 53. Relotação é o deslocamento do funcionário, a pedido ou de ofício, de uma repartição ou setor para outro, inclusive entre foros, comarcas, ou secretarias, respeitados os casos em que seja previamente definida em lei a secretaria ou a comarca ao qual o cargo é afetado.

Capítulo IV

Da Substituição

Art. 54. Nos casos de impedimentos superiores a 10 (dez) dias, o funcionário ocupante do cargo de provimento em comissão ou de função gratificada será substituído.

§ 1º A substituição depende de ato da administração e recairá em funcionário ocupante de cargo de provimento efetivo e será por prazo determinado não superior a 120 (cento e vinte) dias.

§ 2º O Presidente do Tribunal de Justiça definirá em regulamento os cargos em comissão que poderão ser preenchidos temporariamente por substituição.

Art. 55. O substituto perceberá, além de sua remuneração, a diferença proporcional ao tempo de substituição, calculada como se fosse titular do cargo em comissão ou da função gratificada.

TÍTULO III

Capítulo Único

Da Progressão Funcional

Art. 56. Progressão funcional é a passagem do funcionário de um nível para outro imediatamente superior dentro da mesma classe.

Art. 57. A progressão dar-se-á, alternadamente, por antiguidade e por merecimento.

§ 1º A progressão por antiguidade é a passagem do funcionário mais antigo de um nível para o imediatamente subsequente, dentro da mesma classe, desde que:

I – tenha cumprido o interstício de 03 (três) anos de efetivo exercício no nível em que se encontrava;

II – não tenha sido apenado nos últimos 02 (dois) anos;

III – não esteja em licença para o trato de interesses particulares;

IV – não esteja cumprindo pena privativa de liberdade.

§ 2º Progressão por merecimento é a passagem do funcionário de um nível para o imediatamente subsequente, dentro da mesma classe, desde que preenchidos os pressupostos definidos no regulamento da avaliação periódica de desempenho individual e cumprido o interstício de 02 (dois) anos de efetivo exercício no nível em que se encontrava.

Art. 58. Não poderá concorrer à progressão por merecimento o funcionário que:

I – tenha sofrido qualquer tipo de penalidade nos últimos 02 (dois) anos;

II – esteja em disponibilidade.

Art. 59. O funcionário, para obter a progressão por merecimento, será submetido à avaliação de desempenho bienal.

§ 1º A avaliação de desempenho bienal será executada com base em regulamento a ser editado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 2º O regulamento da avaliação de desempenho bienal, dentre outros critérios, deverá estabelecer requisitos mínimos de frequência e desempenho em cursos oficiais de aperfeiçoamento.

§ 3º Será conferida a progressão por merecimento ao funcionário com maior desempenho na avaliação bienal imediatamente anterior à abertura de vaga no nível imediatamente superior.

Art. 60. A execução do procedimento e aferição da progressão funcional fica a cargo de departamento específico da secretaria do Tribunal de Justiça, nos termos a ser definido pelo Regulamento a ser editado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 61. Será conferida progressão funcional para fins de aposentadoria ou pensão caso o funcionário preencha os requisitos legais por ocasião da perda do vínculo com a administração.

TÍTULO IV

Dos Direitos e das Vantagens

Capítulo I

Do Vencimento e da Remuneração

Art. 62. Vencimento é a retribuição pecuniária pelo efetivo exercício do cargo com valor fixado em lei e correspondente ao nível de enquadramento do funcionário.

Art. 63. Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias estabelecidas em lei.

Art. 64. Os funcionários ocupantes de cargo de provimento efetivo e de provimento em comissão perceberão seus vencimentos ou suas remunerações nos termos da lei que define o Plano de Cargos e Progressão do Poder Judiciário.

Parágrafo Único. Nenhum funcionário do Poder Judiciário terá remuneração superior ao subsídio percebido por Desembargador.

Art. 65. O funcionário perderá:

I – a remuneração do(s) dia(s) em que faltar ao serviço;

II – a remuneração correspondente ao turno da falta (manhã ou tarde);

III – 1/3 (um terço) da remuneração do dia, se comparecer ao serviço com atraso ou sair antecipadamente.

§ 1º Considera-se atraso o comparecimento ao serviço após o início do expediente até o máximo de uma hora, após o que será lançada falta do respectivo turno.

§ 2º Considera-se saída antecipada aquela que ocorrer antes do término do turno ou do período de trabalho.

§ 3º As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício.

§ 4º O funcionário poderá perder 50% (cinquenta por cento) do valor do vencimento ou da remuneração, no caso de aplicação de pena de suspensão convertida em multa, ficando obrigado a permanecer no serviço.

Art. 66 As faltas ao serviço, decorrentes de ordens judiciais dirigidas contra o funcionário, implicarão em:

I – redução da remuneração a 2/3 (dois terços) durante o afastamento por motivo de prisão cautelar;

II – redução da remuneração a metade durante o afastamento em virtude de decisão condenatória penal transitada em julgado, que não determine a perda do cargo.

§ 1º No caso do inciso I do *caput* deste artigo, o funcionário terá direito à integralização da remuneração se for absolvido em decisão definitiva.

§ 2º As reduções cessarão no dia em que o funcionário for posto em liberdade.

§ 3º O funcionário que for posto em liberdade nos termos deste artigo deverá retornar ao exercício de suas atribuições no dia seguinte à soltura.

Art. 67. O funcionário nomeado para cargo de provimento em comissão optará entre o vencimento de tal cargo e a remuneração que recebe em razão de seu cargo efetivo, acrescida em 20% (vinte por cento) do valor símbolo do cargo comissionado.

§ 1º Em nenhuma hipótese a diferença remuneratória percebida pelo funcionário efetivo em razão do exercício de cargo em comissão será incorporada aos seus vencimentos.

§ 2º Aplica-se ao funcionário em disponibilidade nomeado para cargo de provimento em comissão o disposto no *caput* deste artigo como se na ativa estivesse.

Art. 68. Não incidirá desconto sobre o vencimento ou a remuneração, salvo por imposição legal, ordem judicial ou autorização escrita do funcionário, observando-se que, nesta última hipótese, a consignação do desconto fica a critério da Administração Pública.

Art. 69. As reposições e indenizações ao Erário Estadual serão descontadas em parcelas mensais, não excedentes a 10% (dez por cento) da remuneração.

§ 1º As reposições e indenizações serão previamente comunicadas ao funcionário e corrigidas pela média do INPC (IBGE) e IGP-DI (Fundação Getúlio Vargas) ou pela média dos índices que vierem a substituí-los e acrescidas de juros nos termos da lei civil.

§ 2º A reposição será integral e em parcela única quando o pagamento indevido tiver ocorrido no mês anterior ao do processamento da folha.

§ 3º Quando o funcionário for exonerado, dispensado ou demitido terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da perda do vínculo com a Administração Pública, para pagar o débito, sendo que o não pagamento implicará em inscrição em dívida ativa.

§ 4º As reposições derivadas de revogações de ordens judiciais que majoraram vencimentos ou remunerações deverão ser feitas em 30 (trinta) dias, a contar da data da notificação administrativa, sob pena de inscrição em dívida ativa.

§ 5º No caso de recebimento de valores indevidos a título de remuneração ou vencimento o funcionário comunicará, no prazo de 10 (dez) dias, à secretaria do Tribunal de Justiça, sob pena de caracterização de comportamento desleal para com a Administração Pública.

Capítulo II

Das Vantagens

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 70. Poderão ser pagas ao funcionário as seguintes vantagens:

- I – indenizações;
- II – adicionais;
- III – gratificações.

§1º As indenizações e as gratificações não se incorporam ao vencimento ou à remuneração.

§ 2º Excepcionam-se da hipótese do parágrafo 1º deste artigo as gratificações por insalubridade, periculosidade e risco de vida que se incorporam às remunerações nos termos deste estatuto.

§3º Os adicionais incorporam-se ao vencimento ou aos proventos, nos casos e condições indicados em lei.

§4º As vantagens não serão computadas nem acumuladas para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

Seção II

Das Indenizações

Art. 71. Constituem indenizações:

- I – ajuda de custo;
- II – diárias;
- III – transporte.

Subseção I

Da Ajuda de Custo

Art. 72. Ajuda de custo é a compensação das despesas do funcionário que em virtude de promoção, remoção ou relocação muda de domicílio para exercer as suas atribuições em caráter permanente em outra comarca.

§ 1º A ajuda de custo compreende as despesas do funcionário e de sua família com combustível ou passagem e do transporte de bagagens e de bens pessoais até o valor de uma remuneração mensal.

§ 2º A compensação será feita mediante comprovação documental das despesas nos termos do parágrafo 1º deste artigo.

§ 3º A ajuda de custo somente será realizada uma vez a cada intervalo mínimo de 02 (dois) anos, no caso de remoções ou promoções, conforme dispuser regulamento a ser editado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 4º A ajuda de custo em razão de relocação de ofício pela Administração Pública não possui o limite de tempo previsto no parágrafo 3º deste artigo e será regulamentada pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 5º Não será devida ajuda de custo na hipótese de relocação a pedido do funcionário.

§ 6º O funcionário ficará obrigado a restituir integralmente a ajuda de custo recebida, no prazo de 10 (dez) dias, quando, injustificadamente, não se apresentar na nova sede, no prazo 30 (trinta) dias, ou ainda, pedir exoneração antes de completar 90 (noventa) dias de exercício na nova sede.

Subseção II

Das Diárias

Art. 73. O funcionário em serviço que se afastar por ordem da Administração Pública da sede de sua lotação, em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, terá direito ao pagamento das passagens e de diárias destinadas a indenizar as despesas realizadas em razão do deslocamento.

§ 1º A diária é devida por dia de afastamento e terá valor arbitrado conforme regulamento a ser editado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, observado o seguinte:

I – valores fixos para alimentação e pernoite; e

II – a base de cálculo dos valores de alimentação e pernoite será estabelecida segundo o cargo, função e nível na carreira do funcionário.

§ 2º Quando o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o funcionário não terá direito a diárias.

Art. 74. O funcionário que receber diária e não se afastar da sede por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-la integralmente, no prazo de 02 (dois) dias.

Parágrafo Único. Na hipótese de o funcionário retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo previsto no *caput* deste artigo.

Subseção III

Da Indenização de Transporte

Art. 75. Conceder-se-á indenização de transporte ao funcionário que realizar despesas com a utilização de

meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, conforme dispuser regulamento a ser editado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Parágrafo Único. A compensação será feita nos termos a serem fixados em regulamento.

Seção III

Dos Adicionais

Art. 76. O funcionário ocupante de cargo de provimento efetivo terá acrescido aos vencimentos, a cada 05 (cinco) anos de efetivo exercício, 5% (cinco por cento) do valor do vencimento previsto para o nível do cargo que ocupa até completar 25% (vinte e cinco por cento), contados de forma linear.

Parágrafo Único. O acréscimo será imediato, inclusive para efeito de aposentadoria, pensão ou disponibilidade.

Art. 77. Ao completar 30 (trinta) anos de efetivo exercício, o funcionário terá direito ao acréscimo aos vencimentos do nível de seu cargo de 5% (cinco por cento) por ano excedente, até o máximo de 25% (vinte e cinco por cento), contados de forma linear.

§ 1º A incorporação desses acréscimos será imediata, inclusive para efeito de aposentadoria, pensão ou disponibilidade.

§ 2º No cálculo e para efeito de pagamento do adicional referido nesta seção, não será considerada a soma ao vencimento de qualquer acréscimo de adicional anteriormente deferido.

Seção IV

Das Gratificações

Art. 78. Conceder-se-á gratificação:

- I – de função;
- II – natalina (décimo terceiro salário);
- III – de férias;
- IV – de trabalho noturno;
- V – pela prestação de serviço extraordinário;
- VI – de insalubridade, de periculosidade ou de risco de vida;
- VII – tempo integral e dedicação exclusiva.

Parágrafo Único. As gratificações dos incisos IV e V não serão devidas aos ocupantes de cargo de provimento em comissão.

Subseção I

Da Gratificação de Função

Art. 79. Gratificação de função é a correspondente ao exercício:

- I – de representação de gabinete;
- II – de chefia;
- III – de assessoramento;

IV – de encargos especiais.

§ 1º A gratificação especial de assiduidade é devida ao funcionário que não faltar ao trabalho durante o mês e poderá ser cumulada com as referidas no *caput* deste artigo.

§ 2º As gratificações referidas nos itens I a IV e no parágrafo 1º terão seus valores nominais e fixos definidos em lei.

§ 3º Os valores das gratificações passarão a ser pagos ao funcionário no final do mês de sua designação para o exercício de função, inclusive para o cálculo de gratificação natalina (décimo terceiro salário) e de férias.

§ 4º A gratificação do exercício de representação de gabinete é a devida em razão da lotação do funcionário em gabinete de magistrado que atue no âmbito do Tribunal de Justiça.

§ 5º As gratificações de chefia e de assessoramento são devidas pelo exercício de tais funções de confiança, conforme previsão estabelecida em regulamento que define a estrutura hierárquica da Secretaria do Tribunal de Justiça.

§ 6º A gratificação de encargos especiais é devida em razão do exercício das funções de assessoramento direto a cúpula do Tribunal de Justiça.

§ 7º As gratificações previstas nesta seção serão automaticamente canceladas nos casos de afastamentos por mais de 30 (trinta) dias, salvo no caso de licença à gestante.

Subseção II

Da Gratificação Natalina (Décimo terceiro)

Art. 80. A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração do funcionário no mês de dezembro, por mês de efetivo exercício no respectivo ano.

Parágrafo Único. A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral.

Art. 81. O funcionário exonerado perceberá gratificação natalina, proporcional aos meses de efetivo exercício, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.

Art. 82. A gratificação natalina será paga até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.

Art. 83. A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

Subseção III

Da Gratificação de Férias

Art. 84. Será paga ao funcionário, por ocasião das férias, uma gratificação correspondente a 1/3 (um terço) da última remuneração.

Parágrafo Único. No caso de o funcionário exercer uma das funções previstas no artigo 79, ou ocupar cargo

em comissão, a respectiva vantagem será considerada no cálculo da gratificação de que trata este artigo.

Subseção IV

Da Gratificação de Trabalho Noturno

Art. 85. O serviço noturno será prestado em horário compreendido entre às 19h00min (dezenove horas) de um dia e às 7h00min (sete horas) do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como 52min30s (cinquenta e dois minutos e trinta segundos).

§ 1º O serviço noturno será prestado em 02 (dois) turnos de 06 (seis) horas com expediente das 19h00min (dezenove horas) à 01h00min (uma hora) e da 01h00min (uma hora) às 07h00min (sete horas).

§ 2º A autorização para a execução do serviço noturno será prévia e do Presidente do Tribunal de Justiça, ou do funcionário por ele designado para tal atribuição.

Subseção V

Da Gratificação pela Prestação de Serviço Extraordinário

Art. 86. A gratificação pela prestação de serviço extraordinário se destina:

I – a remunerar os serviços prestados fora do período normal de trabalho a que estiver sujeito o funcionário;

II – ao exercício de atribuições diversas das inerentes ao seu cargo.

§ 1º A gratificação referida no *caput* deste artigo não pode ser cumulada com outra de igual natureza.

§ 2º A autorização para a execução do serviço extraordinário será prévia e do Presidente do Tribunal de Justiça, ou do funcionário por ele designado para tal atribuição.

Art. 87. O serviço será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho, calculada com base em 1/30 (um trinta avos) da remuneração mensal do funcionário dividida pelo número de horas do seu expediente normal.

Parágrafo Único. O valor total da gratificação paga por mês pela prestação de serviço extraordinário não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal do funcionário.

Art. 88. Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de duas horas por dia de trabalho.

Art. 89. A gratificação extraordinária prevista no inciso II do artigo 86 será paga pelo secretariado das sessões de julgamento das câmaras, das seções cíveis e seções criminais, e pela participação em comissões per-

manentes previstas na Lei Estadual nº 14277/03 e temporárias instituídas pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Parágrafo Único. O valor da gratificação prevista no *caput* deste artigo será definido em lei.

Subseção VI

Da Gratificação de Insalubridade, de Periculosidade ou de Risco de Vida

Art. 90. Os funcionários que trabalhem com habitualidade em locais em que haja risco de vida, sejam insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas ou radioativas, perceberão gratificação calculada sobre o vencimento do nível do cargo que ocupam.

§ 1º As gratificações de insalubridade e de periculosidade não são cumuláveis, devendo ser paga a de maior valor.

§ 2º O direito à gratificação de insalubridade ou de periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa à sua concessão e no caso de afastamento do serviço por mais de 30 (trinta) dias.

§ 3º No caso de concessão de licença-maternidade, cessará o direito à gratificação com o afastamento por mais de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 91. Haverá permanente controle da atividade de funcionários em operações ou locais considerados penosos, insalubres ou perigosos.

Parágrafo Único. A funcionária gestante ou lactante será afastada das operações e locais previstos neste artigo, exercendo suas atividades em local salubre e em serviço não penoso e não perigoso.

Art. 92. De acordo com o grau de insalubridade a que o funcionário estiver exposto o percentual da gratificação será fixado em 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento), ou 40% (quarenta por cento) do valor do vencimento do nível básico do cargo.

Parágrafo Único. Para a definição do grau de insalubridade conforme a natureza da exposição será observada a legislação específica.

Art. 93. Pelo desempenho de atividades com risco de vida o funcionário perceberá gratificação no percentual de 33,33% (trinta e três vírgula três por cento) do valor do vencimento do nível básico do cargo.

§ 1º É condição para a concessão da gratificação referida no *caput* que o funcionário atue em primeiro grau de jurisdição, em trabalho interno ou externo, e em secretarias ou varas com atribuição nas áreas criminal, penal, corregedoria dos presídios, adolescentes infratores, delitos de trânsito.

§ 2º Os funcionários que atuarem em primeiro grau de jurisdição em cumprimento de mandados e ordens judiciais com trabalho externo será concedida a gratificação independentemente da área de atribuição da secretaria ou vara.

§ 3º Cessada a atuação no âmbito da vara ou da secretaria ou na forma indicadas nos parágrafos anteriores será imediatamente revogada a concessão da gratificação de risco de vida.

§ 4º O Presidente do Tribunal de Justiça regulamentará a concessão da gratificação de risco de vida.

Subseção VII

Da Gratificação de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva

Art. 94. Considera-se regime de tempo integral o exercício da atividade funcional sob dedicação exclusiva, ficando o funcionário proibido de exercer cumulativamente outro cargo, função ou atividade particular de caráter profissional ou público de qualquer natureza.

§ 1º Não se compreendem na proibição deste artigo:

I – o exercício em um órgão de deliberação coletiva, desde que relacionado com o cargo exercido em tempo integral;

II – as atividades que, sem caráter de emprego se destinam a difusão e aplicação de idéias e conhecimentos, excluídas as que prejudiquem ou impossibilitem a execução das tarefas inerentes ao regime de tempo integral;

III – a prestação de assistência não remunerada a outros serviços, visando à aplicação de conhecimentos técnicos ou científicos, quando solicitado através da repartição a que pertence o funcionário.

§ 2º O regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva poderá ser aplicado, no interesse da Administração Pública e na forma definida em lei:

I – aos que exerçam atividades de natureza técnica;

II – ao ocupante de cargo ou função que envolva responsabilidade de direção, chefia ou assessoramento;

III – ao conjunto de funcionários de determinadas unidades administrativas ou de setores das mesmas, quando a natureza do trabalho o exigir.

§ 3º Em casos excepcionais, devidamente justificados, o regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva poderá ser aplicado, individualmente, a qualquer funcionário que esteja incluído numa das hipóteses indicadas neste artigo e na forma definida em lei.

§ 4º O regime de trabalho, a que se refere o *caput* deste artigo, poderá ser aplicado em caráter obrigatório, conforme dispuser a lei, tendo em vista a essencialidade, complexidade e responsabilidade de determinadas funções, cargos ou atribuições, bem como as condições e a natureza do trabalho das unidades administrativas correspondentes.

§ 5º O funcionário que estiver legalmente acumulando cargos e for colocado em regime de tempo integral em razão de um dos cargos, será automaticamente afastado do outro, com perda de vencimentos e demais vantagens financeiras, a partir da data em que assinar o

competente termo de compromisso. Deverá também observar ao seguinte:

I – quando ocupar cargo de provimento em comissão, em razão do qual tenha sido submetido ao regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, ficará automaticamente afastado do cargo ou cargos que vinha exercendo antes daquela investidura, com perda dos respectivos vencimentos e demais vantagens financeiras, sem prejuízo de contagem de tempo;

II – cessada a sujeição ao regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, reassumirá, automaticamente, o cargo ou os cargos, dos quais houver sido afastado, observadas as disposições legais sobre a reassunção do exercício;

III – aquele que ocupar mais de um cargo, mediante acumulação legalmente permitida, e estiver submetido ao regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, poderá, ao passar à inatividade, optar pela situação que mais lhe convier, observado o disposto em lei, sendo vedada a acumulação dos benefícios em ambos os cargos, a qualquer título.

§ 6º Pelo exercício de cargo em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, perceberá o funcionário gratificação mensal indivisível, com forma de fixação do valor definida em lei.

§ 7º O regime de tempo integral obriga a um mínimo de horas equivalente ao do expediente, sem prejuízo de permanecer o funcionário à disposição do órgão em que estiver em exercício, sempre que as necessidades do serviço assim o exigirem.

§ 8º O funcionário colocado em regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva assinará termo de compromisso, em que declare vincular-se ao regime, obrigando-se a cumprir os horários estabelecidos.

§ 9º Verificada em processo administrativo a quebra do compromisso decorrente do regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, o funcionário ficará sujeito à pena de demissão, sem prejuízo da responsabilidade criminal e civil.

§ 10 A gratificação de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva não poderá ser cumulada com as gratificações por serviço extraordinário e de trabalho noturno.

Capítulo III

Das Férias

Art. 95. Após cada período de 12 (doze) meses de efetivo exercício, o funcionário terá direito a férias, que podem ser cumuladas por até 02 (dois) períodos, por comprovada necessidade de serviço, observada a seguinte proporção:

I – 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço por mais de 05 (cinco) vezes no período aquisitivo;

II – 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 06 (seis) a 14 (quatorze) faltas no período aquisitivo;

III – 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas no período aquisitivo;

IV – 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas no período aquisitivo.

§ 1º Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de efetivo exercício.

§ 2º A escala de férias dos funcionários lotados na Secretaria do Tribunal de Justiça será organizada pelo Chefe de cada Divisão ou Departamento, e pelo Juiz de Direito Diretor do Fórum para os demais casos.

§ 3º É vedado compensar dias de faltas com os de férias.

§ 4º As férias poderão ser parceladas, desde que assim requeridas pelo funcionário, e no interesse da Administração Pública.

Art. 96. Não terá direito a férias o funcionário que, no curso do período aquisitivo, deixar de trabalhar, com percepção do vencimento ou da remuneração, por mais de 30 (trinta) dias, em virtude de paralisação parcial ou total do serviço público;

Parágrafo Único. Na hipótese de cessação do vínculo com a Administração Pública será devida ao funcionário indenização de férias não-gozadas, integrais ou proporcionais, calculadas com base no vencimento anterior ao ato do desligamento.

Capítulo IV

Do Salário-família

Art. 97. O salário-família é devido no valor fixado na legislação federal, mensalmente, ao funcionário ativo ou inativo que receba vencimento igual ou inferior a 01 (um) salário-mínimo nacional, na proporção do número de dependentes econômicos.

Parágrafo Único. Consideram-se dependentes econômicos para efeito de percepção do salário-família:

I – o cônjuge ou companheiro e os filhos, inclusive os enteados até 18 (dezoito) anos de idade ou, se estudante, até 24 (vinte e quatro) anos ou, se inválido, de qualquer idade;

II – o menor de 18 (dezoito) anos que, mediante autorização judicial, viver na companhia e às expensas do funcionário, ou do inativo;

III – a mãe e o pai sem economia própria.

Art. 98. Não se configura a dependência econômica quando o beneficiário do salário-família perceber rendimento de trabalho ou de qualquer outra fonte, inclusive pensão ou provento da aposentadoria, em valor igual ou superior ao salário-mínimo.

Art. 99. Quando o pai e a mãe forem funcionários públicos e viverem em comum, o salário-família será

pago a um deles; quando separados, será pago a um e outro, de acordo com a distribuição dos dependentes.

Parágrafo Único. Equiparam-se ao pai e à mãe o padrasto, a madrasta e, na falta destes, os representantes legais dos incapazes.

Art. 100. O salário-família não está sujeito a qualquer tributo estadual, nem servirá de base para qualquer contribuição estadual, inclusive para o sistema previdenciário.

Art. 101. As licenças concedidas ao funcionário não acarretam a suspensão do pagamento do salário-família, excepcionada a hipótese para tratamento de interesses particulares.

Capítulo V

Do Auxílio Funeral

Art. 102. À pessoa que provar ter feito despesas com o funeral do funcionário será paga a importância correspondente até 01 (um) mês de remuneração do falecido para o respectivo ressarcimento.

§ 1º O pagamento correrá pela dotação própria à remuneração do funcionário falecido, não podendo, por esse motivo, novo ocupante entrar em exercício antes do transcurso de 30 (trinta) dias da data do óbito.

§ 2º O requerimento de pagamento será apresentado na Secretaria do Tribunal de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do funeral e será instruído com a documentação comprobatória das despesas e com a certidão de óbito.

Art. 103. Em caso de acumulação legal de cargos do estado do Paraná, o auxílio funeral corresponderá ao pagamento do cargo de maior vencimento do funcionário falecido.

Art. 104. Com base na mesma dotação, forma e prazo referidos nos parágrafos 1º e 2º do artigo 102 será concedido transporte ou meios para mudança à família do funcionário, quando este falecer fora do estado do Paraná, no desempenho do cargo ou de serviço.

Capítulo VI

Das Licenças

Seção I

Disposições Gerais

Art. 105. Ao(a) funcionário(a) conceder-se-á licença:

I – para tratamento de saúde;

II – por motivo de doença em pessoa da família;

III – à gestante, à paternidade e à adotante;

IV – para acompanhar o cônjuge ou o companheiro;

V – para o serviço militar;

VI – para atividade política e para exercício de mandato eletivo;

VII – para capacitação, frequência de cursos e horário especial;

VIII – para tratar de interesses particulares;

IX – para o desempenho de mandato classista;

X – especial;

XI – para missão ou estudo no exterior.

Parágrafo Único. Os pedidos de licença devem ser instruídos com os documentos que comprovem os respectivos fundamentos, sob pena de indeferimento liminar, salvo nas hipóteses em que seja necessária inspeção médica para constatação do respectivo motivo.

Art. 106. A competência para o exame e a deliberação sobre os pedidos de licenças previstas no artigo 105 é do Presidente do Tribunal de Justiça, que poderá delegar tal atribuição às autoridades e aos funcionários que lhes sejam subordinados.

§ 1º O funcionário em gozo de licença comunicará ao seu Chefe imediato o local em que poderá ser encontrado.

§ 2º O tempo necessário à inspeção médica será sempre considerado como período de licença.

Seção II

Da Licença para Tratamento de Saúde

Art. 107. Será concedida ao funcionário licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em perícia médica.

Art. 108. Para licença de até 30 (trinta) dias, a inspeção será feita por médico do Tribunal de Justiça e, por prazo superior, será efetivada por junta médica oficial.

§ 1º Sempre que necessário, a inspeção médica será realizada na residência do funcionário ou no estabelecimento hospitalar em que se encontrar internado.

§ 2º Inexistindo médico do Quadro no local em que se encontra lotado o funcionário será aceito atestado firmado por médico particular.

§ 3º No caso do parágrafo 2º deste artigo, o atestado somente produzirá efeitos depois de homologado pelo setor médico do Tribunal de Justiça, pelas autoridades ou pelos funcionários nos termos do artigo 106 deste estatuto.

§ 4º Não homologado o atestado ou indeferido o pedido de licença, o funcionário reassumirá imediatamente o exercício de suas atribuições, sendo considerados os dias que deixou de comparecer ao serviço como faltas ao trabalho, por haver alegado doença.

§ 5º O funcionário que no período de 12 (doze) meses atingir o limite de 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, consecutivos ou não, para a concessão de nova licença, independentemente do prazo de sua duração, será submetido à inspeção por junta médica oficial.

Art. 109. O funcionário não permanecerá em licença para tratamento de saúde por prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses, contados ainda que interpoladamente, exceto nos casos considerados recuperáveis pela junta médica, que poderá prorrogá-lo motivadamente e por período certo.

Parágrafo Único. Decorrido o prazo do *caput* deste artigo, o funcionário será submetido à nova inspeção, sendo aposentado se julgado definitivamente inválido para o serviço público em geral e não puder ser readaptado.

Art. 110. Em casos de doenças graves, contagiosas ou não, que imponham cuidados permanentes, poderá a junta médica, se considerar o doente irrecuperável, recomendar como resultado da inspeção a imediata aposentadoria.

Parágrafo Único. Na hipótese de que trata o *caput* deste artigo e o parágrafo único do artigo 109, a inspeção será feita por uma junta médica de pelo menos 03 (três) médicos.

Art. 111. No processamento das licenças para tratamento de saúde, será observado o devido sigilo sobre os laudos e os atestados médicos.

Art. 112. No curso de licença para tratamento de saúde, o funcionário abster-se-á de atividades remuneradas, sob pena de interrupção da licença com perda total do vencimento ou da remuneração, até que reassuma o cargo, e de responder a processo administrativo disciplinar.

Art. 113. Licenciado para tratamento de saúde, por acidente no exercício de suas atribuições ou por doença profissional, o funcionário recebe integralmente o vencimento ou a remuneração com as vantagens inerentes ao cargo.

Art. 114. O funcionário acidentado no exercício de suas atribuições, ou acometido de doença profissional, será posto em licença a requerimento ou de ofício para o respectivo tratamento.

§ 1º Entende-se por doença profissional a que se deva atribuir, com relação de causa e efeito, às condições inerentes ao serviço e aos fatos ocorridos em razão do seu desempenho.

§ 2º Acidente é o evento danoso que tenha como causa, mediata ou imediata, o exercício de atribuições inerentes ao cargo.

§ 3º Considera-se também acidente a agressão sofrida e não provocada pelo funcionário no exercício de suas atribuições ou em razão delas.

§ 4º A comprovação do acidente, indispensável para a concessão da licença, deve ser feita em procedimento próprio, no prazo de 08 (oito) dias, prorrogáveis por igual período.

Art. 115. O funcionário que apresentar indícios de lesões orgânicas ou funcionais será submetido à inspeção médica e não poderá recusá-la sob pena de suspensão de pagamento dos vencimentos ou da remuneração, até que ela seja realizada, e de responder a processo administrativo disciplinar.

Parágrafo Único. Consideram-se doenças determinantes do licenciamento compulsório para tratamento de saúde do funcionário a tuberculose ativa, a hanseníase, a alienação mental, a neoplasia maligna, a cegueira posterior ao ingresso no serviço público, a paralisia irreversível e incapacitante, a cardiopatia grave, a doença de Parkinson, a espondiloartrose anquilosante, a nefropatia grave, o estado avançado do mal de Paget (osteíte deformante), a síndrome da deficiência imunológica adquirida (AIDS), a esclerose múltipla, a contaminação de radiação e outras que forem indicadas em lei, de acordo com os critérios de estigma, deformação, mutilação, deficiência, ou outro fator que lhe confira especificidade e gravidade, com base na medicina especializada.

Art. 116. No curso da licença, poderá o funcionário requerer inspeção médica, caso se julgue em condições de reassumir o exercício de suas atribuições ou com direito à aposentadoria.

Art. 117. Considerado apto em inspeção médica, o funcionário reassumirá o exercício, sob pena de serem computados os dias de ausência como faltas.

Seção III

Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Art. 118. Será concedida licença ao funcionário por motivo de doença do cônjuge ou de companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou da madrasta e de enteado, ou de dependente que viva às suas expensas e conste na sua ficha funcional, mediante comprovação por junta médica oficial.

§ 1º A licença somente será deferida se a assistência direta do funcionário for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

§ 2º A licença será concedida sem prejuízo da remuneração, por até 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada por até 30 (trinta) dias, mediante laudo de junta médica oficial e, excedendo estes prazos, sem remuneração, por até 90 (noventa) dias consecutivos ou não, compreendidos no período de 24 (vinte e quatro) meses, contados ainda que interpoladamente.

§ 3º Durante a fruição da licença por motivo de doença em pessoa da família o funcionário não exercerá nenhuma atividade remunerada, sob pena de interrupção da licença e de responder a processo administrativo disciplinar.

Seção IV

Da Licença à Gestante, à Paternidade e à Adotante

Art. 119. À funcionária gestante será concedida, mediante atestado médico, licença por 120 (cento e vinte) dias, com percepção de vencimento ou remuneração com demais vantagens legais.

§ 1º A funcionária gestante, quando em serviço de natureza braçal, será aproveitada em função compatível com o seu estado, a contar do primeiro dia do quinto mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica, sem prejuízo do direito à licença de que trata esta seção.

§ 2º A licença poderá, a pedido da funcionária gestante, ter início no primeiro dia do nono mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica.

§ 3º Na hipótese de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto.

§ 4º No caso de natimorto, a funcionária ficará licenciada por 30 (trinta) dias a contar do evento, decorridos os quais, será submetida a exame médico, e se julgada apta, reassumirá o exercício de suas atribuições.

§ 5º No caso de aborto atestado por médico, a funcionária terá direito a 30 (trinta) dias de repouso remunerado.

Art. 120. Para amamentar o próprio filho até a idade de 06 (seis) meses, a funcionária lactante terá, durante a jornada de trabalho, duas horas de descanso, que poderá ser parcelada em 02 (dois) períodos de uma hora.

Art. 121. À funcionária que adotar ou tiver concedida guarda judicial para fins de adoção será concedida licença nos seguintes prazos:

I – de 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver de 0 (zero) a 30 (trinta) dias;

II – de 90 (noventa) dias, se a criança tiver de 02 (dois) meses incompletos a 06 (seis) meses;

III – de 60 (sessenta) dias, se a criança tiver de 07 (sete) meses incompletos a 02 (dois) anos;

IV – de 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 03 (três) anos incompletos a 06 (seis) anos.

§ 1º Considera-se a idade da criança à época de sua entrega à mãe adotiva.

§ 2º Findo o prazo de licença, a mãe adotante deverá retornar ao trabalho, sendo improrrogável a licença.

Art. 122. Pelo nascimento ou adoção de filhos, o funcionário terá direito à licença-paternidade de 05 (cinco) dias consecutivos.

Seção V

Da Licença para Acompanhar o Cônjuge ou o Companheiro

Art. 123. Será concedida licença ao funcionário(a) para acompanhar cônjuge ou companheiro(a) que for

deslocado(a) de ofício pela Administração Pública para outro ponto do território nacional ou exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.

§ 1º A licença será por prazo indeterminado e sem vencimento ou remuneração.

§ 2º No deslocamento do(a) funcionário(a) poderá haver exercício provisório em órgão ou entidade da Administração do estado do Paraná, inclusive autárquica ou fundacional, desde que para o exercício de atividade compatível com o seu cargo.

§ 3º Independentemente do regresso do(a) cônjuge ou do(a) companheiro(a), o(a) funcionário(a) poderá requerer, a qualquer tempo, o retorno ao exercício de suas atribuições, o que lhe será deferido observados os requisitos dos artigos 29 a 34 deste estatuto.

§ 4º Para acompanhar o (a) cônjuge ou o (a) companheiro(a) poderá ser aplicado o disposto no artigo 140 deste estatuto ao invés da licença de que trata esta seção.

Seção VI

Da Licença para o Serviço Militar

Art. 124. Ao funcionário convocado para o serviço militar será concedida licença sem vencimento ou remuneração na forma e nas condições previstas na legislação específica e mediante documento comprovante da incorporação.

Parágrafo Único. Concluído o serviço militar, o funcionário terá até 30 (trinta) dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.

Art. 125. Será concedida licença sem remuneração ou vencimento ao funcionário que tiver feito curso para oficial da reserva das forças armadas durante os estágios prescritos nos regulamentos militares.

Seção VII

Da Licença para Atividade Política e para o Exercício de Mandato Eletivo

Art. 126. O funcionário poderá ser licenciado, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§ 1º O funcionário candidato a cargo eletivo que exerça cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, dele será licenciado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo dia seguinte ao do pleito.

§ 2º A partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição o funcionário será licenciado, assegurada percepção dos vencimentos do cargo efetivo.

Art. 127. O funcionário ficará licenciado do cargo em decorrência do exercício de mandato eletivo:

I – federal, estadual ou distrital;

II – de Prefeito, sendo-lhe facultado optar pela remuneração do cargo que ocupa;

III – de Vereador, e havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso II deste artigo.

§ 1º Em qualquer caso que exija o licenciamento para o exercício do cargo eletivo, o tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção ou progressão funcional por merecimento.

§ 2º Para efeito de benefício previdenciário, no caso do licenciamento, os valores serão determinados como se no exercício estivessem.

§ 3º Será computado integralmente o tempo de exercício de mandato eletivo federal, estadual, distrital e municipal, prestado sob a égide de qualquer regime jurídico, bem como as contribuições feitas para instituições oficiais de previdência social brasileira.

§ 4º A contagem recíproca estabelecida no parágrafo 3º deste artigo atenderá ao disposto na Lei Estadual nº 12398 de 30/12/98 e na Lei Federal nº 9717 de 27/11/98.

§ 5º O funcionário investido em mandato eletivo não poderá ser relotado de ofício para localidade diversa daquela em que exerce o mandato.

§ 6º O funcionário deverá reassumir o exercício de seu cargo no Poder Judiciário no primeiro dia útil subsequente:

I – ao trânsito em julgado da decisão da Justiça Eleitoral que indeferiu o registro de sua candidatura ou homologou a sua desistência;

II – após o decurso do prazo de que trata o parágrafo 2º do artigo 126, caso seja confirmado o registro de sua candidatura;

III – ao da apresentação de sua desistência à candidatura.

§ 7º A inobservância do disposto no parágrafo 6º deste artigo implicará em falta ao serviço.

§ 8º A licença e o retorno do funcionário ao exercício de suas atribuições deverão ser comunicados à Presidência do Tribunal de Justiça no prazo de 15 (quinze) dias, contados, respectivamente, de seu início e das datas previstas no parágrafo 6º deste artigo.

Seção VIII

Da Licença para Capacitação e Frequência de Cursos e do Horário Especial

Art. 128. Após cada quinquênio de efetivo exercício, o funcionário ocupante de cargo efetivo poderá, no interesse e a critério da administração, licenciar-se com a respectiva remuneração, por até 03 (três) meses, para participar ou completar requisitos de curso de capacitação

profissional correlatos às responsabilidades e às atribuições do cargo que ocupa.

Parágrafo Único. Os períodos de licença de que trata o *caput* deste artigo não são acumuláveis.

Art. 129. O funcionário que usufruir da licença prevista no artigo 128 será obrigado a restituir os valores percebidos como remuneração durante o respectivo período, no caso de ocorrer sua exoneração no prazo de 02 (dois) anos, a contar do término do tal benefício.

Art. 130. O funcionário que for estudante em cursos de formação até o grau universitário, incluídos os de pós-graduações, desde que ministrados na localidade da lotação, terá horários especiais de trabalho que possibilitem a frequência ao curso, condicionados à possibilidade e à realização das necessárias compensações a perfazerem a carga horária normal de trabalho.

§ 1º Será deferido horário especial somente por uma vez para a realização de 01 (um) curso técnico, 01 (um) de graduação, 01 (um) de especialização, 01 (um) de mestrado e 01 (um) de doutorado, observado o período de regular duração de cada um deles.

§ 2º O funcionário beneficiário de horário especial não terá direito a qualquer gratificação ou aumento de vencimentos ou remuneração por trabalho fora do horário normal de expediente.

§ 3º Será concedido horário especial ao funcionário portador de necessidades especiais quando atestado por junta médica, independentemente de compensação de horário, observado o disposto no parágrafo 2º deste artigo.

§ 4º O Presidente do Tribunal de Justiça definirá os funcionários competentes a deliberar sobre os pedidos de horários especiais.

Seção IX

Da Licença para Tratar de Interesses Particulares

Art. 131. A critério da administração poderão ser concedidas ao funcionário ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos.

§ 1º A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do funcionário ou no interesse do serviço, devendo o funcionário, nesta última hipótese, reasumir suas atribuições no prazo de 30 (trinta) dias depois de notificado, sob pena de responder administrativamente por abandono de cargo.

§ 2º O tempo de afastamento em razão da fruição da licença de que trata esta seção não será computado para qualquer efeito legal.

Art. 132. Não será concedida a licença de que trata esta seção ao funcionário que esteja respondendo a processo administrativo disciplinar.

Seção X

Da Licença para Desempenho de Mandato Classista

Art. 133. É assegurado ao funcionário efetivo licença com remuneração para o desempenho de mandato em associação de classe ou sindicato representativo da categoria de funcionários:

I – para entidades com até 500 (quinhentos) associados, 01 (um) funcionário;

II – para entidades com 501 (quinhentos e um) a 1000 (mil) associados, 02 (dois) funcionários;

III – para entidades com 1001 (mil e um) a 1500 (mil e quinhentos) associados, 03 (três) funcionários;

IV – para entidades com mais de 1501 (mil e quinhentos e um) associados, será liberado mais um dirigente, a cada (500) quinhentos associados excedentes a tal número, até o limite de oito.

§ 1º Somente poderão ser licenciados funcionários eleitos para cargos de direção ou representação nas referidas entidades, desde que cadastradas em Ministério da Administração Pública Federal nos termos da legislação federal.

§ 2º A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada por uma única vez no caso de reeleição, e será computado o tempo de afastamento para todos os efeitos legais.

§ 3º O funcionário investido em mandato classista não poderá ser relotado de ofício para localidade diversa daquela em que exerce o mandato.

Seção XI

Da Licença Especial

Art. 134. O funcionário estável que durante 10 (dez) anos não se afastar do exercício de suas funções terá direito à licença especial de 06 (seis) meses, por decênio, com percepção de vencimento ou remuneração.

Parágrafo Único. Após cada quinquênio de efetivo exercício, ao funcionário estável que requerer conceder-se-á licença especial de 03 (três) meses com vencimento ou remuneração.

Art. 135. Não podem gozar de licença especial, simultaneamente, o funcionário e o seu substituto legal; se requeridas para períodos coincidentes, ainda que parcialmente, a preferência para a fruição é daquele que tenha mais tempo de serviço público estadual.

Parágrafo Único. Na mesma repartição não poderão usufruir de licença especial, simultaneamente, funcionários em número superior à sexta parte do total do respectivo Quadro de lotação e, quando o número de funcionários for inferior a 06 (seis), somente 01 (um) deles poderá entrar em licença especial. Em ambos os casos, a preferência será estabelecida na forma prevista no *caput* deste artigo.

Art. 136. É vedada a conversão da licença de que trata esta Subseção em pecúnia.

Seção XII

Da Licença para Estudo ou Missão no Exterior

Art. 137. Somente o funcionário estável e efetivo poderá ausentar-se do país para estudo ou missão oficial desde que autorizado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 1º A ausência não excederá a 02 (dois) anos, e finda a missão ou o estudo, somente decorrido igual período, será permitida nova ausência.

§ 2º Ao funcionário beneficiado pelo disposto neste artigo não será concedida exoneração, bem como as licenças para tratar de interesses particulares, para capacitação ou especial, antes de decorrido período igual ao da licença.

§ 3º As hipóteses, condições e formas para a concessão da licença de que trata esta seção, inclusive no que se refere à percepção de vencimentos ou de remuneração do funcionário estável e efetivo serão disciplinadas em regulamento a ser editado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 138. O licenciamento de funcionário estável e efetivo para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere dar-se-á com perda total da remuneração.

Capítulo VII

Dos Afastamentos

Art. 139. Serão concedidos os seguintes afastamentos do exercício das atribuições aos funcionários, sem prejuízo dos vencimentos ou das remunerações, para:

I – trânsito, conforme prazos estabelecidos nos parágrafos 3º e 4º do artigo 38 deste estatuto;

II – casamento, por 08 (oito) dias;

III – luto por falecimento de cônjuge ou companheiro, filho ou enteado, pai ou padrasto, mãe ou madrasta, irmão, por 08 (oito) dias;

IV – júri e outros serviços obrigatórios por lei;

V – doar sangue, por 01 (um) dia a cada 12 (doze) meses de trabalho;

VII – alistamento como eleitor, por 02 (dois) dias.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no *caput* deste artigo haverá compensação de horários respeitada a duração máxima semanal do trabalho de 40 (quarenta) horas.

Capítulo VIII

Da Cessão para servir a outro Órgão ou Entidade Pública

Art. 140. O funcionário efetivo e estável poderá ser cedido para outro órgão ou outra entidade da Administração Direta ou Indireta dos Poderes da união, dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios, nas seguintes hipóteses:

I – para exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

II – em casos previstos em leis específicas.

§ 1º Na hipótese do inciso I do *caput* deste artigo, sendo a cessão para órgãos ou entidades de outros estados, da união, do Distrito Federal ou dos municípios, o ônus da remuneração será do órgão ou da entidade cessionária, inclusive no que se referem às contribuições previdenciárias.

§ 2º O funcionário cedido ao órgão, à empresa pública ou à sociedade de economia mista do estado do Paraná, nos termos das respectivas normas, poderá optar pela remuneração do cargo efetivo ou pela remuneração do cargo efetivo acrescida de percentual da retribuição do cargo em comissão.

§ 3º A entidade cessionária efetuará o reembolso das despesas realizadas pelo cedente a qualquer título, inclusive no que toca à diferença derivada da opção referida no parágrafo 2º deste artigo.

§ 4º A cessão far-se-á a critério do Presidente do Tribunal de Justiça por prazo certo, não superior a 01 (um) ano, e mediante Portaria publicada no Diário da Justiça.

§ 5º A contagem de tempo de serviço do funcionário cedido para fins previdenciários obedecerá às normas contidas na Lei Estadual nº 12398 de 30/12/98.

Capítulo IX

Da Aposentadoria, do Tempo de Serviço e da Contribuição Previdenciária

Art. 141. A aposentadoria sob qualquer modalidade se dará nos prazos e nas formas previstas na Constituição Federal, na Constituição Estadual, na Lei Federal nº 9717 de 27/11/98 e na Lei Estadual nº 12398 de 30/12/98 e suas alterações subsequentes.

§ 1º Os valores a serem pagos em razão das aposentadorias são os definidos nas mencionadas normas e têm por base as remunerações com forma de fixação e incorporações de vantagens previstas neste estatuto.

§ 2º O sistema de seguridade dos dependentes e dos funcionários inativos do Poder Judiciário é o previsto na Lei Estadual nº 12398 de 30/12/98 e nas suas alterações subsequentes.

Capítulo X

Do Direito de Petição

Art. 142. É assegurado ao funcionário o direito de petição em defesa de direito ou contra ilegalidade ou abuso de poder contra si praticado.

Art. 143. A petição será dirigida à autoridade da qual emanou o ato impugnado ou a que for competente para deliberar sobre o pleito concessivo de direito.

Art. 144. Cabe pedido de reconsideração dirigido à autoridade que houver proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

Parágrafo Único. A impugnação, o requerimento e o pedido de reconsideração de que trata o *caput* deste artigo e os artigos 142 e 143 deste estatuto deverão ser despachados no prazo de 05 (cinco) dias e decididos dentro de 30 (trinta) dias.

Art. 145. Caberá recurso com efeito devolutivo do indeferimento do pedido de reconsideração e da decisão do primeiro recurso.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, e, sucessivamente, ao Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 2º O Presidente do Tribunal de Justiça poderá delegar poderes aos funcionários imediatamente subordinados para a apreciação dos recursos de sua competência.

§ 3º O prazo para deliberar sobre os recursos é de 30 (trinta) dias.

Art. 146. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 15 (quinze) dias, a contar da publicação ou da ciência da decisão pelo interessado.

Art. 147. O recurso será recebido com efeito suspensivo pelo Presidente do Tribunal de Justiça, ou pela autoridade a quem cabe a atribuição do respectivo julgamento, no caso de risco de lesão grave e de difícil reparação.

Parágrafo Único. Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.

Art. 148. O direito de peticionar prescreve:

I – em 05 (cinco) anos, a contar dos atos que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações com a administração do Poder Judiciário;

II – em 02 (dois) anos, a contar da demissão, da cassação de aposentadoria ou da cassação de disponibilidade;

II – em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

Parágrafo Único. O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado quando se der antes da publicação.

Art. 149. O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.

Art. 150. A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração.

Art. 151. Para o exercício do direito de petição, é assegurada vista de autos e de documento, na repartição, ao funcionário ou ao procurador por ele constituído.

TÍTULO V

Do Regime Disciplinar

Capítulo I

Disposições Gerais

Seção I

Da Cumulação de Cargos

Art. 152. Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

§ 1º A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções e abrange autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público.

§ 2º A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

§ 3º Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade ou pensão paga a partir de valores de órgão ou entidade previdenciária pública, salvo quando os cargos ou empregos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.

Art. 153. O funcionário não poderá exercer mais de um cargo em comissão ou mais de uma função gratificada prevista no *caput* do artigo 79 deste estatuto.

Art. 154. O funcionário vinculado ao regime deste estatuto, que acumular lícitamente 02 (dois) cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e de local com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou das entidades envolvidas.

Art. 155. É vedado o exercício gratuito de função ou cargo remunerado.

Parágrafo Único. A vedação contida no *caput* deste artigo não abrange os funcionários aposentados no desempenho de serviço voluntário como conciliador ou para cumprir tarefas especiais, desde que devidamente autorizados pelo Presidente do Tribunal de Justiça ou por quem ele designar para tal atribuição.

Seção II

Dos Deveres

Art. 156. São deveres do funcionário:

I – assiduidade;

II – pontualidade;

III – urbanidade;

IV – manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

V – exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

VI – lealdade e respeito às instituições a que servir;
VII – observar as normas legais e regulamentares;
VIII – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

IX – atender com presteza:

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas às protegidas por sigilo;

b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;

c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública;

X – levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

XI – zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;

XII – guardar sigilo sobre assunto da repartição;

XIII – representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

XIV – atender prontamente às convocações para serviços extraordinários;

XV – zelar pela manutenção atualizada dos seus dados cadastrais perante a Administração Pública;

XVI – apresentar-se convenientemente trajado em serviço ou com uniforme determinado;

XVII – proceder na vida pública e na vida privada de forma a dignificar o cargo ou a função que exerce;

XVIII – cumprir os prazos previstos para a prática dos atos que lhe são afetos ou que forem determinados pela autoridade administrativa ou judiciária a que estiver vinculado;

XIX – comunicar à Secretaria do Tribunal de Justiça e restituir imediatamente os valores que perceber indevidamente como remuneração;

XX – freqüentar os cursos instituídos pela administração do Tribunal de Justiça para aperfeiçoamento ou especialização;

XXI – submeter-se à inspeção médica quando determinada pela autoridade competente.

§ 1º A representação de que trata o inciso XIII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada por autoridade superior àquela contra a qual é formulada.

§ 2º Será dispensado da freqüência a cursos de aperfeiçoamento ou especialização o funcionário que comprovar relevante motivo que o impeça.

§ 3º A freqüência e o aproveitamento a cursos de aperfeiçoamento ou especialização será considerada para a progressão e a promoção funcional.

Seção III

Das Proibições

Art. 157. Ao funcionário é proibido:

I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do Chefe imediato;

II – retirar qualquer documento ou objeto da repartição sem prévia anuência da autoridade competente;

III – recusar fé a documentos públicos;

IV – opor resistência injustificada ao encaminhamento de documento, ao andamento de processo ou à execução de serviço;

V – promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição;

VI – cometer a pessoa estranha ao Quadro da repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

VII – coagir ou aliciar subordinados no sentido de se filiarem à associação profissional ou sindical, ou a partido político;

VIII – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau;

IX – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou para outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

X – participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, salvo a participação em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros, e exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista ou cotista;

XI – atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas;

XII – receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer para o desempenho de suas atribuições;

XIII – aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;

XIV – praticar usura sob qualquer de suas formas;

XV – proceder de forma desidiosa;

XVI – utilizar pessoal ou recursos materiais do Poder Público em serviços ou atividades particulares;

XVII – cometer a outro funcionário atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

XVIII – exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou da função e com o horário de trabalho;

XIX – recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;

XX – referir-se de modo depreciativo em qualquer escrito ou por palavras às autoridades constituídas e aos atos administrativos por ela praticados, ressalvada a análise técnica e doutrinária em trabalho de natureza acadêmica;

XXI – deixar de comparecer ao serviço sem justificativa aceita pela administração;

XXII – tratar de assuntos particulares na repartição durante o horário de expediente;

XXIII – empregar materiais e bens do Poder Judiciário ou à disposição deste em serviço ou atividade estranha às funções públicas;

XXIV – manter domicílio ou residência fora da localidade de sua lotação;

XXV – acumular cargos ou funções, observados os permissivos constitucionais e legais.

Seção IV

Das Responsabilidades

Art. 158. O funcionário responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 159. As responsabilidades e sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 160. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário público ou a terceiros.

§ 1º A indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário será liquidada na forma prevista no artigo 69, sem prejuízo da execução do débito pela via judicial.

§ 2º Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o funcionário perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

§ 3º A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada até o limite do valor da herança recebida.

Art. 161. A responsabilidade penal abrange os crimes e as contravenções imputadas ao funcionário, nessa qualidade.

Art. 162. A responsabilidade administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou da função.

Art. 163. A responsabilidade administrativa do funcionário será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou de sua autoria.

Capítulo II

Do Sistema Disciplinar dos Funcionários de 1º Grau de Jurisdição

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 164. Aos funcionários do Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná, aos Secretários do Conselho de Supervisão do Juizado Especial, aos Secretários de Turma Recursal do Juizado Especial, aos Secretários do Juizado Especial, aos Oficiais de Justiça do Juizado Especial, aos Auxiliares de Cartório do Juizado Especial, aos Auxiliares Administrativos do Juizado Especial e aos Contadores e Avaliadores do Juizado Especial se aplica o sistema previsto neste Capítulo.

Parágrafo Único. Aos funcionários do Quadro da Secretaria do Tribunal de Justiça que estiverem lotados ou atuando no foro judicial, em 1º Grau de jurisdição,

ainda que subordinados a Juízes, não se aplicam as disposições referidas no *caput* deste artigo e sim as que seguem no Capítulo III deste Título.

Art. 165. Os funcionários do Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná deverão exercer suas funções com dignidade e compostura, obedecendo às determinações de seus superiores e cumprindo as disposições legais a que estiverem sujeitos.

Art. 166. Os funcionários do Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná terão domicílio e residência na sede da comarca em que exercerem suas funções.

Art. 167. Os funcionários do Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná ficarão sujeitos às seguintes penas disciplinares pelas faltas cometidas no exercício de suas funções:

I – de advertência, aplicada por escrito em caso de mera negligência;

II – de censura, aplicada por escrito em caso de falta de cumprimento dos deveres previstos nesta lei, e também de reincidência de que tenha resultado aplicação de pena de advertência;

III – de devolução de custas em dobro, aplicada em casos de cobrança de custas que excedam os valores fixados na respectiva tabela, a qual ainda poderá ser cumulada com outra pena disciplinar;

IV – de suspensão, aplicada em caso de reincidência em falta de que tenha resultado na aplicação de pena de censura, ou em caso de infringência às seguintes proibições:

a) exercer cumulativamente 02 (dois) ou mais cargos ou funções públicas, salvo as exceções permitidas em lei;

b) retirar, modificar ou substituir, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento de órgão estatal, com o fim de criar direito ou obrigação ou de alterar a verdade dos fatos;

c) valer-se do cargo ou função para obter proveito pessoal em detrimento da dignidade do cargo ou função;

d) praticar usura;

e) receber propinas e comissões de qualquer natureza em razão do cargo ou função;

f) revelar fato ou informação de natureza sigilosa de que tenha ciência em razão do cargo ou função;

g) delegar, salvo nos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que a si competir ou a seus subordinados;

h) deixar de comparecer ao trabalho sem causa justificada;

i) retirar ou utilizar materiais e bens do estado indevidamente;

j) deixar de cumprir atribuições inerentes ao cargo no prazo estipulado;

V – de demissão, aplicada nos casos de:

- a) crime contra a Administração Pública;
- b) abandono de cargo;
- c) falta ao serviço, sem justa causa, por 60 (sessenta) dias alternados no período de 12 (doze) meses;
- d) improbidade administrativa;
- e) incontinência pública ou conduta escandalosa na repartição;
- f) reincidência em caso de insubordinação;
- g) ofensa física, em serviço, a funcionário ou a particular, salvo escusa legal;
- h) aplicação irregular de dinheiro público;
- i) revelação de segredo que conheça em razão do cargo ou da função;
- j) lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio do estado;
- l) corrupção;
- m) acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;
- n) transgressão dos incisos IX a XV, XXIII e XXV do artigo 157;
- o) condenação por crime comum à pena privativa de liberdade superior a 04 (quatro) anos;
- p) reiterada desídia no cumprimento das atribuições do cargo ou da função.

§ 1º A pena de suspensão poderá ser convertida em multa quando houver conveniência para o serviço, à razão de 50% (cinquenta por cento) do valor da remuneração a que no período imposto fizer jus o funcionário, que fica obrigado neste caso a permanecer em atividade.

§ 2º Para os fins do inciso V, alínea "b", deste artigo, considera-se abandono de cargo a ausência ao serviço, sem justa causa, por mais de 30 (trinta) dias.

§ 3º Durante o período de suspensão, o funcionário perderá todas as vantagens decorrentes do exercício do cargo.

§ 4º Na aplicação das penalidades, considerar-se-ão a natureza e a gravidade da infração, os meios empregados, os danos que dela provierem para o serviço público e os antecedentes disciplinares do funcionário.

Art. 168. Será cassada a aposentadoria ou disponibilidade se ficar provado que o inativo:

- I – praticou falta grave no exercício do cargo ou função;
- II – aceitou ilegalmente cargo ou função pública;
- III – aceitou representação de estado estrangeiro sem prévia autorização do Presidente da República;
- IV – praticou usura em qualquer de suas formas;
- V – perdeu a nacionalidade brasileira.

§ 1º Cassada a aposentadoria ou a disponibilidade, o funcionário, para todos os efeitos legais, será considerado como demitido do serviço público.

§ 2º Independentemente de qualquer tipo de exoneração, permanece a necessidade de processamento e julgamento das condutas passíveis de punição com suspensão, demissão ou cassação de aposentadoria e de disponibilidade.

Art. 169. São competentes para aplicação das penalidades disciplinares o Conselho da Magistratura, o Corregedor-Geral da Justiça e os Juízes perante os quais servirem ou a quem estiverem subordinados os funcionários, observado o seguinte:

I – o Conselho da Magistratura poderá aplicar quaisquer das penalidades previstas no artigo anterior;

II – o Corregedor-Geral da Justiça e os Juízes poderão aplicar as penas de advertência, censura, devolução de custas em dobro e suspensão de até 30 (trinta) dias.

Art. 170. As penas de advertência, censura e devolução de custas em dobro poderão ser aplicadas em sindicância, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 171. Qualquer penalidade imposta ao funcionário será comunicada à Corregedoria-Geral da Justiça para as devidas anotações.

Art. 172. Se a pena imposta for a de demissão ou de cassação de aposentadoria, a decisão será remetida ao Presidente do Tribunal de Justiça, que expedirá o respectivo decreto, comunicando o fato, na segunda hipótese, ao Tribunal de Contas.

Art. 173. Sempre que houver comprovação de prática de crime de ação penal pública, remeter-se-ão peças ao Ministério Público.

Art. 174. As penalidades de advertência, censura e devolução de custas em dobro terão seus registros cancelados após o decurso de 03 (três) anos, e a de suspensão após 05 (cinco) anos, respectivamente, contados da aplicação ou do cumprimento da pena, se o funcionário não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Art. 175. Mediante decisão do Corregedor-Geral da Justiça, o funcionário poderá ser afastado do exercício do cargo quando criminalmente processado ou condenado enquanto estiver tramitando o processo ou pendente de execução a pena aplicada.

Parágrafo Único. Recebida a denúncia ou transitada em julgado a sentença, o Juiz do processo remeterá ao Corregedor-Geral da Justiça cópias das respectivas peças.

Art. 176. O Corregedor-Geral da Justiça, por decisão fundamentada, poderá afastar o funcionário do exercício do cargo, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, se houver necessidade de acautelamento a fim de evitar a continuidade dos ilícitos administrativos praticados, para garantia da normalidade do serviço público ou por conveniência da instrução do processo administrativo.

Art. 177. Fica assegurado ao funcionário, quando do afastamento ocorrido pela aplicação das normas conti-

das nos artigos 175 e 176 deste estatuto, o direito à percepção de sua remuneração.

Art. 178. Afastado o funcionário, o Corregedor-Geral da Justiça designará substituto se assim a necessidade do serviço o exigir.

Art. 179. A pena de demissão ou de cassação de aposentadoria será aplicada ao funcionário do Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná:

I – em virtude de sentença que declare a perda de cargo ou de função pública;

II – mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

Seção II

Da Prescrição

Art. 180. Prescreverá o direito de punir:

I – em 02 (dois) anos, para as infrações sujeitas às penalidades de advertência, censura, devolução de custas em dobro e suspensão;

II – em 04 (quatro) anos, para as infrações sujeitas à pena de demissão e de cassação de aposentadoria.

Parágrafo Único. A punibilidade da infração, também prevista na lei penal como crime, prescreve juntamente com este.

Art. 181. O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido pela autoridade competente para aplicar a penalidade.

§ 1º A abertura da sindicância ou a instauração de processo administrativo interrompem a prescrição.

§ 2º A abertura da sindicância meramente preparatória do processo administrativo, desprovida de contraditório e da ampla defesa, não interrompe a prescrição.

§ 3º Suspende-se o prazo prescricional quando a autoridade reputar conveniente o sobrestamento do processo administrativo até a decisão final do inquérito policial, da ação penal ou da ação civil pública, desde que originadas no mesmo fato do processo administrativo.

§ 4º Interrompida a prescrição, todo o prazo começa a correr novamente do dia da interrupção.

Seção III

Do Processo Administrativo

Art. 182. O processo administrativo terá início após a certeza dos fatos, por portaria baixada por Juiz ou pelo Corregedor-Geral da Justiça, na qual se imputarão os fatos ao funcionário, delimitando-se o teor da acusação.

Parágrafo Único. Os atos instrutórios do processo poderão ser delegados pelo Corregedor-Geral da Justiça a Juiz ou a assessor lotado na Corregedoria-Geral da Justiça.

Art. 183. Ao funcionário acusado será dada a notificação dos termos da acusação, devendo ele ser citado para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa e requerer a produção de provas.

§ 1º A citação far-se-á:

I – por mandado ou pelo correio, por meio de ofício sob registro e com aviso de recebimento;

II – por carta precatória ou de ordem;

III – por edital, com prazo de 15 (quinze) dias.

§ 2º O edital será publicado 03 (três) vezes no Diário da Justiça e afixado no átrio do Fórum ou no da Corregedoria-Geral da Justiça.

Art. 184. Em caso de revelia, será designado pela autoridade competente bacharel para funcionar como defensor dativo ao funcionário.

Art. 185. Apresentada defesa, seguir-se-á a instrução com a produção das provas deferidas, podendo a autoridade instrutora determinar a produção de outras necessárias à apuração dos fatos.

§ 1º A autoridade que presidir a instrução deverá interrogar o funcionário acusado acerca da imputação, designando dia, hora e local e determinando sua intimação bem como a de seu defensor.

§ 2º Em todas as cartas precatórias e de ordem, a autoridade processante declarará o prazo dentro do qual elas deverão ser cumpridas. Vencido esse prazo, o feito será levado a julgamento independentemente de seu cumprimento.

§ 3º Encerrada a instrução, será concedido um prazo de 05 (cinco) dias para as alegações finais do acusado.

§ 4º Apresentadas as alegações finais, a autoridade competente proferirá decisão.

§ 5º Instaurado o processo administrativo por determinação do Corregedor-Geral da Justiça, este, após receber os autos com o relatório elaborado pela autoridade instrutora, decidi-lo-á ou o relatará, conforme o caso, perante o Conselho da Magistratura.

§ 6º A instrução deverá ser ultimada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis por mais 60 (sessenta) dias.

Seção IV

Do Abandono do Cargo

Art. 186. Caracterizada a ausência do funcionário na forma do artigo 167, parágrafo 2º, deste Código, fará o Juiz a respectiva comunicação à Corregedoria-Geral da Justiça.

Art. 187. Diante da comunicação da ausência do funcionário, e havendo indícios de abandono de cargo, o Corregedor-Geral da Justiça baixará portaria instaurando processo administrativo, com expedição de edital de chamamento e citação, que será publicado no

Diário da Justiça por 03 (três) dias consecutivos, convocando o funcionário a justificar sua ausência ao serviço no prazo de 10 (dez) dias, contados da última publicação.

Art. 188. Se procedente a justificativa apresentada pelo funcionário, deverá ele reassumir imediatamente suas funções.

Parágrafo Único. Não ocorrendo o retorno do funcionário à atividade, segue-se o procedimento estabelecido nos artigos 183 e 184 deste Código.

Art. 189. Declarado o abandono do cargo pelo Conselho da Magistratura, os autos serão encaminhados ao Presidente do Tribunal de Justiça, que expedirá o decreto de demissão do funcionário.

Seção V

Dos Recursos

Art. 190. Das decisões do Juiz ou do Corregedor-Geral da Justiça caberá recurso em último grau ao Conselho da Magistratura no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 191. Das decisões originárias do Conselho da Magistratura cabe recurso ao Órgão Especial no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 192. O recurso será interposto perante a autoridade que houver proferido a decisão recorrida, a qual, se o receber, encaminhá-lo-á no prazo de 02 (dois) dias ao órgão competente para julgamento.

§ 1º Só não será recebido o recurso em caso de intempestividade.

§ 2º O recurso será sempre recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo.

Capítulo III

Do Sistema Disciplinar dos Funcionários do Quadro da Secretaria do Tribunal de Justiça

Seção I

Das Penalidades Disciplinares

Art. 193. São penalidades disciplinares:

- I – advertência;
- II – suspensão;
- III – demissão;
- IV – cassação de aposentadoria ou de disponibilidade;
- V – destituição de cargo em comissão.

§ 1º Cassada a aposentadoria ou a disponibilidade, o funcionário, para todos os efeitos legais, será considerado como demitido do serviço público.

§ 2º Independentemente de qualquer tipo de exoneração, permanece a necessidade de processamento e julgamento das condutas passíveis de punição com sus-

pensão, demissão ou cassação de aposentadoria e de disponibilidade.

Art. 194. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público e os antecedentes funcionais.

Subseção I

Da Advertência

Art. 195. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do artigo 157, incisos I a VIII, XIX e XXII, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

§ 1º A penalidade de advertência terá seu registro cancelado após o decurso de 03 (três) anos, contados de sua anotação, e se o funcionário não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

§ 2º O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

Subseção II

Da Suspensão

Art. 196. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder a 90 (noventa) dias.

§ 1º Será punido com suspensão de até 30 (trinta) dias o funcionário que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.

§ 2º Caracteriza falta punível com suspensão de até 90 (noventa) dias o não atendimento à convocação para sessões do Tribunal do Júri e a outros serviços obrigatórios.

§ 3º Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o funcionário obrigado a permanecer em serviço.

Art. 197. Durante o cumprimento da pena de suspensão o funcionário perderá todas as vantagens decorrentes do exercício do cargo.

Art. 198. A penalidade de suspensão terá seu registro cancelado após o decurso de 05 (cinco) anos, contados do cumprimento integral da pena, e se o funcionário não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Parágrafo Único. O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

Subseção III

Da Demissão

Art. 199. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

- I – crime contra a Administração Pública;
 - II – abandono de cargo;
 - III – falta ao serviço, sem justa causa, por 60 (sessenta) dias alternados no período de 12 (doze) meses;
 - IV – improbidade administrativa;
 - V – incontinência pública ou conduta escandalosa na repartição;
 - VI – reincidência em caso de insubordinação;
 - VII – ofensa física, em serviço, a funcionário ou a particular, salvo escusa legal;
 - VIII – aplicação irregular de dinheiro público;
 - IX – revelação de segredo que conheça em razão do cargo ou da função;
 - X – lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio do Estado;
 - XI – corrupção;
 - XII – acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;
 - XIII – transgressão dos incisos IX a XV, XXIII e XXV do artigo 157;
 - XIV – condenação por crime comum à pena privativa de liberdade superior a 04 (quatro) anos;
 - XV – reiterada desídia no cumprimento das atribuições do cargo ou da função.
- Parágrafo Único. Considera-se abandono de cargo a ausência ao serviço, sem justa causa, por 30 (trinta) dias consecutivos.

Subseção IV

Da Cassação de Aposentadoria ou de Disponibilidade

Art. 200. Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com demissão.

Parágrafo Único. A aplicação definitiva de uma das penas referidas no *caput* deste artigo será anotada na ficha funcional.

Subseção V

Da Destituição de Cargo em Comissão

Art. 201. A destituição de funcionário não efetivo de cargo de provimento em comissão se dará nos casos de infração punível com as penas de suspensão ou de demissão para os funcionários efetivos e o inabilitará à nomeação para outro cargo em comissão e para participar de concurso público para cargo no Poder Judiciário estadual por 05 (cinco) anos.

§ 1º Em tal hipótese, a exoneração do funcionário comissionado, a qualquer título, não elidirá a necessidade de processamento e julgamento das condutas que se lhe imputam.

§ 2º O julgamento procedente da imputação, no caso do parágrafo 1º deste artigo, será anotado na ficha funcional para fim de caracterização dos impedimentos constantes do *caput* deste artigo.

§ 3º Ao funcionário efetivo que for demitido também se aplicam os impedimentos referidos no *caput* deste artigo.

§ 4º Independentemente do contido neste artigo ou da prática de qualquer infração por ocupante de cargo de provimento em comissão a Administração Pública conserva o poder de livremente exonerá-lo a qualquer tempo.

Art. 202 Não poderá retornar ao Poder Judiciário estadual o funcionário que tiver contra si julgada procedente definitivamente, no âmbito administrativo ou judicial, imputação de improbidade administrativa, aplicação irregular de dinheiro público, lesão aos cofres públicos, dilapidação do patrimônio público ou corrupção.

Seção II

Da Prescrição da Pretensão Punitiva

Art. 203. A pretensão punitiva disciplinar prescreverá:

I – em 05 (cinco) anos para as infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou de disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

II – em 02 (dois) anos para as infrações puníveis com advertência ou suspensão.

§ 1º O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido da autoridade competente para ordenar a instauração do procedimento administrativo disciplinar.

§ 2º Os prazos e os termos de interrupção de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares tipificadas como crime.

§ 3º Interrompe-se a contagem do prazo de prescrição:

I – com a instauração de sindicância ou do procedimento administrativo disciplinar;

II – com a instauração de processo administrativo;

III – com a decisão de mérito proferida no processo administrativo;

IV – com a interposição de recurso ou de pedido de revisão da decisão de mérito proferida em processo administrativo;

V – com a decisão de recurso ou de pedido de revisão da decisão de mérito proferida em processo administrativo;

VI – com a propositura de ação judicial que tenha por pretensão a anulação ou revisão de decisão punitiva ou de processo administrativo disciplinar.

§ 4º Na hipótese do inciso VI a contagem do prazo prescricional somente se reiniciará após o trânsito em julgado da decisão judicial da ação anulatória ou de revisão.

§ 5º Interrompida a prescrição, todo o prazo começa a correr novamente do dia da interrupção.

Seção III

Da Competência para Aplicação das Penalidades e da Instauração dos Procedimentos Administrativos

Art. 204. O Secretário do Tribunal de Justiça é competente para ordenar a instauração de procedimentos disciplinares, nomear e designar integrantes para Comissão Disciplinar e aplicar as penalidades disciplinares.

§ 1º As competências em matéria disciplinar do Secretário do Tribunal de Justiça poderão ser delegadas a funcionários a ele diretamente subordinados.

§ 2º Ao designar os integrantes da comissão e os respectivos suplentes, o Secretário do Tribunal de Justiça indicará o funcionário que irá presidi-la.

§ 3º O Presidente da Comissão Disciplinar designará, dentre os membros, aquele que irá secretariá-lo.

§ 4º A Comissão Disciplinar será composta de 03 (três) funcionários ocupantes de cargos efetivos, estáveis e bacharéis em Direito, pelo prazo de 02 (dois) anos, prorrogável por até mais (02) dois anos.

§ 5º Os integrantes da comissão justificarão previamente e por escrito ao superior e hierárquico o afastamento do serviço de suas repartições por ocasião dos trabalhos relativos aos procedimentos administrativos disciplinares.

Art. 205. Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, abandono de cargo ou falta ao serviço, sem justa causa, por 60 (sessenta) dias, alternados no período de 12 (doze) meses, a autoridade competente determinará à Comissão Disciplinar a abertura de processo administrativo de rito sumário.

Seção IV

Da Competência para apreciação dos Recursos

Art. 206. Das decisões disciplinares do Secretário do Tribunal de Justiça caberá recurso, com efeitos suspensivo e devolutivo, no prazo de 15 (quinze) dias, ao Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 1º As penas de demissão, de cassação de aposentadoria, de cassação de disponibilidade e de destituição de cargo de provimento em comissão aplicadas pelo Secretário do Tribunal de Justiça serão necessariamente reexaminadas pelo Presidente do Tribunal de Justiça a quem serão remetidos os autos de processo disciplinar no prazo de 30 (trinta) dias, independentemente de recurso do apenado.

§ 2º Na hipótese do parágrafo 1º deste artigo, a penalidade só produzirá efeitos após o reexame, que se dará no prazo de 30 (trinta) dias, pelo Presidente do Tribunal de Justiça a quem caberá, caso decida pela manutenção da pena, determinar as providências para a efetiva aplicação.

§ 3º Na hipótese do parágrafo 2º deste artigo, a decisão do Presidente do Tribunal substitui sempre a decisão do Secretário para todos os efeitos legais.

§ 4º O Presidente do Tribunal de Justiça poderá delegar sua competência disciplinar a um ou mais integrantes da cúpula diretiva do Tribunal de Justiça.

Seção V

Do Procedimento Administrativo Disciplinar e da Sindicância

Art. 207. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público do Poder Judiciário deverá comunicar ao Secretário do Tribunal de Justiça, a quem cabe ordenar apuração.

§ 1º A competência para apuração prévia por sindicância ou por procedimento de que trata o *caput* deste artigo é da Comissão Disciplinar.

§ 2º A sindicância é o procedimento disciplinar que antecede o processo administrativo disciplinar e serve para a apuração da extensão dos fatos apontados como irregulares e da extensão da responsabilidade de cada autor.

§ 3º O procedimento disciplinar prévio de caráter genérico é o que antecede o processo administrativo e serve para a apuração da extensão dos fatos apontados como irregulares cuja autoria ainda é desconhecida.

Art. 208. As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração desde que contenham a identificação, a qualificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

Parágrafo Único. Caso o fato narrado não configure infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada de plano.

Art. 209. Da sindicância e do procedimento prévio poderão resultar:

I – o arquivamento;

II – a instauração de processo disciplinar ou a aplicação de pena nos termos deste estatuto.

§ 1º O prazo para conclusão da sindicância e do procedimento prévio não excederá 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por até igual período, a critério da autoridade que ordenou a respectiva instauração.

§ 2º As penas de advertência e de suspensão de até 30 (trinta) dias poderão ser aplicadas em sindicância, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 210. A sindicância e o procedimento prévio terão início no prazo de 03 (três) dias a contar da data que for comunicada à Comissão Disciplinar a ordem de apuração dos fatos.

§ 1º Obtida a autoria, ou sendo ela conhecida pela Comissão Disciplinar, e delimitados os fatos, o sindicado será intimado para se manifestar por escrito, no prazo de cinco (05) dias, podendo indicar provas.

§ 2º Havendo 02 (dois) ou mais indiciados, o prazo será comum e de 10 (dez) dias.

§ 3º A Comissão Disciplinar procederá a todas as diligências que julgar necessárias para a elucidação dos fatos.

§ 4º Concluindo pela inexistência de falta funcional, a Comissão Disciplinar elaborará relatório final e encaminhará os autos à autoridade competente.

§ 5º Sendo possível a aplicação de pena no caso de conclusão no sentido de existir ilícito administrativo, em tese, será feito relatório com a delimitação dos fatos, a indicação das normas violadas e eventuais sanções cabíveis e os autos serão encaminhados à autoridade competente.

Art. 211. Na hipótese de ser necessário o processo administrativo para a aplicação de penalidade, em razão da sua natureza, a Comissão Disciplinar tomará de ofício as providências para a respectiva instauração através de portaria acusatória.

§ 1º Em tais hipóteses a sindicância ou o procedimento prévio terão natureza inquisitorial, sendo garantidos a ampla defesa e o contraditório para o processo administrativo propriamente dito.

§ 2º A portaria acusatória conterà a delimitação dos fatos e das condutas e indicará as normas violadas e as sanções cabíveis.

Seção VI

Do Afastamento Preventivo

Art. 212. Para garantia da instrução tanto no âmbito da sindicância, como do processo administrativo disciplinar, a autoridade julgadora poderá determinar o afastamento cautelar do funcionário do exercício de suas atribuições, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluída a sindicância ou o processo administrativo.

§ 2º A providência deste artigo poderá ser adotada de ofício pela autoridade competente para julgamento ou a requerimento do Presidente da Comissão Disciplinar.

Seção VII

Do Processo Administrativo Disciplinar

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 213. O processo disciplinar é destinado a apurar a responsabilidade de funcionário por infração praticada no exercício de suas atribuições ou que com elas tenha relação.

Art. 214. O processo disciplinar será conduzido pela Comissão Disciplinar e antecederá necessariamente à aplicação das penas de suspensão por mais de 30

(trinta) dias, demissão, cassação de aposentadoria, cassação de disponibilidade ou destituição de cargo em comissão.

§ 1º Não poderá participar de Comissão Disciplinar cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

§ 2º O processo administrativo poderá ser utilizado nas hipóteses de aplicação de pena de advertência e de suspensão de até 30 (trinta) dias, respeitada a possibilidade prevista no parágrafo 2º do artigo 209 deste estatuto.

Art. 215. O processo administrativo possui 02 (dois) ritos:

I – o sumário para as hipóteses do artigo 217 deste estatuto; e

II – o ordinário para as demais hipóteses.

Art. 216. A Comissão Disciplinar exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação dos fatos ou conforme exigido pelo interesse da administração.

§ 1º Sempre que necessário, a Comissão Disciplinar dedicará tempo integral aos seus trabalhos, e seus membros justificarão previamente e por escrito ao superior e hierárquico o afastamento do serviço de suas repartições por ocasião dos trabalhos relativos aos procedimentos administrativos disciplinares.

§ 2º As reuniões e as audiências da Comissão Disciplinar terão caráter reservado e serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

§ 3º Em razão da natureza do fato que se apura, nos casos em que a preservação do direito à intimidade do interessado não prejudique o interesse público à informação, poderá a Comissão Disciplinar ou a autoridade julgadora limitar a publicidade dos atos ao acusado e a seus defensores.

Subseção II

Do Processo Administrativo Disciplinar de Rito Sumário

Art. 217. O processo administrativo de rito sumário é de responsabilidade da Comissão Disciplinar e se aplica às infrações:

I – de falta ao serviço, sem justa causa, por 60 (sessenta) dias alternados no período de 12 (doze) meses;

II – de abandono de cargo;

III – de acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas.

Art. 218. O processo administrativo disciplinar sumário obedecerá:

I – encaminhamento de ordem de apuração à Comissão Disciplinar com a indicação do funcionário e da materialidade da transgressão objeto da apuração;

II – instrução sumária, que compreende acusação com delimitação dos fatos e indicação dos dispositivos violados e das sanções cabíveis, citação, defesa e relatório;

III – julgamento.

§ 1º A indicação da autoria de que trata o inciso I deste artigo, dar-se-á pelo nome e pela matrícula do funcionário, e da materialidade, pela descrição dos cargos, empregos ou funções públicas em situação de acumulação ilegal, dos órgãos ou das entidades de vinculação, das datas de ingresso, do horário de trabalho e do correspondente regime jurídico.

§ 2º A Comissão Disciplinar lavrará portaria em até 03 (três) dias após a ciência do ato que determinou a apuração, em que serão transcritas as informações, as normas violadas, os fatos delimitados, indicadas as sanções cabíveis, bem como promoverá a citação pessoal do funcionário para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente defesa escrita.

§ 3º Apresentada defesa, a Comissão Disciplinar elaborará relatório conclusivo quanto à existência ou não de acumulação ilegal, em que resumirá as peças principais dos autos, indicará os dispositivos legais e sanções eventualmente aplicáveis e remeterá o processo à autoridade competente para julgamento.

§ 4º No prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão e remeterá os autos para reexame necessário ao Presidente do Tribunal de Justiça no caso de aplicar pena de demissão.

§ 5º Efetivada opção pelo funcionário até o último dia de prazo para defesa configurará sua boa-fé, hipótese em que a pena se converterá automaticamente em pedido de exoneração do outro cargo, devendo tal circunstância constar no mandado de citação.

§ 6º Caracterizada acumulação ilegal e má-fé, aplicar-se-á a pena de demissão, destituição, cassação de aposentadoria ou de cassação de disponibilidade em relação aos cargos, empregos ou funções públicas em regime de cumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou as entidades de vinculação serão comunicados.

§ 7º O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de ciência, por parte da Comissão Disciplinar, do ato que ordenou a apuração, admitida a sua prorrogação por até 30 (trinta) dias, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 8º O procedimento sumário rege-se pelas disposições deste artigo, observando-se, no que lhe for aplicável, subsidiariamente as disposições gerais do processo administrativo regido pelo rito ordinário.

Art. 219. Na apuração de abandono de cargo ou de inassiduidade habitual, também será adotado o procedimento sumário a que se refere o artigo 217, observando-se:

I – a indicação da materialidade que se dará:

a) na hipótese de abandono de cargo, com indicação precisa do período de ausência intencional do funcionário ao serviço superior a 30 (trinta) dias;

b) no caso de inassiduidade habitual, com indicação dos dias de falta ao serviço sem causa justificada, por período igual ou superior a 60 (sessenta) dias interpoladamente, no período de 12 (doze) meses;

II – após a apresentação da defesa escrita, a Comissão Disciplinar elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do funcionário, em que resumirá as peças principais dos autos, indicará o respectivo dispositivo legal, opinará sobre a intencionalidade da ausência e remeterá o processo à autoridade competente para julgamento.

Subseção III

Do Processo Administrativo Disciplinar de Rito Ordinário

Art. 220. O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I – instauração, com a lavratura da portaria de acusação que indicará as provas que serão produzidas, inclusive com o rol das testemunhas;

II – citação pessoal para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, com a indicação das provas que pretende produzir, inclusive com o rol das testemunhas;

III – interrogatório do acusado;

IV – definição das provas a serem produzidas e sua produção;

V – apresentação de alegações finais pela defesa no prazo de dez (10) dias;

VI – relatório e remessa dos autos para a autoridade julgadora;

VII – julgamento.

Parágrafo Único. Havendo 02 (dois) ou mais acusados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.

Art. 221. Em caso de revelia, será designado pelo Presidente da Comissão Disciplinar bacharel como defensor dativo que acompanhará o processo, inclusive na fase de reexame necessário ou de recurso voluntário.

§ 1º O acusado ou indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à Comissão Disciplinar o lugar em que poderá ser encontrado, sob pena de ser considerado revel.

§ 2º Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado no Diário da Justiça e em jornal de grande circulação da localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa escrita.

§ 3º Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 10 (dez) dias a partir da última publicação do edital.

Art. 222. Apresentada defesa, seguir-se-á a instrução com a produção das provas deferidas.

§ 1º A Comissão Disciplinar determinará a produção de outras provas não requeridas pela defesa ou não indicadas na peça de acusação e que sejam necessárias à elucidação dos fatos.

§ 2º A Comissão Disciplinar deverá intimar o acusado e defensor para o interrogatório sobre os fatos imputados, designando dia, hora e local.

§ 3º Em todas as cartas precatórias e de ordem, a Comissão Disciplinar processante declarará o prazo em que deverão ser cumpridas pelas autoridades administrativas destinatárias, sejam elas funcionários ou magistrados.

§ 4º Cabe à Comissão Disciplinar intimar o defensor da expedição da carta precatória, sendo responsabilidade deste acompanhar o respectivo andamento na repartição ou comarca de destino, inclusive no que concerne às publicações de intimações para os atos deprecados.

§ 5º A Comissão Disciplinar denegará pedidos impertinentes, protelatórios ou de nenhum interesse para esclarecimento dos fatos, inclusive com relação à produção de prova pericial quando a elucidação puder ser alcançada por outros meios ou não depender de conhecimentos técnicos.

§ 6º Os órgãos estaduais, sob pena de responsabilidade de seus titulares, atenderão com a máxima presteza às solicitações da Comissão Disciplinar, inclusive requisição de técnicos e peritos, devendo comunicar prontamente a impossibilidade de atendimento, em caso de força maior.

§ 7º A prova técnica no interesse da acusação será produzida, sem ônus para o Poder Judiciário, pelos órgãos competentes da administração direta e indireta do Estado do Paraná, e no interesse da defesa, os ônus financeiros serão suportados pelo acusado.

§ 8º Serão ouvidas as testemunhas de acusação e na sequência as de defesa.

§ 9º Encerrada a instrução, será concedido um prazo de 10 (dez) dias para as alegações finais pela defesa.

§ 10. Apresentadas alegações finais, a Comissão Disciplinar elaborará relatório conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias e remeterá os autos à autoridade competente que proferirá decisão em igual prazo.

§ 11. A instrução deverá ser ultimada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis por mais 60 (sessenta) dias, contados da data da lavratura da portaria de acusação.

§ 12. Para a realização dos atos de instrução aplicam-se subsidiariamente as normas do Código de Processo Penal, da legislação processual penal extravagante e as do Código de Processo Civil, nessa ordem.

Art. 223. Os autos da sindicância ou de procedimento prévio integrarão os do processo disciplinar, como peça informativa da instrução.

§ 1º Na hipótese da Comissão Disciplinar concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente para julgamento encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público.

§ 2º A providência do parágrafo 1º deste artigo será tomada no âmbito da sindicância ou do processo administrativo independentemente da finalização de um ou de outro.

Art. 224. As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo Presidente da Comissão Disciplinar ou pela autoridade deprecada.

Parágrafo Único. Se a testemunha for funcionário público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição em que serve, com a indicação do dia e da hora marcados para inquirição.

Art. 225. Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a Comissão Disciplinar proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe ao menos um médico psiquiatra.

§ 1º O incidente de sanidade mental será processado em autos apartados que serão apensados, e a sua instauração suspenderá o curso do processo principal até a juntada do laudo pericial conclusivo, ressalvada a produção de provas consideradas urgentes.

§ 2º Durante o processamento do incidente fica suspenso o curso da prescrição, cujo prazo volta a ser contado após a juntada do laudo pericial.

Art. 226. Finda a instrução e apresentadas as alegações finais, a Comissão Disciplinar elaborará relatório em que indicará as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

Parágrafo Único. O relatório concluirá sobre a responsabilidade ou não do funcionário, e reconhecida esta, a Comissão Disciplinar indicará os dispositivos legais ou regulamentares violados e as sanções cabíveis.

Art. 227. A autoridade julgadora não está vinculada à motivação e à conclusão do relatório apresentado pela Comissão Disciplinar e poderá julgar diversamente da proposta seja para agravar, abrandar ou afastar a responsabilização do funcionário.

Art. 228. Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade do ato, ordenando a respectiva repetição.

Parágrafo Único. A autoridade de instrução ou julgamento que der causa à prescrição da pretensão punitiva por ato comissivo ou omissivo, doloso ou culposos, será responsabilizada na forma da lei.

Art. 229. Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato na ficha funcional do funcionário.

Art. 230. O funcionário efetivo que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e do cumprimento da sanção, se for aplicada.

Parágrafo Único. Ocorrida exoneração porque não satisfeitas as condições do estágio probatório e, posteriormente julgado processo administrativo disciplinar conclusivo pela demissão, o ato de exoneração será convertido nesta.

Art. 231. São asseguradas indenizações em razão do trânsito e das diárias:

I – ao funcionário convocado para prestar depoimento fora da sede de sua repartição, na condição de testemunha, acusado ou indiciado;

II – aos membros de Comissão e ao Secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

Subseção IV

Da Execução das Penas Disciplinares

Art. 232. O cumprimento da pena de suspensão terá início após a publicação no Diário da Justiça, cabendo ao superior hierárquico a fiscalização da sua efetivação.

§ 1º Se o funcionário estiver afastado na data de publicação, o início do cumprimento dar-se-á a partir da reassunção.

§ 2º Os dias não trabalhados em virtude da aplicação da pena de suspensão serão excluídos da folha de pagamento, salvo se não houver tempo hábil, quando será feito o desconto no mês imediatamente posterior ao do início do cumprimento da penalidade.

Art. 233. A ordem de ressarcimento e a pena em valor certo terão a expressão nominal corrigida, respectivamente, desde o evento danoso e da aplicação, até a data da quitação do débito pelo funcionário.

Art. 234. As penas de destituição de cargo, de demissão, de cassação de aposentadoria ou de cassação de disponibilidade serão executadas após o trânsito em julgado da decisão.

Parágrafo Único. A aplicação das penas de demissão, de cassação de aposentadoria ou de cassação de disponibilidade ao funcionário não impedirá o processamento e o julgamento de outras faltas que possam implicar na aplicação das mesmas penalidades ou na de suspensão.

Art. 235. As penas definitivamente impostas ao funcionário serão anotadas em sua ficha funcional.

Capítulo IV

Da Revisão do Processo Administrativo

Art. 236. O procedimento de revisão do processo

administrativo aplica-se ao sistema disciplinar dos funcionários do Quadro de Pessoal de 1º grau de jurisdição e do Quadro da Secretaria do Tribunal de Justiça.

Art. 237. O processo administrativo disciplinar poderá ser revisto no prazo de 02 (dois) anos do trânsito em julgado da decisão que aplicou a pena, a pedido do apenado que argumentar a existência de novas provas que impliquem na diminuição da penalidade ou na exclusão de responsabilidade funcional.

§ 1º Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do funcionário, qualquer pessoa indicada como dependente na legislação previdenciária do Estado do Paraná poderá requerer a revisão do processo no caso de ter sido aplicada pena de cassação da aposentadoria, cassação da disponibilidade ou demissão.

§ 2º Preenchidos os requisitos do parágrafo 1º deste artigo, e no caso de incapacidade mental do funcionário, a revisão será requerida por uma das pessoas indicadas na referida legislação ou pelo respectivo curador.

§ 3º No caso de procedência da revisão do processo administrativo, restabelecendo-se o vínculo do apenado com a Administração Pública, o reconhecimento da qualidade de dependente do funcionário para tal fim não vincula os órgãos previdenciários para exame de requerimento de pensão ou de proventos de aposentadoria.

§ 4º Na hipótese do parágrafo 3º deste artigo ou para fins de aposentadoria, a análise da condição de dependente perante o órgão de previdência se dará de forma autônoma e desvinculada da realizada no âmbito da revisão do processo administrativo disciplinar.

Art. 238. O apenado com destituição de cargo em comissão poderá, no prazo de 02 (dois) anos do trânsito em julgado da respectiva decisão, pedir revisão do seu processo, desde que alegue existência de novas provas que impliquem na impossibilidade de aplicação da referida penalidade.

Art. 239. A simples alegação de injustiça ou desproporção da penalidade aplicada não constitui fundamento para o conhecimento e o processamento de qualquer pedido de revisão.

Parágrafo Único. O pedido de revisão exige indicação de novos elementos de prova e de fato certo e determinado, ainda não apreciados no processo disciplinar originário.

Art. 240. O requerimento de revisão será dirigido ao Secretário do Tribunal que, na hipótese de deferir o seu processamento:

I – remeterá o pedido à autoridade de 1º grau competente para instrução e julgamento, se o pedido for formulado por funcionário integrante do Quadro de Pessoal de 1º Grau de jurisdição;

II – designará comissão para o respectivo fim nos termos do artigo 204 deste estatuto, se o pedido for formulado por funcionário integrante do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça.

§ 1º Aos integrantes da Comissão de Revisão ou à autoridade julgadora se aplicam os mesmos impedimentos previstos para a Comissão Disciplinar.

§ 2º O funcionário não integrará a Comissão de Revisão se tiver integrado a Comissão Disciplinar que concluiu pela responsabilidade do funcionário apenado no processo que irá se revisar.

Art. 241. O pedido de revisão será autuado em apenso aos autos do processo originário.

Parágrafo Único. A petição inicial conterá a indicação das provas e a exposição dos fatos que se pretendem provar, inclusive, no caso de requerimento de prova oral, trará o rol de testemunhas.

Art. 242. Ao procedimento de revisão aplicam-se, no que couberem, as normas do procedimento originário disciplinar e o seu julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

Art. 243. Julgado procedente o pedido de revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada e substituída por mais branda no caso de ficar provada circunstância atenuante, ou serão restabelecidos todos os direitos do funcionário, no caso de ser afastada a sua responsabilidade administrativa.

§ 1º Em caso de procedência do pedido de revisão de destituição do cargo em comissão serão afastados os impedimentos decorrentes de tal pena e haverá a conversão para exoneração.

§ 2º A penalidade não poderá ser agravada quando da revisão do processo administrativo ou da interposição de recurso administrativo.

TÍTULO VI

Capítulo Único

Disposições Finais e Transitórias

Art. 244. O Dia do Funcionário Público do Poder Judiciário será comemorado em 28 (vinte e oito) de outubro.

Art. 245. Os prazos previstos neste estatuto serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado para o primeiro dia útil seguinte o prazo vencido em sábado, domingo, feriado ou ponto facultativo.

Art. 246. Por motivo de crença religiosa, convicção filosófica ou política, o funcionário não poderá ser privado de quaisquer dos seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem se eximir do cumprimento de seus deveres.

Art. 247. Ao funcionário público do Poder Judiciário do Estado do Paraná é assegurado o direito à livre associação sindical, nos termos da Constituição Federal.

Art. 248. O direito de greve será exercido na forma prevista em lei federal.

Art. 249. Enquanto não sobrevier lei que defina os valores, forma de pagamento e hipóteses de incidência das gratificações de qualquer natureza previstas neste estatuto, o pagamento das remunerações continuará a ser feito com base na legislação em vigor ao tempo da edição da presente lei e nos termos definidos pela Administração Pública.

§ 1º As remunerações pagas pelo Poder Judiciário aos seus funcionários não serão majoradas por ato administrativo com base no presente estatuto enquanto não sobrevier lei especial que fixe os valores, as formas e as hipóteses de incidência das gratificações de qualquer natureza previstas nesta lei.

§ 2º Não haverá redução do valor da remuneração paga aos atuais funcionários do Poder Judiciário em razão do estabelecido na presente lei.

Art. 250. Até a promulgação de nova lei que regulamentará o Quadro do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e sua estrutura administrativa e hierárquica, permanece em vigor a Lei Estadual nº 11719 de 12/05/97.

Art. 251. Este estatuto entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16/12/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 402/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/08, que altera a Lei nº 11580, de 14/11/96, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências. (Reforma Tributária). **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 402/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Sem prejuízo dos benefícios fiscais previstos na legislação, ficam introduzidas na Lei nº 11580, de 14/11/96, as seguintes alterações:

I - o artigo 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. As alíquotas internas são, conforme o caso e de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) ou a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado (NBM/SH), assim distribuídas:

I - alíquota de sete por cento nas operações com alimentos, quando destinados à merenda escolar, nas vendas a órgãos da administração federal, estadual ou municipal;

II - alíquota de doze por cento nas prestações de serviço de transporte intermunicipal e nas operações com os seguintes bens e mercadorias, exceto em relação às saídas promovidas pelos estabelecimentos beneficiados pelas Leis nºs 14895/05 e 15634/07, estendendo-se às importações realizadas vias terrestres o tratamento disposto na Lei nº 14985/06.

a) canetas esferográficas, canetas e marcadores, com ponta de feltro ou com outras pontas porosas, canetas-tinteiro (canetas de tinta permanente) e outras canetas, cargas com ponta, para canetas esferográficas, lápis, minas para lápis ou lapiseiras, lousas e quadros para escrever ou desenhar, cores para pintura artística, atividades educativas e recreação ou de desenho, colas e adesivos, borrachas de apagar (NCM 9608.1000 a 9608.9990, 9609.1000 a 9609.9000, 9610.0000, 3213.1000 a 3213.9000, 3506.1000 a 3506.9900, 4016.9200).

b) animais vivos;

c) hortifrutigranjeiros e agropecuários, em estado natural, casulos do bicho-da-seda; sementes, embriões, ovos férteis, girinos e alevinos;

d) alimentos, sucos de frutas (NCM 2009) e água de coco;

d.1) água mineral (NCM 2201);

d.2) leite, exceto longa vida, UHT e esterilizado.

e) rações, farinhas, farelos, tortas e resíduos destinados à alimentação animal ou utilizadas na sua fabricação;

f) refeições industriais (NCM 2106.90.90) e demais refeições quando destinadas a vendas diretas a corporações, empresas e outras entidades, para consumo de seus funcionários, empregados ou dirigentes, bem como fornecimento de alimentação de que trata o inciso I do artigo 2º, exceto o fornecimento ou a saída de bebidas;

g) fármacos, medicamentos, drogas, soros e vacinas, inclusive veterinários; cápsulas vazias para medicamentos;

h) de higiene pessoal e limpeza:

1. xampus (NCM 3305.10.00);

2. dentifrícios (NCM 3306.10.00);

3. desodorantes corporais e antiperspirantes (NCM 3307.20);

4. papel higiênico (NCM 4818.10.00);

5. absorventes e tampões higiênicos, fraldas para bebês e geriátricas e artigos higiênicos semelhantes (NCM 4818.40);

6. escovas de dentes (NCM 9603.21.00);

7. protetor solar (NCM 3304).

i) calçados, tecidos, artefatos de tecidos, artigos de cama, mesa e banho, e artigos de vestuário, inclusive roupas íntimas e de banho, camisolas e pijamas, gravatas, meias, luvas, lenços, xales, echarpes, cachecóis, mantilhas e véus;

j) sacolas ecológicas;

k) de uso doméstico:

1. artigos para serviço de mesa ou de cozinha, de plástico, madeira, porcelana, cerâmica e vidro (NCM 3924.10.00, 4419.00.00, 6911.10, 6912.00.00 e 7013.10.00 a 7013.49.00); talheres (NCM 8211.10.00, 8211.91.00, 8211.92.10 e NCM 82.15); painéis;

2. fogões de cozinha até quatro bocas;

3. refrigeradores e freezers até 300 litros com apenas uma porta;

4. máquinas de lavar roupa (NCM 8450.1) até seis kg;

5. máquinas de costura para fins domésticos (NCM 8452.10.00) e ferros elétricos de passar (NCM 8516.40.00);

6. chuveiros e duchas;

7. aparelhos receptores de televisão, até 29 polegadas.

l) assentos (NCM 9401); móveis (NCM 9403); suportes elásticos para camas (NCM 9404.10) e colchões (NCM 9404.2);

m) destinados à construção civil:

1. areia, argila, saibro, pedra bruta, brita graduada e pedra marruada;

2. tijolo, telha, tubo e manilha, de argila ou barro;

3. telhas e lajes planas pré-fabricadas, painéis de lajes, pré-lajes e pré-moldados, de cimento, de concreto, ou de pedra artificial, mesmo armadas;

4. cal (NCM 2522), calcário (NCM 2521.00.00) e gesso (NCM 2520.20);

5. blocos e tijolos (NCM 6810.11.00);

6. ladrilhos e placas de cerâmica (NCM 6907 e 6908);

7. pias, lavatórios, colunas para lavatórios, banheiras, bidês, sanitários e caixas de descarga, mictórios e aparelhos fixos semelhantes para uso sanitário, de porcelana ou cerâmica (NCM 6910.10.00 e 6910.90.00);

n) madeiras e suas obras:

1. lenha (NCM 4401.10.00);

2. madeira em bruto (NCM 4403 e 4404);

3. painéis de fibras ou de partículas e painéis semelhantes, mesmo aglomeradas com resinas ou com outros aglutinantes orgânicos (NCM 4410 e 4411);

4. madeira compensada (contraplacada), folheada, e madeiras estratificadas semelhantes (NCM 4412); madeira “densificada”, em blocos, pranchas, lâminas ou perfis (NCM 4413);

5. molduras de madeira (NCM 4414); caixotes, caixas, engradados, barricas e embalagens semelhantes, carretéis para cabos, paletes simples, paletes-caixas e outros estrados para carga e taipais de paletes (NCM 4415); barris, cubas, balsas, dornas, selhas e outras obras

de tanoeiro e respectivas partes de madeira, incluídas as aduelas (NCM 4416); ferramentas, armações e cabos, de ferramentas, de escovas e de vassouras; formas, alargadeiras e esticadores, para calçados (NCM 4417); obras de marcenaria ou de carpintaria para construções, incluídos os painéis celulares, os painéis para soalhos e as fasquias para telhados (“shingles” e “shakes”) (NCM 4418);

o) plásticos e suas obras:

1. blocos de espuma (NCM 3909.50.29);

2. perfis de polímeros de cloreto de vinila (NCM 3916.20.00);

3. tubos e seus acessórios (NCM 3917);

4. outras chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plásticos não alveolares (NCM 3920);

5. artigos de transporte ou de embalagem; rolhas, tampas, cápsulas e outros dispositivos para fechar recipientes (NCM 3923).

p) combustíveis:

1. gasolina de aviação (NCM 2710.11.51);

2. óleo diesel (NCM 2710.19.21);

3. mistura óleo diesel/biodiesel (NCM 2710.19.21);

4. gás liquefeito de petróleo (NCM 2711.19.10);

5. gás natural (NCM 2711.11.00 e 2711.21.00);

6. gás de refinaria (NCM 2711.29.90);

7. biodiesel (NCM 3824.90.29).

q) máquinas, implementos, tratores e micro-tratores, agropecuários e agrícolas (NCM 8201, 8424.81, 8432, 8436, 8437 e 8701, 8433.20.90, 8433.51.00, 8433.59.90 e 8433.90.90);

r) máquinas e aparelhos industriais, exceto peças e partes (NCM 8417 a 8422, 8424, 8434 a 8435, 8438 a 8449, 8451, 8453 a 8465, 8468, 8474 a 8480 e 8515);

s) empilhadeiras (NCM 8427.1019, 8427.2010 e 8427.2090); trator de esteira (NCM 8429.1190), rolo compactador (NCM 87018429.4000), motoniveladoras (NCM 8429.2090), carregadeiras (NCM 8429.51.9), escavadeira hidráulica (NCM 8429.5290) e retroescavadeiras (NCM 8429.5900);

t) elevadores e monta-cargas (NCM 8428.10), escadas e tapetes rolantes (NCM 8428.40), partes de elevadores (NCM 8431.31), eixos, exceto de transmissão e suas partes (NCM 8708.5) e outros reboques e semi-reboques, para transporte de mercadorias (NCM 8716.3);

u) veículos automotores novos e peças para veículos automotores, inclusive para veículos, máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários, quando a operação seja realizada sob o regime da sujeição passiva por substituição tributária, com retenção do imposto relativo às operações subsequentes, sem prejuízo do disposto na alínea seguinte;

v) independentemente de sujeição passiva por substituição tributária, os veículos classificados na NBM/SH, com o sistema de classificação adotado até 31/12/96: 8701.20.0200, 8701.20.9900, 8702.10.0100, 8702.10.0200, 8702.10.9900, 8704.21.0100, 8704.22.0100, 8704.23.0100, 8704.31.0100,

8704.32.0100, 8704.32.9900, 8706.00.0100 e 8706.00.0200;

x) da indústria de automação e eletrônica:

1. máquinas e aparelhos de impressão por meio de blocos, cilindros e outros elementos de impressão da posição 8442;

2. máquinas de calcular programáveis pelo usuário e dotadas de aplicações especializadas; caixa registradora eletrônica (NCM 8470.50.1) partes e acessórios reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinados a máquinas e aparelhos da subposição 8470.2, do item 8470.50.1, da posição 8471, dos subitens 8472.90.10, 8472.90.30 e 8472.90.90, e dos itens 8472.90.2 e 8472.90.5 desde que tais máquinas e aparelhos estejam relacionados nesta alínea (NCM 8473); partes e acessórios das máquinas da posição 8471 (NCM 8473.30); outros (NCM 8473.30.19);

3. motores de passo (NCM 8501.10.1); transformadores elétricos, conversores elétricos estáticos (retificadores, por exemplo), bobinas de reatância e de alta indução (NCM 8504);

4. discos, fitas, dispositivos de armazenamento não volátil de dados à base de semicondutores, “cartões inteligentes” (“smart cards”) e outros suportes para gravação de som ou para gravações semelhantes, mesmo gravados, incluídos as matrizes e moldes galvânicos para fabricação de discos (NCM 8523);

5. aparelhos transmissores (emissores) com aparelho receptor incorporado baseados em técnica digital (NCM 8525); receptores pessoais de radiomensagens - “pager” (NCM 8527.90.1);

6. aparelhos digitais de sinalização acústica ou visual, exceto os aparelhos residenciais (NCM 8531);

7. condensadores elétricos próprios para montagem em superfície - SMD (NCM 8532.21.10, 8532.23.10, 8532.24.10, 8532.25.10, 8532.29.10 e 8532.30.10); resistências elétricas próprias para montagem em superfície - SMD (NCM 8533); circuitos impressos multicamadas e circuitos impressos flexíveis multicamadas, próprios para as máquinas, aparelhos, equipamentos e dispositivos constantes neste item (NCM 8534.00.00); interruptor, seccionador, comutador e codificador digitais (NCM 8536.50); conectores para circuito impresso (NCM 8536.90.40); comando numérico computadorizado (NCM 8537.10.1); controlador programável (NCM 8537.10.20); controlador de demanda de energia elétrica (NCM 8537.10.30);

8. diodos, transistores e dispositivos semelhantes semicondutores; dispositivos fotossensíveis semicondutores, incluídas as células fotovoltaicas, mesmo montadas em módulos ou painéis; diodos emissores de luz, cristais piezelétricos montados (NCM 8541); circuitos integrados e microconjuntos, eletrônicos (NCM 8542); máquinas e aparelhos elétricos com funções próprias, não especificados nem compreendidos em outras posições (NCM 8543);

9. fios, cabos (incluídos os cabos coaxiais) e outros condutores, isolados para usos elétricos (incluídos os envernizados ou oxidados anodicamente), mesmo com peças de conexão; cabos de fibras óticas, constituídos de fibras embainhadas individualmente, mesmo com condutores elétricos ou munidos de peças de conexão (NCM 8544); cabos de fibras óticas (NCM 8544.70); fibras óticas (NCM 9001.10.1); feixes e cabos de fibras óticas (NCM 9001.10.20); dispositivos de cristais líquidos - LCD (NCM 9013.80.10);

10. instrumentos e aparelhos digitais para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária (NCM 9018); aparelhos digitais de mecanoterapia; de ozonioterapia, de oxigenioterapia, de aerossolterapia; aparelhos digitais respiratórios de reanimação e outros aparelhos digitais de terapia respiratória (NCM 9019);

11. implantes dentários em geral, de qualquer material, inclusive os de titânio, de todas as formas, diâmetros e alturas, próprios para serem fixados nos ossos da mandíbula, maxilar ou zigomático, suas partes, acessórios e complementos (NCM 8108).

III - alíquota de vinte e cinco por cento (25%) nas operações com:

a) armas e munições, suas partes e acessórios (NCM Capítulo 93);

b) balões dirigíveis; planadores, asas voadoras e outros veículos aéreos, não concebidos para propulsão com motor (NCM 8801.00.00);

c) embarcações de esporte e de recreio (NCM 8903);

d) energia elétrica destinada à eletrificação rural;

e) peleteria e suas obras e peleteria artificial (NCM Capítulo 43);

f) perfumes e cosméticos (NCM 3303; 3304; 3305, exceto 3305.10.00; e 3307, exceto 3307.20);

IV - alíquota de vinte e oito por cento (28%) nas operações com:

a) gasolina, exceto para aviação;

b) álcool anidro para fins combustíveis;

V - alíquota de vinte e nove por cento (29%) nas prestações de serviços de comunicação e nas operações com:

a) energia elétrica, exceto a destinada à eletrificação rural;

b) fumo e sucedâneos, manufaturados (NCM 2402.10.00 a 2403.99.90);

c) bebidas alcoólicas (NCM 2203, 2204, 2205, 2206 e 2208);

VI - alíquota de dezoito por cento (18%) nas operações com os demais bens e mercadorias.

§ 1º Entre outras hipóteses as alíquotas internas são aplicadas quando:

I - o remetente ou o prestador e o destinatário da mercadoria, bem ou serviço estiverem situados neste estado;

II - da entrada de mercadoria ou bens importados do exterior;

III - das prestações de serviço de transporte, ainda que contratado no exterior, e o de comunicação transmitida ou emitida no estrangeiro e recebida neste estado;

IV - o destinatário da mercadoria ou do serviço for consumidor final localizado em outra unidade federada, desde que não contribuinte do imposto.

§ 2º A aplicação da alíquota prevista na alínea “t” do inciso II deste artigo, independência da sujeição ao regime da substituição tributária nas seguintes situações:

I - no recebimento do veículo importado do exterior, por contribuinte do imposto, para o fim de comercialização, integração no ativo imobilizado ou uso próprio do importador;

II - na operação realizada pelo fabricante ou importador, que destine o veículo diretamente a consumidor ou usuário final, ou quando destinado ao ativo imobilizado do adquirente.

§ 3º Para efeito do disposto na parte final do inciso II do parágrafo 2º, é condição que eventual e posterior alienação do veículo ou sua transferência para outro estado, pelo estabelecimento adquirente, ocorra após o transcurso de, no mínimo, 12 (doze) meses da respectiva entrada, circunstância que deverá constar no documento fiscal emitido referente à aquisição e será informada ao fisco de destino do veículo.

§ 4º O não cumprimento da condição, tratada no parágrafo 3º, ensejará a cobrança, do estabelecimento adquirente, do imposto devido, decorrente da diferença entre a aplicação da alíquota prevista no inciso VI do *caput* e aquela tratada na alínea “t” do inciso II do *caput*, com os acréscimos legais cabíveis, desde a data de entrada do veículo no seu estabelecimento.

§ 5º O disposto nos parágrafos 3º e 4º aplica-se a veículos automóveis de passageiros (NCM 8703) e veículos comerciais leves com capacidade de carga de até 5t (NCM 8704), e não se aplica no caso de sinistro por perda total do veículo a ser comprovado de acordo com a legislação própria e/ou segundo os princípios de contabilidade geralmente aceitos.”

II - fica acrescentado o parágrafo único ao artigo 15:

“Parágrafo Único. Na saída de mercadoria para a empresa de construção civil inscrita no cadastro de contribuintes do ICMS da unidade federada de destino aplica-se a respectiva alíquota interestadual”.

III - a alínea “b” do parágrafo 6º do artigo 24 passa a vigorar com a seguinte redação:

“b) consumida no processo de industrialização, inclusive no depósito, armazenagem, entrepostagem, secagem e beneficiamento de matéria-prima.”

Art. 2º O Governo do Estado a partir de janeiro de 2009, através do PROCON e IPARDES listará e acompanhará mensalmente a variação dos preços dos itens que devem sofrer redução, nas grandes redes supermercadistas, de magazines e atacados, inclusive com a divulgação dos nomes dos estabelecimentos, autorizando a adoção de medidas necessárias para que a lei atinja o objetivo proposto.

Art. 3º Nas saídas a contribuintes, de veículo automotor que, comprovadamente, nos termos da legislação própria tenha sofrido perda total por sinistro e desde que adquiridos no estado físico imediato ao dano irreparável, será concedido o mesmo tratamento tributário do veículo usado.

Art. 4º Nas saídas de sucatas de metal, quando devido o ICMS, o tributo será recolhido em conta gráfica, dispensado qualquer pagamento antecipado (Convênio/Confaz nº 113/07).

Art. 5º Esta lei vigorará a partir do primeiro mês subsequente ao decurso de noventa (90) dias da data de sua publicação, exceto em relação ao inciso artigo 14 da Lei nº 11580/96, II, “a”, que entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões, em 17/12/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 470/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 936/08, que altera a estrutura organizacional dos Serviços de foro judicial e cria o Quadro de Pessoal de 1º grau de jurisdição do Poder Judiciário, em observância ao disposto no artigo 1º, parágrafos 5º e 6º da Lei 14277/03, que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 470/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I

Disposições Gerais

Art. 1º As carreiras dos funcionários públicos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º grau de jurisdição do estado do Paraná e as atribuições das unidades estatizadas que substituem as escrivâneas e ofícios da justiça são regidas por esta lei.

Parágrafo Único. Os cargos referidos nesta lei são remunerados exclusivamente pelos cofres públicos, sendo vedada a percepção de custas ou emolumentos, aplicando-se aos seus ocupantes as normas do Estatuto dos Funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Art. 2º As escrivâneas e ofícios do foro judicial passam a se designar de secretarias do foro judicial com as seguintes denominações:

- I - Secretaria do Cível;
- II - Secretaria do Crime;
- III - Secretaria da Fazenda Pública, Falência e Recuperação de Empresas;
- IV - Secretaria de Família;
- V - Secretaria da Infância e Juventude;
- VI - Secretaria de Execuções Penais;
- VII - Secretaria de Inquéritos Policiais;
- VIII - Secretaria de Execuções de Penas e Medidas Alternativas;
- IX - Secretaria de Delitos de Trânsito;
- X - Secretaria de Adolescentes Infratores;
- XI - Secretaria de Registros Públicos, Acidentes de Trabalho e Precatórias Cíveis;
- XII - Secretaria de Precatórias Criminais;
- XIII - Secretaria da Corregedoria dos Presídios;
- XIV - Secretaria do Tribunal de Júri;
- XV - Secretaria do Distribuidor;
- XVI - Secretaria do Contador e Partidor;
- XVII - Secretaria do Depositário Público;
- XVIII - Secretaria dos Juizados Especiais.

Art. 3º Os serviços afetos às secretarias compreendem a prática de todos os atos privativos dos escrivães, oficiais distribuidores, avaliadores, contadores e depositários, previstos em lei e atos normativos da Corregedoria Geral da Justiça, observadas as formas, usos, estilos e costumes seguidos no foro, salvo quando existir na comarca secretarias com estas atribuições específicas.

Parágrafo Único. Os serviços relativos aos oficiais distribuidores e contadores, a serem prestados pelas serventias estatizadas, conservam a mesma natureza mista destes e dizem respeito à distribuição, registro e contagem de direitos e obrigações de atos do foro judicial e extrajudicial nos termos do artigo 145, incisos II e III da Lei nº 14277/03.

Art. 4º A direção e chefia dos trabalhos das secretarias é exercida pelo ocupante da função gratificada de Diretor de secretaria e a de supervisão dos trabalhos é exercida pelo ocupante da função gratificada de Supervisor.

§ 1º Por Secretaria haverá uma função gratificada de Diretor e duas de Supervisor.

§ 2º As secretarias podem funcionar acumuladas no interesse da Justiça, por ato do Presidente do Tribunal, sem implicar em acúmulo das funções gratificadas de Diretor e Supervisores.

Art. 5º As funções gratificadas de Diretor de Secretaria e a de supervisor integram o quadro de Pessoal de 1º grau de jurisdição do estado do Paraná.

§ 1º A função de Diretor de Secretaria somente poderá ser exercida por funcionários das carreiras previstas nesta lei e é privativa de bacharel em Direito.

§ 2º A função de Supervisor somente poderá ser exercida por funcionários das carreiras previstas nesta lei.

§ 3º Ao Juiz de Direito cabe a indicação dos funcionários de carreira para o exercício das funções referidas no *caput*, cuja designação dar-se-á por ato do Presidente do Tribunal de Justiça, segundo critério de oportunidade e conveniência.

Capítulo II

Do Quadro de Pessoal

Art. 6º O Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição é composto pelas carreiras constituídas por cargos de provimento efetivo:

I - Analista Judiciário e

II - Técnico Judiciário;

Art. 7º As classes dos cargos efetivos das carreiras referidas no artigo 6º desta lei são estruturados em níveis, na forma do Anexo I desta lei, de acordo com as seguintes áreas de atividade:

I - área judiciária, compreendendo os serviços realizados na área jurídica, abrangendo processamento de feitos, análise e pesquisa de legislação, doutrina e jurisprudência nos vários ramos do Direito, bem como elaboração de pareceres jurídicos, certidões e informações;

II - área de apoio especializado ou técnico, compreendendo os serviços para a execução dos quais se exige do funcionário o devido registro no órgão fiscalizador do exercício da profissão ou o domínio de habilidades específicas, a critério da administração e;

III - área de apoio administrativo, compreendendo a área de formalização dos atos processuais de mero expediente e respectiva certificação, escrituração de livros, digitalização de documentos, atendimento ao público, dentre outras atribuições definidas em lei e regulamentos.

Parágrafo Único. As áreas de que trata o *caput* deste artigo poderão ser classificadas em especialidades, quando for necessária formação especializada, por exigência legal ou habilidades específicas para o exercício das atribuições do cargo.

Art. 8º As atribuições dos cargos são as descritas em regulamento, observado o seguinte:

I - carreira de Analista Judiciário: atividades de planejamento, organização, coordenação, supervisão técnica, assessoramento, estudo, pesquisa, elaboração de certidões, pareceres, laudos e informações e execução de tarefas de maior grau de complexidade e;

II - carreira de Técnico Judiciário: execução de tarefas de suporte técnico, judiciário e administrativo e apoio em geral.

§ 1º Aos ocupantes do cargo da carreira de analista Judiciário na área de apoio relacionadas às funções de avaliação psicológica, pedagógica e social é conferida, respectivamente, a denominação de Psicólogo Judiciário, Pedagogo Judiciário e de Assistente Social Judiciário para fins de identificação funcional.

§ 2º Os ocupantes do cargo de carreira de Técnico Judiciário podem ser designados para atividades internas e externas concernentes com as atribuições de Oficial de Justiça, Comissário da Infância e Juventude, Porteiro de Auditório e Leiloeiro, sob estas denominações para fins de identificação funcional, observado o seguinte:

I - o exercício das atribuições de Oficial de Justiça, Comissário da Infância e Juventude e de Leiloeiro tem como pressuposto a frequência e aprovação em curso de qualificação que será regulamentado pelo Presidente do Tribunal de Justiça;

II - o exercício das atribuições de Oficial de Justiça e Comissário da Infância e Juventude implicará em dispensa das atividades próprias do cargo de Técnico Judiciário em grau definido pelo Juiz Titular ao qual o funcionário estiver subordinado;

III - o exercício das funções de porteiro e de auditório e de leiloeiro dar-se-á por designação do Juiz Diretor do Fórum, através de portaria, e não implicarão em dispensa do cumprimento de outras atribuições próprias ao cargo;

IV - as atribuições da função de Comissário da Infância e da Juventude serão as definidas em lei e, supletivamente, pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 9º O ingresso em qualquer dos cargos de provimento efetivo das carreiras da presente lei dar-se-á no primeiro nível, após aprovação em concurso público, de provas ou de provas e títulos.

Parágrafo Único. Poderá ser incluída, como etapa do concurso público, programa de formação, de caráter eliminatório, classificatório ou eliminatório e classificatório.

Art. 10. São requisitos de escolaridade para ingresso:

I - para o cargo de Analista Judiciário, curso de ensino superior ou licenciatura plena conforme a área de atuação, correlacionado com a especialidade se for o caso;

II - para o cargo de Técnico Judiciário, curso de ensino médio, ou curso técnico equivalente, ou curso superior correlacionado com a especialidade da área de apoio, se for o caso;

Parágrafo Único. Além dos requisitos previstos neste artigo, poderá ser exigida formação especializada, conhecimentos elementares de determinada área, experiência e registro profissional a serem definidos em regulamento e especificados em edital de concurso.

Capítulo III

Da lotação e do desenvolvimento na carreira

Art. 11. Os concursos para os cargos de provimento efetivo relacionados nesta lei podem ser prestados para as seções judiciárias, para as comarcas, para os foros da comarca da região metropolitana de Curitiba, ou ainda, por regiões a serem definidas em edital.

§ 1º A nomeação se dará com prioridade para a localidade definida pela Administração como a de maior serviço forense.

§ 2º Estabelecida a prioridade das secretarias para receber as lotações será ofertada, no edital de concurso, aos candidatos a escolha da vaga para a qual pretende ser nomeado, conforme sua classificação final.

Art. 12. Os cargos desta lei não são vinculados às localidades de nomeação ou de lotação e podem ser livremente remanejados pela Administração Pública conforme a necessidade de serviço por ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

Parágrafo Único. No edital de abertura do concurso constará a qual área o cargo se destina, se judiciária simples ou de apoio especializado.

Art. 13. O desenvolvimento dos funcionários nos cargos de provimento efetivo das carreiras dar-se-á mediante progressão funcional nos termos definidos em lei.

§ 1º A remoção somente ocorrerá para as localidades definidas pela Administração Pública como prioritárias para a manutenção da lotação ou recebimento, por remanejamento, do cargo nos termos do *caput* do artigo 12 desta lei.

§ 2º Vencida a fase do *caput* do artigo 12 desta lei e definida a localidade em que o exercício das atribuições do cargo se dará, será aberto edital para remoção ou de concurso de ingresso, conforme o caso.

§ 3º Até a nomeação derivada de uma das formas referidas no parágrafo 2º deste artigo, por ato do Presidente do Tribunal para o cargo vago poderá ser designado, a título precário, funcionário com lotação em outra localidade.

§ 4º Os ocupantes dos cargos previstos nesta lei serão admitidos à remoção independentemente do nível em que estiverem, observado que:

I - os quinhentos primeiros cargos serão providos necessariamente por nomeação derivada de concurso de ingresso;

II - esgotada a hipótese do inciso I deste artigo somente serão aceitos a concorrer à remoção os que tiverem dois anos de efetivo exercício no cargo.

Capítulo IV

Da remuneração

Art. 14. Os vencimentos básicos dos cargos de provimento efetivo das Carreiras do Quadro de Pessoal constante desta lei são os definidos no Anexo I desta lei, observado as diferenças de níveis de ascensão pelo funcionário.

Art. 15. Ficam instituídas as Gratificações de Direção de Secretaria e Supervisão, equivalentes, respectivamente, a 50% (cinquenta por cento) e a 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento básico do funcionário que para uma ou outra for designado.

§ 1º O valores das gratificações não serão incorporados em nenhuma hipótese aos vencimentos ou proventos de aposentadoria dos funcionários.

§ 2º É obrigatória a participação em programa de reciclagem, conforme disciplinado em regulamento, para o recebimento da gratificação prevista no *caput* deste artigo.

Art. 16. Pela execução de trabalhos externos pelos designados para as funções de Oficial de Justiça e Comissário da Infância e da Juventude fica criada indenização de transporte relativa às despesas decorrentes da utilização de meios próprios de locomoção para desincumbir-se do serviço e será calculada até o percentual de 150% (cento e cinquenta por cento) sobre o vencimento básico da classe inicial do cargo de Técnico Judiciário.

§ 1º A fixação do valor que será pago em razão da indenização referida no *caput* deste artigo definida pelo Conselho do Fundo da Justiça com base em regulamento do Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 2º A indenização prevista neste artigo não integrará o cômputo e nem servirá de base para fins de proventos de aposentadoria.

Art. 17. Os funcionários regidos por esta lei não poderão ser lotados no âmbito da Secretaria do Tribunal de Justiça.

Art. 18. É vedado:

I - o aproveitamento, da transferência ou transformação de cargos e funções gratificadas do Quadro das Secretarias Judiciais de 1º Grau de Jurisdição na Secretaria do Tribunal de Justiça;

II - a lotação ou nomeação em cargo em comissão de funcionário do Quadro das Secretarias Judiciais de 1º Grau de Jurisdição na Secretaria do Tribunal de Justiça.

Capítulo V

Disposições finais e transitórias

Art. 19. As despesas resultantes da execução desta lei correm à conta das dotações consignadas ao Poder Judiciário no Orçamento Geral do Estado e ao Fundo da Justiça.

Art. 20. A eficácia do disposto nesta lei fica condicionada ao atendimento do parágrafo 1º do artigo 169 da Constituição Federal e das normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

Art. 21. Os cargos, as escrivancias, os ofícios e as titularidades previstos 119 e incisos e artigo 123, incisos II a XVI da Lei Estadual nº 14277/03, vagos na data da publicação da presente são declarados extintos, assim como, ficam extintos à medida que vagarem, passando as respectivas atribuições na forma atualmente organizadas às secretarias, conforme disposto nesta lei.

Parágrafo Único. A extinção proposta no *caput* deste artigo, não alcançara os cargos, as respectivas eskrivanias, os ofícios e as titularidades previstos no artigo 199, incisos II e XVI, da Lei nº 14277/03, que estejam vagos e cujos concursos para ingresso tenham sido abertos em data anterior à publicação desta lei.

Art. 22. Aos ocupantes dos cargos previstos nos artigos 119 e incisos e 123, incisos II a XVI da Lei Estadual nº 14277/03 não se aplicam os termos da presente lei.

Art. 23. Ficam criados:

§ 1º 800 cargos de Analista Judiciário.

§ 2º 2400 cargos de Técnico Judiciário.

§ 3º A designação do cargo para determinada localidade e o respectivo preenchimento estão condicionados aos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e à disponibilidade orçamentária e financeira com base nos vencimentos estabelecidos conforme anexo I a presente lei.

Art. 24. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16/12/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

ANEXO I

Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná

CARGO	Nível	VENCIMENTO
ANALISTA JUDICIÁRIO	9	3.176,79
	8	3.104,07
	7	3.033,03
	6	2.963,56
	5	2.527,29
	4	2.469,42
	3	2.412,87
	2	2.357,64
	1	2.303,66

TÉCNICO JUDICIÁRIO	9	1.694,24
	8	1.655,51
	7	1.622,40
	6	1.589,98
	5	1.558,18
	4	1.523,15
	3	1.488,91
	2	1.455,43
	1	1.422,70

3ª Discussão

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 005/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 054/08, que altera a Lei nº 11719/97, que cria o quadro temporário de Técnico Especializado em Infância e Juventude e adota outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DE PLNÁRIO. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

Em votação as emendas aprovadas em 2ª discussão.

Aprovadas.

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 391/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/08, que objetiva incluir parágrafo único ao artigo 12, da Lei nº 13667, de 05/07/02, que transforma, conforme especifica, órgãos da estrutura organizacional básica do Poder Executivo e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

Em votação a emenda aprovada em 2ª discussão.

Aprovada a emenda.

Em votação o projeto. **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 300/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui normas para o ingresso no ensino fundamental com nove anos de duração. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva de Plenário, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLNÁRIO, AO PROJETO DE LEI Nº 300/07

Art. 1º Terá direito à matrícula no 1º do Ensino Fundamental de nove anos, a criança que completar seis anos até o dia 31 de dezembro do ano em curso.

Parágrafo Único. Suprimido.

Art. 2º (...)

Sala das Sessões, em 18/12/08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Apoiamento:

Augustinho Zucchi, Chico Noroeste, Edson Strappasson, Rosane Ferreira, Pastor Edson Praczyk e 01 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

De acordo com a proposta, as instituições ficam autorizadas a aceitar crianças que ainda vão completar seis anos durante o ano letivo.

O substitutivo apresentado, cria oportunidades para que crianças que completam seis anos durante o ano possam se matricular no ensino fundamental, com duração de nove anos. As instituições ficam autorizadas a aceitar crianças que ainda vão completar seis anos durante o ano letivo, após efetuarem a matrícula dos alunos com seis anos completos ou a completar seis anos até o dia 31 de dezembro.

O ensino fundamental é um direito público subjetivo que garante à criança uma vaga na escola, já o ensino infantil, destinado para crianças de até cinco anos, não detém dessa vantagem. Por isso, é importante defender políticas públicas para dar aos alunos que completam seis anos durante o ano letivo em curso, condições de estarem na sala de aula.

A Comissão de Educação, no ano passado, realizou Audiências Públicas para debater o tema, na busca de uma solução de consenso sobre o corte etário e de uma proposta pedagógica ideal para os alunos.

No período em que fiquei à frente da Prefeitura de Ponta Grossa (2001/2004) implantei um sistema de Educação próprio no Município e passou a oferecer, de forma gradativa, vagas no ensino fundamental para alunos que completam seis anos até 31 de dezembro. Com isso, ampliou o número de crianças no ensino público.

Dados da Associação dos Municípios do Paraná apontaram que 120 cidades paranaenses implantaram, em 2007, a idade de corte no fim do ano.

Dois posicionamentos, um administrativo e outro jurídico, aplacam a polêmica sobre a possibilidade de matrícula de crianças com seis anos incompletos no primeiro ano do ensino fundamental de nove anos.

No último dia 12 de novembro, o Presidente do Conselho Estadual de Educação, Romeu Gomes de Miranda, reuniu-se com o Procurador Geral de Justiça, Olympio de Sá Sotto Maior Neto, e com a Promotora de Justiça Hirmínia Dorigan de Matos Diniz, do Centro de apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Proteção à Educação (CAOP-Educ), para discutir o tema. Como resultado do encontro, o Presidente do Conselho emitiu nota de esclarecimento, em que orienta todos os gestores de instituições públicas e privadas que sigam o entendimento do Ministério Público do Paraná, permitindo a matrícula de crianças que completarem seis anos de idade em 2009, “até que haja o julgamento definitivo da Ação Civil Pública nº 402/07, ocasião em que o CEE-PR voltará a pronunciar-se sobre a matéria”.

O CAOP-Educ foi informado oficialmente sobre a decisão judicial em petição protocolada pelo Ministério Público do Paraná no dia 07 de novembro, que questiona a Deliberação nº 002/08, do CEE-PR, publicada em 17/10/08. A deliberação do Conselho orientava que apenas crianças que completassem seis anos no início do ano letivo de 2009 é que poderiam se matricular no novo primeiro ano.

“Com esta decisão, mantém-se o entendimento de que as crianças que completarem seis anos em 2009, independentemente da data, poderão ser matriculadas no primeiro ano de ensino fundamental de nove anos”, afirma a Promotora de Justiça Hirmínia Diniz.

Esta emenda substitutiva deseja por fim a está polêmica, para que se defina em caráter definitivo e não somente ao ano de 2009.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, recebi a Ordem do Dia agora, e tem uma emenda do Deputado Péricles de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (**Pela Ordem**)

Tenho uma emenda ao projeto, que nós havíamos combinado, estou entrando com a emenda, em 2ª discussão, de idade do ensino fundamental. Quero debater este projeto e a emenda.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

V. Exa. já proclamou...

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (**Pela Ordem**)

Deputado Luiz Claudio Romanelli, por favor! Não podemos transformar isto aqui...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. pode encaminhar, mas está em, Comissão Geral e vamos votar!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Eu não fujo do debate, Sr. Presidente! Quero apenas dizer que V. Exa. proclamou o resultado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Me diz o Deputado Alexandre Curi que não tinha chegado lá o projeto.

Concedemos a palavra ao Deputado Péricles de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, quero lamentar, esta hora da manhã, eu havia combinado com o Deputado Luiz Claudio Romanelli para não votarmos esta matéria hoje. É uma matéria de extrema importância para a história do Paraná. Recebi o apoio da UNDIME, hoje à tarde. Pedi ao Deputado várias vezes para que deixássemos para o ano que vem...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

O senhor não pode dizer que fez acordo comigo, que não fez. Não fizemos acordo!

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (**Para Encaminhar**)

Fizemos. Fizemos. O acordo, quando é do seu interesse, o senhor cumpre. Agora, não cumpre.

A UNDIME se manifesta a favor desta idéia, é a idade de ingresso das crianças, é coisa muito importante, é coisa séria! Estamos mexendo com uma geração de crianças, de brasileiros. A Justiça do Paraná inteiro está dando ganho de causa, interpretando que a criança que faz seis anos até dezembro pode entrar na escola. Em Ponta Grossa aconteceu isto. Fiz vários discursos sobre este tema.

A Promotoria Pública em Ponta Grossa entrou com uma ação e o Poder Judiciário determinou que a Secretaria de Ponta Grossa incluísse todas as crianças no primeiro ano que fizessem seis anos até dezembro. Isso é muito importante, essa votação. Isso interessa a todos os Prefeitos do Paraná, que serão prejudicados se a proposta do Deputado Romanelli for votada aqui. É muito simples. Se deixarmos que as crianças entrem fazendo seis anos até dezembro, significa que a criança vai sair da escola com 10 anos, e se nós aprovarmos o projeto do Romanelli, a criança vai sair da escola municipal com 11, o que significa que os municípios paranaenses serão obrigados a dar escola de zero aos 11 anos, e se aprovada a minha emenda, serão obrigados a dar escola de zero aos 10 anos. Isso vai facilitar que universalizemos a educação infantil para os municípios.

Se for aprovado o projeto do Romanelli, o que vai acontecer? A criança vai entrar mais tarde no ensino fundamental, vai ter um número maior de crianças para educação infantil e o município não vai ter dinheiro. Significa exclusão. Vai demorar mais para incluir as crianças.

Então, fiz um apelo, conversei com a Secretaria Yvelise e está muito tranquilo. Faço um apelo que retiremos esse projeto para aprofundar mais a discussão. Não é possível! Eu tive uma conversa longa com o Deputado Romanelli. Vamos votar no afogadilho essa matéria, sem reflexão, e à 01h! Não é possível!

Apelo novamente ao Líder do Governo que ele faça um acordo e que retire esse projeto. Deputado Romanelli, faço um apelo ao senhor, em nome do nosso acordo aqui, para que deixemos para votar esse projeto em fevereiro do ano que vem. Tenho certeza que se os Prefeitos estivessem aqui, manifestariam o seu apoio à minha idéia.

É muito simples o Deputado Luizão, hoje, ligar para a sua Secretaria da Educação pegando informações em Pinhais, sendo que lá em Pinhais a criança que faz até dezembro entra na escola. Eu governei Ponta Grossa por quatro anos dessa forma, com a criança que faz seis anos até dezembro entrando na escola, e Padre Walter, que é o exemplo lá na cidade de Apucarana, onde ele governa há oito anos, a criança que faz seis anos até dezembro tem direito a entrar na primeira série do ensino fundamental, porque é bom para o Município, é mais fácil, é o Brasil real que estamos discutindo e não o Brasil fictício.

Sempre dou o exemplo da minha vida. Quando fiz o ensino fundamental na escola pública, Escola General Osório, em Ponta Grossa, tenho 54 anos e faz mais de 40 anos que entrei na escola, fiz o pré, completava sete anos em maio e entrei no pré fazendo seis anos em maio, e no primeiro ano entrei fazendo sete em maio e o meu irmão, que é mais novo do que eu quatro anos, entrou no pré fazendo seis anos em setembro. Ora, entendo que quando o Governo aumentou o ensino de quatro para cinco anos, ou de oito para nove, pegando o estado, ele transformou o pré em primeiro ano. Então, se naquela época uma criança podia entrar no pré fazendo seis anos em dezembro, é claro que ele pode entrar agora no primeiro ano, que é o antigo pré, fazendo seis anos no final de dezembro.

Por isso faço um apelo. Não estava preparado para este debate agora e achei que iríamos debater no ano que vem, se fosse o caso, porque é ruim para os municípios, é o Brasil fictício. Os municípios são entes da federação que têm poucos recursos e vão ter que bancar um ano a mais, somando a escola infantil e a escola fundamental, o que significa que eles vão demorar mais para incluir as crianças na educação infantil e as crianças pobres, que precisam da escola públicas, vão ficar mais tempo na história do Paraná sem estar na escola. Isso é o que acontece.

Para concluir, tenho tentado conduzir a bancada de acordo com os interesses do Paraná e de acordo com a visão de Governo que apoiamos - fiz assim durante todo o tempo hoje. Então, faço um apelo, de novo, ao Líder do Governo, para que retire esse projeto para não votarmos hoje ou então vamos votar a nossa emenda, que é melhor para o Paraná e para as nossas crianças.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Neste momento é 01h02. Chegou uma Sessão Extraordinária e eu acabei de receber o relatório da Sessão. Srs. Deputados, o que nós vamos votar aqui é seriíssimo!

Sr. Presidente, Sr. Líder do Governo, Deputado Romanelli, peço encarecidamente, em nome de milhares de famílias, a V. Exa. para retirar esse projeto. Esse projeto inclusive nós debatemos entre os líderes para que no ano que vem possamos discutir esse projeto. É muito sério o que estaremos votando, Srs. Deputados, a Justiça acabou de se manifestar, há dois dias atrás a Justiça se manifestou pela constitucionalidade, é lei federal, é direito adquirido das famílias poderem ingressar as suas crianças com seis anos incompletos no primeiro ano fundamental. Isso é direito, a Justiça já concedeu isso.

Srs. Deputados, precisamos pensar, refletir, precisamos atentar para uma lei importantíssima. Primeiro: a lei nacional já dá esse direito às famílias paranaenses, às crianças. Portanto, estou junto com o Deputado Péricles pedindo o apoio dos Srs. Parlamentares. A melhor opção,

Sr. Presidente, seria a retirada desse projeto. Precisamos retirar imediatamente de pauta o projeto em questão. Se não houver acordo, vou fazer um pedido, de mesa em mesa, para os Srs. Parlamentares, porque isso é inconcebível. A Justiça acabou de se manifestar, vamos contra a Justiça, que se manifestou anteontem com relação a esse tema. As crianças não podem ser discriminadas, não pode existir discriminação.

Srs. Deputados, mesmo à 01h05 estamos tratando de um assunto seriíssimo. Não tínhamos ciência de que esta matéria seria incluída na pauta extraordinária nesta madrugada de quinta-feira. Portanto, ou retiramos esse projeto para ser avaliado no próximo ano, era o correto, ou então, por favor, vamos votar contra o projeto de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Sr. Líder do Governo, estou pedindo encarecidamente como Parlamentar, como representante popular no estado do Paraná, por favor que o senhor retire esse projeto de pauta.

É o meu pedido, Sr. Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu pediria ao nosso Líder do Governo, Deputado Romanelli, para que retirasse da pauta essa matéria hoje. É uma matéria muito polêmica para a 01h10 da manhã nós estarmos discutindo. E a grande maioria das cidades do Paraná já está adotando esta política de colocar criança na sala de aula. O Deputado Péricles tem toda razão, é um estudioso nessa área, é o nosso Presidente da Comissão de Educação, não é hora de votarmos isso, no afogadilho, à 01h10 da manhã.

Tem liminar de Juiz já concedida, as cidades do Paraná, a grande maioria já estão tratando desse assunto, criança fora da sala de aula é criança que vai para as drogas, é criança que vai para o mal caminho, é criança que não está preparada.

Por isso eu pediria ao Deputado Romanelli: vamos retirar essa matéria, não é hora de discutir Educação à 01h00 da manhã, não estamos aqui brincando.

Lá em Ponta Grossa tem uma xerifona (sic) da Prefeitura que não quer implantar isso, e essa é a briga do Deputado Péricles, com razão, crianças estão nas ruas, Deputado Romanelli.

Eu pediria aos Deputados: vamos derrubar o Romanelli nessa aqui. Em respeito às crianças do Paraná, vamos derrubar esse negócio.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, quero falar para aqueles que me ouvem.

Apresentei esse projeto por solicitação da Secretaria de Estado da Educação. Para dar um exemplo, até hoje o sistema municipal de ensino de Ponta Grossa vive uma grave crise de correção de fluxo, por conta do que foi feito, em Ponta Grossa, uma implantação do ensino fundamental de nove anos para crianças que tinham cinco anos. E até hoje o problema é muito grave.

Quero revelar a todos a posição do Conselho Nacional de Educação: que a criança deve frequentar a primeira série inicial do ensino de nove anos quando tiver completado seis anos até a data do início do ano letivo. Essa lei é fruto da LDB.

Por outro lado, qual é a posição do Conselho Estadual de Educação, que é integrado por representantes dos mais variados segmentos da sociedade? É que a criança, para frequentar a primeira série do ensino fundamental de nove anos tem que ter completado seis anos até a data do ano letivo. Todos sabemos que a criança de cinco anos não tem maturidade para frequentar a primeira série. Não é o ensino público antecipado que resolve o tema de exclusão social. Sabemos que o país vai ter, a partir de 2010, educação infantil que vai tratar as crianças de quatro e cinco. Antes disso, dois, três e um é creche.

Não estamos aqui para cometer atos que podem ser contra a cidadania. O tema está sendo tratado por um projeto de lei para que possamos resolver de forma definitiva, através de um instrumento legal, um tema que tem sido tratado pela interpretação de cada um e não pelo profissionais da área da Educação. Quem é especialista, tem mestrado e tem doutorado na área da Educação, especialmente da educação infantil, sabe muito bem que a criança não está apta a frequentar o primeiro ano.

Quero dizer a V. Exa. que este projeto é para colocar um fim a esse verdadeiro pandemônio que é feito, muitas vezes, por Promotores de Justiça e Juízes e que acabam interferindo na questão da maturidade da criança.

Então, este projeto é um instrumento legal para resolver, de forma definitiva, aquilo que os especialistas, aqueles que entendem de Educação e que não fazem demagogia, querem para a área da Educação. Este projeto instrumento legal deste estado.

É isso, Sr. Presidente. Quero contar com o voto favorável de todos os Srs. e Sras. Parlamentares, independente se são da Bancada do Governo ou se são da Bancada da Oposição. O que está aqui a favor deste projeto é o bom senso e a legalidade de todos aqueles que legislam sobre Educação neste estado, neste país. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Sr. Deputado Pedro Ivo.

O SR. PEDRO IVO (PT)

Sr. Presidente, mais um confronto entre nós do PT. Eu queria colocar minha posição, Deputado Péricles. Nós divergimos nessa colocação, desde o início, com o Deputado Péricles. Eu estive presente em todos os encontros de educação infantil que tivemos no Brasil. Estive em Salvador, no Rio Grande do Sul, na Bahia, em Recife, em vários lugares, discutindo a educação infantil, quando da formação do FUNDEB, do novo Fundo da Educação que se substituiu pelo FUNDEF.

As autoridades da área da educação infantil, o UNICEF, os pedagogos, enfim, várias organizações internacionais condenam você colocar uma criança de cinco anos de idade numa escola regular, onde tem uma disciplina própria de uma escola regular, onde uma criança tem um horário de entrada, um horário de saída, tem uma carteira de adulto. Onde é o lugar da criança de cinco anos? Essa criança que tem uma idade menor tem que ter um espaço para brincar, curtir a vida, levar a vida que uma criança tem que ter, de lazer, de entretenimento, do horário do sono, do colchãozinho dela lá, do espaço de brincadeira. Não é numa escola regular, que tem uma disciplina de uma escola normal, de uma escola regular. Isso traz um trauma para essa criança.

Estou falando aqui com conhecimento, porque estive e participei de todos os encontros com organismos internacionais. Essa posição é defendida pela Universidade Federal do Estado do Paraná, por professores que são mestres e doutores. Tivemos várias Audiências Públicas no plenarinho desta Assembléia. Lotamos de professores de faculdades, de cursos de pedagogia, que compartilham com essa realidade. Aí podemos dizer assim: “Não, mas é melhor que a criança vá para uma escola regular, com uma disciplina de uma escola regular, do que ficar na rua!” Também não é verdade. O FUNDEB está pagando um valor por matrícula, que o Prefeito não tinha há tempos atrás. Muitos de nós que fomos Prefeitos não tínhamos esse recurso, e hoje o FUNDEB paga um valor por matrícula para o município que paga uma criança num centro de educação infantil.

Então, o espaço dessa criança de menor de idade, para que não se crie um trauma na vida dela, é no centro de educação infantil. Às vezes, o pai acha que está fazendo uma grande coisa em colocar a criança antecipadamente na escola. O espaço dessa criança é dentro de um centro de educação infantil, que tem toda uma dinâmica pedagógica diferenciada de uma escola regular. Ali não é espaço de aprender a ler e escrever. Ali é o espaço de lazer, de entretenimento, de brincadeira, do lúdico, de colocar uma criança num palco e ela apresentar um teatro, uma dança, uma música, a sociedade aplaudir. Isso é colocado dentro dela, que ela tem condições, que é capaz. Você eleva a auto-estima. É momento desse espaço, de você desenvolver princípios éticos de responsabilidade, de solidariedade, princípios políticos de direito, de dever, de cidadania. Por isso que é educação infantil.

Ensino fundamental é outra coisa. Você está ensinando um conteúdo pedagógico. Educação é muito mais profundo, é no centro de educação infantil que desenvolvemos a educação infantil.

Eu queria colocar essa discussão e dizer ao Romanelli que também concordo com o Péricles no sentido de que, talvez pela importância dessa matéria, que pudéssemos tirar esse projeto. Tiramos esse projeto. Proponho trazer autoridades dessa área, em nível internacional se for o caso, e vamos colocar aqui de um lado da tribuna e do outro, para que não cometamos uma injustiça.

A minha opinião é que não é viável uma criança nessa idade estar em uma escola regular, que tem uma disciplina de uma escola regular. Criança tem o seu momento de brincar, do lúdico, do lazer, do entretenimento, de desenvolver os princípios da auto-estima, responsabilidade, solidariedade, do direito, do dever e da cidadania. Isso se trabalha na educação infantil, com professores.

Hoje tem dinheiro no FUNDEB para se trabalhar isso, nas Prefeituras, quando no passado não tinha.

Era isso, Presidente.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Sr. Presidente, para justificar o meu voto?

(Assentimento)

Visto que há falta de creches no Paraná, acompanho o projeto do Péricles.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Pelo que compreendi da discussão desse projeto muito importante, é que vai atingir a vida de muitas crianças. Dá para adiar para o ano que vem e discutir nas primeiras Sessões. Pelo que o Deputado Pedro Ivo colocou, com muita propriedade e conhecimento de causa, ele que participou de diversas Audiências no Brasil inteiro, é que possamos adiar essa discussão. Já votamos tantos projetos no afogadilho! Esse, poderíamos discutir melhor, porque envolve as crianças e não temos um parecer técnico. Não tenho conhecimento técnico para votar um projeto desse.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Por gentileza, quero uma atenção dos Srs. Deputados, em especial do Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli. Não costumo fazer isso, mas concordo inteiramente com o projeto de V. Exa. O Deputado Pedro Ivo foi de uma felicidade incrível.

Em meu nome, agora, como Presidente desta Casa, acho que se votássemos esse projeto em fevereiro ao invés de votarmos à 01h30 da manhã, teríamos um ganho, em nível de responsabilidade, naquilo que estamos fazendo. Tenho certeza que todos nós nos encontramos em perfeitas condições físicas. Quanto mais se passou o tempo, as pessoas foram ficando mais ligadas do que estavam no início da Sessão.

Acho que teríamos que ouvir a Deputada Rosane Ferreira, os Deputados Plauto Miró, o Professor Luizão, para aí então votarmos. Não tenho dúvidas de que o senhor irá aprovar o seu projeto. Mas faço o apelo para que pudéssemos discuti-lo com calma na primeira semana de fevereiro, antes do início das aulas, do que votarmos agora. Não posso fazer mais do que isso, exatamente pelo adiantado da hora.

V. Exas. sabem quando começou a Sessão, como pedi para que economizássemos nas falas, nos discursos de despedida e de homenagem.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente?

(Assentimento)

Pouquíssimas vezes vi nesta Casa, V. Exa., respeitoso como sempre, nas prerrogativas de cada um de nós, no Plenário, patrocinar o que V. Exa. está patrocinando: a retirada, o bom senso nesse projeto. Parabéns, o PDT concorda com V. Exa. Poucas vezes vimos isso.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Acho que poderíamos até assumir o compromisso de que votaríamos na primeira semana de fevereiro.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Sr. Presidente, pela ordem.

Nós ficamos até 01h23 e há muito tempo atrás votamos uma reforma tributária importantíssima, duvidosa e contraditória. Temos, para limpar a ordem e a pauta deste ano, um projeto talvez de igual importância. Se não fizermos com uma reforma tributária estadual, minha sugestão e opinião pessoal, respeitando V. Exa., que votemos o projeto, limpemos a pauta e finalizemos o ano com uma pauta 100% completa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Tenho que reconhecer o seguinte: nesse caso, ainda no dia 10 de dezembro, o Conselho Estadual de Educação editou uma resolução tratando o tema exatamente nos termos desse projeto.

Temos que ter um instrumento legal que possa ser, de fato, respeitado por qualquer Juiz de Direito neste estado e resolver, de forma definitiva, o tema. E 1º de fevereiro é muito tarde. O projeto tem que ser votado hoje, por isso que quero que V. Exa. coloque o projeto em votação, para que possamos definir esse projeto ainda hoje, porque há urgência na votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Há sobre a mesa requerimento dos Deputados Péricles de Mello e Marcelo Rangel, solicitando a retirada do presente projeto por cinco Sessões.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Desculpe, Sr. Presidente, não cabe o requerimento em Comissão Geral. Só o autor pode pedir retirada do projeto. O Regimento é muito claro nesse tema.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputada Rosane Ferreira, para encaminhar

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, na verdade quando solicitei para que encaminhasse esse projeto, queria encaminhar pela retirada dele, que agora não cabe. Era a posição que eu queria defender.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Já que vamos votar o projeto, peço a atenção de V. Exas. para os Deputados que estão usando a tribuna.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Vou repetir. Quando pedi para encaminhar iria encaminhar pela retirada do projeto, porque acho que tínhamos que discutir mais profundamente. Como isso não foi possível, sou obrigada a encaminhar contra o projeto, Deputado Romanelli.

Não conheço a realidade da cidade de União da Vitória, onde o Deputado Pedro Ivo já foi Prefeito. Mas conheço a realidade de Araucária, de Contenda, de Colombo, de São José dos Pinhais, de Pinhais, dos municípios da região metropolitana. Conheço até um pouco da realidade do município de Curitiba e sei que, na última campanha, um dos problemas apontados pela Oposição ao Prefeito Beto Richa era o grande déficit que tinha de centros municipais de educação infantil. E um número imenso de crianças fora da instituição. E isso é a realidade de todos os municípios.

Um ensino de nove anos hoje, permite que possamos colocar crianças com cinco anos e um mês, cinco anos e dois meses, no ensino regular, no primeiro ano. Essas crianças vão deixar de estar nas suas casas trancadas, na rua ou sozinhas. Porque os CMEIs não absorvem essas crianças. Quando você tem um centro municipal, a prioridade é para o maternal, para os bebês, as crianças mais novas. E temos as crianças de cinco fora de qualquer proteção institucional. É essa a nossa realidade.

É óbvio que é difícil, é óbvio que temos os professores em alerta, preocupados, não sentindo-se preparados para atender essas crianças, mas isso podemos corrigir lá no nosso município, adequando, instrumentalizando, melhorando as estruturas das escolas e se preparando para receber essas crianças.

O que não dá é para ter uma política para quem tem dinheiro e uma política para quem não tem dinheiro. A criança que tem o pai com mais condições - estava conversando agora com o Deputado Cheida, que me falou - as crianças cujos pais têm mais condições financeiras, conseguem colocar na escola privada, Deputado, com cinco anos e três meses, com cinco anos e quatro meses, com cinco anos e cinco meses, e assim por diante. E quem não tem dinheiro, que depende da escola pública, fica fora da instituição.

Então, não é o ideal. Claro que o ideal é a fala do Deputado Pedro Ivo. Esse é o ideal, mas está fora da realidade que enfrentamos no nosso dia-a-dia, infelizmente, e eu lamento muito, muito por isso.

Então, quero encaminhar favorável ao Deputado Péricles por estas questões que enumerei, embora continue achando que o melhor a ser feito seria a retirada do projeto, para que pudéssemos conversar e discutir mais profundamente a matéria.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Um tema altamente discutido na campanha eleitoral para Prefeito na cidade de Ponta Grossa, onde o candidato contrário ao atual Prefeito reeleito alegava e afirmava que a Constituição do nosso país dizia que a criança poderia ingressar numa sala de aula não tendo os cinco anos completos.

E o Prefeito colocava aquilo que diz o Conselho Nacional de Educação e também o Conselho Estadual de Educação, que o aluno pode ingressar à sala de aula quando ele tiver seis anos completos, sendo no primeiro dia do ano letivo. Caso não tenho seis anos completos, ele não pode matricular-se.

Um tema que tomou conta da eleição do município de Ponta Grossa, a campanha eleitoral, e agora este tema toma conta do Plenário da Assembléia Legislativa.

O Deputado Romanelli tem o projeto tentando normatizar toda essa situação, um projeto que já foi encaminhado há bastante tempo nesta Casa, antes mesmo da eleição no município de Ponta Grossa, e agora a questão da discussão, pelo adiantado da hora, 01h30 da manhã, as pessoas já estressadas, cansadas, mas o tema aqui está, o Deputado Romanelli toma posição para que venha a ser votado no dia de hoje, e quero dizer, Deputado Romanelli, eu voto a favor do seu projeto, seguindo aquilo que diz o Conselho Nacional de Educação e também o Conselho Estadual de Educação, que o aluno pode matricular-se se tiver seis anos completos no primeiro dia de aula do ano letivo.

Então, eu sigo aquilo que diz o Conselho, porque com certeza os Conselhos são ocupados, têm suas posições ocupadas por pessoas qualificadas, e essas pessoas qualificadas, não é possível que estejam sugerindo a todo os brasileiros, a todas as escolas para que tomem um caminho que não é o caminho correto para os alunos.

Era esta a posição que aqui eu queria deixar, e infelizmente estou revendo a campanha eleitoral da cidade de Ponta Grossa no Plenário, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Professor Luizão.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é reconhecida uma matéria muito polêmica. Hoje as crianças da maioria dos municípios do Paraná estão sendo matriculadas completando seis anos, podendo se matricular no primeiro ano completando seis anos neste ano.

Esta não é uma matéria de interesse do Executivo, de forma explícita, embora o Líder do Governo afirme isso, mas se fosse não teria iniciativa do Romanelli e sim iniciativa do Executivo.

E eu lamento a intransigência do Deputado Líder do Governo nesta Casa, que diante de apelos dos Parlamentares e do próprio Presidente desta Casa que retirasse o projeto para que pudéssemos discutir melhor o tema, trazendo especialistas para esta Casa, fazendo Audiência Pública como foi feito com projetos importantes e polêmicos. Lamento, Deputado Romanelli, que V. Exa. não tenha ouvido o apelo, queira passar o rodo e queira, de uma forma abrupta, aprovar este projeto. Acho que não é um projeto simples, vamos hoje estar colocando numa situação muito delicada a maioria dos Prefeitos deste Paraná, milhares de crianças, com certeza, ficarão fora da creche e da escola, porque a maioria dos municípios não consegue absorver as crianças nas creches, então temos uma realidade de fato. Não é deste ano, nem do ano passado, já há alguns anos, em Pinhais o terceiro ano que as crianças que completam seis anos até o final do ano podem se matricular no primeiro ano e já estão matriculadas.

Veja a situação que vai ser criada no início do ano com a aprovação dessa lei: vamos ter que tirar as crianças. “Você está matriculado, mas não vai poder estudar mais. Agora, se tiver vaga na educação infantil, você vai, senão fica fora da escola”. Sabemos que a realidade, dos nossos municípios é essa: não tem vaga para todo mundo!

Então, a situação que o Pedro Ivo levantou aqui, Parlamentar que eu respeito muito, é do meu partido, é uma situação ideal. O Deputado Romanelli disse que uma criança que ainda não completou seis anos não tem maturidade para estudar no primeiro ano. Eu, como professor, discordo disso. Acompanho a Educação há muito tempo, talvez no tempo dele não tivessem maturidade, mas as crianças de hoje têm maturidade! Perguntem para 95% dos pais deste estado do Paraná se eles querem ficar esperando mais um ano para matricular suas crianças na escola.

Nós sabemos que existe um lobby das creches da educação infantil para que a criança fique mais um ano na creche e na educação infantil, mas sabemos que quem pode pegar uma educação particular vai continuar matriculando as crianças sem mesmo estar com seis anos completos. Agora, as crianças que dependem da escola pública, que é a grande maioria, vão ter que esperar, por conta da intransigência, eu afirmo isso, do Deputado Romanelli, porque poderíamos discutir melhor a questão, chegar num consenso, esclarecer os pontos positivos e negativos.

Só quero lamentar esse episódio. Não é questão de votar a favor ou contra, mas poderíamos retirar este projeto para discutir melhor. Não podendo fazer isso, eu defendo, nobres Parlamentares, para não criar um grande transtorno neste estado do Paraná, que nós votemos contra o projeto do Deputado Romanelli.

Obrigado.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É um tema extremamente apaixonante que eu, como Parlamentar, trabalho em mais de 60 municípios do estado e faço uma somatória das palavras do nosso amigo Pedro Ivo, do nosso Professor Luizão, do meu companheiro e Líder, Romanelli, do Professor Péricles, todos têm razão. Mas, na outra ponta temos que analisar o interstício entre a data do aniversário das crianças num somatório básico de 3/4 de todas as crianças que completariam seis anos no ingresso do seu primeiro ano de ensino fundamental, 3/4 dessas crianças ficariam fora da sala de aula. Estamos falando de cerca de 100 mil crianças por ano fora da sala de aula. Ou nós aumentamos a pré-escola, ou fazemos um acordo entre as datas de aniversários, porque a realidade de uma criança de cinco para seis anos de idade, de classe média, é uma realidade; a realidade dos bairros de Londrina, onde temos algumas favelas ainda, como tem em várias cidades onde trabalho, é completamente diferente. Onde as mães e os pais têm a certeza que a criança, além de ter a alimentação do seu dia-a-dia na escola, vai ter o cuidado de um professor ou de uma professora.

Acho precipitada esta votação, com todo respeito ao meu Líder, Romanelli, mas com a racionalidade de pai que sou, de patrocinador de centenas de crianças em ações educacionais, em dezenas de municípios, visualizo, Deputado Marcelo Rangel, que não é uma briga com Ponta Grossa, de forma nenhuma. Estou falando do estado inteiro, de todas as cidades do Paraná: Foz do Iguaçu, Maringá, Londrina, Araucária. Todos os município vão ter problemas. E esta votação, Sr. Presidente, que tem um sentimento de um momento talvez muito curto para uma discussão tão longa, aonde na paixão do nosso companheiro Pedro Ivo, que falou muito bem, que quanto mais a competência do Prefeito é demonstrada ao Ministério, mais recursos ele terá para construir os centros infantis nesse interstício em que a criança não ingressaria dentro do ensino fundamental.

Não vejo solução imediata, Deputado Chico Noroeste, vejo uma solução no mínimo para cinco anos a partir dessa votação, e aí sim podemos imaginar a obrigatoriedade para todos os Prefeitos terem condições, em seus centros infantis, no interstício da idade, entre cinco e seis anos, completando o raciocínio que os pais e mães têm.

Tenho certeza que ninguém vai acreditar que seu filho que sai da pré-escola, tendo o básico de uma leitura dinâmica entre um livro colorido e algumas primeiras letras e alguns primeiros números, que vão ter que deixar o seu filho fora da sala de aula, fora do convívio até dos alunos, oferecendo as ruas com toda certeza e absoluta razão pela racionalidade da economia brasileira. Se tivéssemos milhares de centros distribuídos, quicá Curitiba teria condições de absorver; quicá Araucária, a segunda maior economia, teria condições de absorver de imediato? Pinhais teria? Não têm condições de absorver.

Colombo teria, Deputada Beti? Campo Mourão teria? Não teria!

Por isso, peço ao Deputado Romanelli que retire o projeto.

Muito obrigado.

A SRA. BETI PAVIN (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, só queria me somar aos demais Deputados que se pronunciaram e pedir ao autor desse projeto, Deputado Romanelli, que o senhor repense dentro do seu estilo democrático. Porque pelo que todos perceberam a discussão ficou muito acirrada. Então, acho fundamental que tenhamos mais um momento, ano que vem, para que possamos debater isso com maior profundidade. E no meu entendimento, nós que já trabalhamos, sabemos que os municípios não têm a menor condição de ter centros de educação infantil para atender todas essas crianças.

Então, prefiro, com certeza, uma criança na sala de aula do que uma criança na rua. Por isso, peço ao Deputado Romanelli para levarmos para o ano que vem esse debate, essa discussão, para que possamos discutir conscientemente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero explicar ao Deputado Romanelli que pelo atropelo todo que tivemos, o Deputado Péricles tentou - eu consultei a Mesa aqui para verificar a veracidade, se bem que não precisava - tentou apresentar a emenda. Só foi permitido que ele apresentasse uma emenda depois que iniciasse a segunda discussão. Portanto, vou acatar a emenda do Deputado, nós vamos em Comissão Geral designar um Relator. Aí votamos a emenda; aí votamos o projeto.

Primeiramente vamos votar o projeto, ressalvada a emenda.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, quero dizer o seguinte: disse ali na sala, ainda há pouco, eu tenho V. Exa. como uma pessoa por quem tenho o maior respeito, penso que V. Exa. já tomou uma posição aqui em relação ao projeto anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Aliás, até declarei o meu voto, que não deveria fazê-lo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Mas veja só, V. Exa., nós iniciamos o processo de encaminhamento para a votação em segunda discussão, eu antes de ir a tribuna passei à Mesa e consultei V. Exa. e a assessoria o seguinte: existe alguma emenda de Plenário ao projeto? V. Exa. me respondeu: "Não, não há."

Nós estávamos encaminhando o processo de votação da segunda discussão. O projeto foi encaminhado por mim e por diversos outros Srs. e Sras. Parlamentares, a favor ou contra.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vou tentar me explicar: o que aconteceu - e que bom que está sendo televisionado - enquanto V. Exa., a Ordem do Dia estava sendo distribuída, naquela oportunidade o Deputado Péricles levantou-se - eu tenho que ser justo aqui e correto: "Eu quero apresentar uma emenda."

Quando recebeu a Ordem do Dia, aí sim em segunda discussão, pela maneira do adiantado da hora, a coisa foi correndo.

Já que chegamos a esse impasse, vamos receber a emenda, Comissão Geral, vou designar um Relator. O Relator vai apresentar o seu relatório, o seu voto, nós votamos e, depois, votamos o projeto. Mas inicialmente vamos votar o projeto, ressalvada a emenda.

Com a palavra o Deputado Dobrandino.

O SR. DOBRANDINO (PMDB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de apelar para o bom senso do Deputado Romanelli, dada a relevância desse projeto, nós vimos aqui todos os Parlamentares, e não é uma coisa de vida ou morte que tenha que ser hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O Deputado Romanelli alega que se votarmos em fevereiro ele não passa a vigorar a partir do próximo ano. Por essa razão ele quer que vote hoje.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Ele pode retirar o projeto, que é de autoria dele, e ter mais tempo para analisar, dada à relevância desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vamos votar o projeto e depois a emenda.

Está em votação o projeto. **Aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (**Pela Ordem**)

Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os Deputados que forem favoráveis ao projeto votam com a expressão SIM. Os Deputados que forem contrários votam com a expressão NÃO.

Vinte e três Srs. Deputados votaram com a expressão SIM.

Dezenove Srs. Deputados votaram com a expressão NÃO.

Está aprovado o projeto, artigo por artigo.

Há sobre a mesa emenda do Deputado Péricles. Convoco o Deputado Durval Amaral para que relate a emenda substitutiva.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

(**Lê emenda referente ao Projeto nº 300/07**). Institui normas para o ensino fundamental com nove anos de duração. Autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em discussão. Em votação a emenda.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (**Para Encaminhar**)

É muito importante uma coisa, alguns dados do Paraná. Nós temos pelo menos 270 municípios que já implantaram o ensino de nove anos. O único município que tem problemas para universalizar o acesso da criança aos 6 de dezembro é aquele que não implantou, porque se trouxer todas as crianças de uma geração de primeiro ano, ele vai ter que fazer mais salas de aula no primeiro ano.

Em Ponta Grossa, quando implantei, fui ampliando gradativamente até universalizar. Todos os municípios que já universalizaram não têm problemas, eles têm várias formas.

Isso é muito importante. Nós não podemos transformar uma discussão profunda que é a questão da inclusão social, da Educação enquanto processo social, restringir a Educação enquanto questão pedagógica. A criança não é criança só com cinco anos. Ela é criança até 10, 11 anos. A escola municipal é uma escola para crianças. E deve se adequar à idade que a criança entra na escola.

Não estou trazendo aqui a política de Ponta Grossa. Só lamento o Deputado Luiz Claudio Romanelli não conhecer a realidade da cidade que governei. E vem atacar meu Governo, dizendo que eu governei errado. Nós, em Ponta Grossa, criamos o ciclo de alfabetização, que não tinha reprovação. Ao término dos oito anos, terceiro ano, a criança tinha que saber ler e fazer as operações fundamentais. Depois entrava na quarta, quinta série. Nós criamos turma de reforço escolar para crianças que tinham dificuldades em aprender. Voltava para a aula. A turma da aceleração, que quando eu comecei a governar tinha crianças no primeiro ano, a criança mais madura, que repetiu o ano, poderia pular de ano.

Agora, o que estamos votando aqui é a inclusão social da criança, porque a criança de classe média já está incluída. E as famílias de classe média fazem questão de colocar seus filhos na escola, que eles não precisavam, porque têm creche pega, de boa qualidade. Quando faz seis anos até dezembro, a criança pobre fica sem creche, sem ensino municipal de educação infantil e sem escola, como disse o Deputado Cleiton Kielse.

Todos os Prefeitos, não é só de Ponta Grossa, Pinhais, o Padre Walter, de Apucarana, no ensino de nove anos, já está incluindo a criança, com exceção de Ponta Grossa, raríssimas exceções, que a Secretaria de Governo está diferente, a criança mais nova. É disto que se trata.

A Justiça está dando ganho de causa e pode derrubar esta lei, porque toda legislação feita, nacionalmente, diz que o ensino de nove anos, antes era de sete aos 14, passa a ser de seis aos 14. A legislação diz isso, o ensino que antes era dos sete aos 14, passa agora a ser dos seis aos 14. Só que daí alguns se apegam à idade de corte, dizendo que só tem seis anos quem faz seis anos até março. Mas não se apegam à idade término, que é 14. Dois terços de uma geração vão terminar com 15 anos o ensino fundamental. Daí ninguém fala que contraria a lei.

Este é o debate jurídico, esta sutileza da idade. Agora, o debate fundamental é que é bom inclusive para os Prefeitos, é a realidade brasileira. Um Prefeito não tem dinheiro nem para fazer creche. Eu governei a quarta cidade do Paraná e tinha 30 creches. Nenhum centro municipal de educação infantil em 2001. Nenhum! E qual a pedagogia da creche? Na creche pode ficar. São depósitos de crianças, aí ela pode ficar. Agora, ir para o ensino fundamental, que tem 100 anos de história no Brasil, tem avanços pedagógicos, vai se adequar à criança mais nova, na escola.

Eu citei meu exemplo, fiz o pré, fazendo seis anos até maio era o pré, ensino fundamental. Há 47 anos atrás, minha gente! Há 47 anos atrás, uma criança entrava no pré se fizesse seis até dezembro. E agora não pode entrar. O pré se transformou em primeiro ano.

Agora, tem o lobby das pedagogas ligadas à educação infantil que vão perder clientela, claro! Se a criança entrar mais cedo na educação fundamental, perde 2/3 de uma geração da clientela de educação infantil. Assim como tem creches em Curitiba que vieram pressionar, falar comigo para retirar a emenda, porque se a criança entrar mais nova no ensino fundamental, como elas não têm ensino fundamental vão perder 2/3 de uma geração na creche. É interesse econômico!

Agora, o interesse da criança é ser incluída na escola, num país como o nosso em que as crianças pobres não têm o que comer em casa. Pelo menos quando vão para a escola têm comida! A escola agasalha a família da criança. Quem foi Prefeito, quem foi Vereador sabe. A maioria foi. Sabem que a escola municipal é uma coisa linda, uma jóia preciosa. O carinho que as Diretoras têm, o carinho que os professores têm pelas crianças, tratam como se fossem seus filhos. E nós excluirmos milhares de crianças, como diz o Deputado Cleiton Kielse, porque algumas pedagogas, algumas, porque a minha Secretária é doutora em Pedagogia, respeitada no Brasil inteiro, defende intransigentemente esta posição.

Estive debatendo, com coragem, com o MAB, com o Interfóruns e nunca arredei da minha posição, porque é a posição da inclusão social da criança pobre no Brasil. E a Pedagogia tem que se adequar à criança. Hoje a Justiça

brasileira está dando ganho de causa, como deu no Paraná, obrigando inclusive em Ponta Grossa a Secretária a registrar as crianças que fazem seis anos até dezembro já no ano que vem.

Agora, vamos apresentar este projeto. Pode vir ação de inconstitucionalidade contra ele, na calada da noite, de última hora. Eu não consegui convencer nosso Líder a retirar o projeto. Eu apelo aos Srs. Deputados: vamos votar a favor da nossa emenda, a favor da criança pobre, aquela que não tem nada, a não ser uma escola para entrar, porque isto facilita, inclusive, que os municípios tenham mais recursos, depois, para a educação infantil e que possam um dia, dos nossos sonhos, todas as crianças pobres que precisam de escola, terem creche dos zero aos três anos, centro de educação infantil dos três aos cinco, e dos cinco aos seis, este *interregnum*, já o primeiro ano de educação infantil.

Faço um apelo para que não permita também que nossos jovens saiam mais tarde da escola, porque não terminam a escola. A evasão escolar é muito grande no ensino médio. Se nós atrasarmos um ano a escolaridade, essas crianças vão sair da escola com pressão social para trabalhar no mercado.

Essa questão é muito séria e muito profunda para ser discutida nesta hora, mas infelizmente a intransigência do nosso Líder nos obrigou a isso e rogo aos Srs. Deputados para que votem a favor da nossa emenda.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e senhores que estão me acompanhando às 02h.

Srs. Deputados, sou bem sincero a vocês ao dizer que não gostaria de estar aqui encaminhando, não gostaria de estar aqui me pronunciando sobre um projeto extremamente polêmico e que vai na contramão da Justiça. A Justiça se pronunciou anteontem e vai ter, com certeza, uma Ação de Inconstitucionalidade. Às 02h estamos falando sobre um projeto que eu não sabia que iria entrar na pauta nesta madrugada, senão iria pedir a V. Exa., iria pedir novamente ao Deputado Romanelli para que retirasse, para que no outro ano fosse analisado. Mas infelizmente estou aqui encaminhando.

Não gostaria, Srs. Deputados, inclusive de tomar mais tempo de V. Exas., os senhores que estão trabalhando desde às 14h e agora são 02h, mas o assunto é sério, o assunto é gravíssimo e estamos prestes a votar aquele que talvez seja o projeto mais polêmico da última Sessão, mais até que a minirreforma. É mais polêmico do que a minirreforma! Precisávamos ter Audiências Públicas, precisávamos debater e discutir aqui na Assembléia Legislativa através da Comissão de Educação, presidida pelo Deputado Péricles. Foi discutido na Comissão? Não. Teria que ter voltado para a Comissão.

Vou ler aqui, rapidamente, o que diz a Constituição. A Constituição é clara, a Carta Magna fala, e por isso é que vão derrubar na Justiça, pois a Constituição Federal é clara e outras deliberações posteriores são ilegais. Se a Constituição diz que a educação infantil vai até os cinco de idade e com cinco e um mês a criança deve ser matriculada no ensino fundamental de nove anos, isso está escrito na Constituição, não tem o que discutir. Quem não conseguir matricular o seu filho pode procurar o Ministério Público, pode procurar a Justiça.

Deputado Kielse, gostei muito do seu pronunciamento. Srs. Parlamentares, os senhores têm filhos, os senhores têm netos. Se o senhor tem um neto, o senhor o matriculou em uma escola particular ou em uma escola pública? Se matriculou em uma escola privada, particular, o seu filho tem direito a entrar com cinco anos, para completar seis anos no ano letivo. Isso é direito em todas as escolas particulares do Brasil. É direito! Agora, estamos discriminando os pobrezinhos, as pessoas mais humildes, as pessoas que não têm acesso ao ensino particular. Não, Senhores Deputados!

Com a voz quase embargada digo que isto aqui não tem a ver com eleição. Esqueçam eleição, gente! Isto aqui é para o estado do Paraná! A Assembléia é maior do que uma cidade, a Assembléia legisla não para uma cidade, seja Curitiba, Londrina, Maringá ou Ponta Grossa, mas para o estado inteiro! E se nós deixarmos do jeito que está e não aprovarmos a emenda do Deputado Péricles, vamos cometer o maior equívoco, a maior gafe! Estou falando e vou repetir: este projeto é mais polêmico do que a minirreforma, sem dúvida nenhuma.

Srs. Deputados, vocês vão ver o que vai representar a nossa decisão, às 02h da manhã trabalhando aqui, há mais de 10 horas, e discutindo um projeto como esse. Peço encarecidamente, como cidadão, não como Deputado, peço como pai, tenho uma filhinha também, pelo aos Srs. Parlamentares, como pai, que votem a favor da emenda para que possamos corrigir essa injustiça, por favor.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, V. Exa. está presidindo uma Sessão a esta hora que trata de assunto da maior importância, como todos os assuntos que vêm a esta Casa são importantes, mas este vale a pena ficar sem dormir, Sr. Presidente, porque estamos falando do futuro do Paraná, estamos aqui falando do futuro das crianças, e há preocupação sobre as crianças.

Sr. Presidente, eu fui Prefeito, e muitas mães diziam: “Prefeito, eu não tenho creche para colocar o meu filho. Não dá para o senhor dar um jeito, como Prefeito, lá no Espigão, lá no interior, de colocar a minha filha, minha criança na escola, ela tem cinco anos e pouco, mas é grande Prefeito, ela é inteligente, e quando o irmãozinho sai da escola e ela fica chorando porque

quer acompanhá-lo; e quando ele fica sozinho em casa ela não tem companhia, porque eu tenho que ir para a roça, tenho que ir lá para o Meleiro”. Eu era Prefeito e ouvia esse apelo, Presidente.

Olha, a minha neta, vai fazer seis anos em maio, ela vai ter que esperar um ano para chegar aos sete anos para entrar. Mas a minha neta está no Colégio Internacional, porque a mãe dela tem condições.

Enfim, o que nos traz a preocupação é sabermos se a preocupação do Deputado Romanelli é se o Governo do Estado não tem dinheiro para construir mais escolas. Agora, se o Governo do Estado nos trouxer aqui o gráfico: Olha, vai precisar construir mais tantas salas de aula, vai precisar contratar mais tantas professoras, e o estado do Paraná está quebrado, o estado do Paraná não teve uma arrecadação, superávit, de 1 bilhão e 300 milhões como teve este ano”. O estado do Paraná, segundo prova em contrário, este ano está devolvendo dinheiro para Brasília, ou então comprando ônibus, no apagar das luzes, porque não sabe o que fazer com o dinheiro da Educação.

Esta aí o projeto do Deputado Péricles, a emenda, que traz essa perspectiva das mães lá no interior. Porque Curitiba, aqui a propaganda é grande sobre creches, os empresários investem, constroem creches. Mas Romanelli, lá na nossa região, que você representa tão bem, aquela zona rural nossa não tem creche nas escolas, não tem com quem deixar as crianças. E qual é o crime? O crime, Sr. Presidente, é o Conselho de Educação do Paraná que está superado, ele está vivendo há 50 anos atrás, ele não sabe que as crianças, hoje, dormem assistindo desenho animado, eles não sabem a evolução que houve das crianças do Brasil e do Mundo, eles não sabem disso, eles estão achando que as nossas crianças não evoluíram.

Por isso, lamentamos que haja outras interpretações. Em países desenvolvidos, crianças de cinco anos estão na escola. Por que o Brasil vai penalizar nossas crianças? Porque o Conselho de Educação não abriu a janela e pôs a cabeça fora para olhar o mundo.

Os Anais desta Casa vão testemunhar que eu, Deputado Geraldo Cartário, fez aqui um empenho para que as crianças possam entrar na escola com cinco anos e pouco.

Muito obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Para Encaminhar)

Esse projeto, encaminhei ao Presidente pedindo que tirássemos de pauta. E o Presidente, com toda educação, pediu que retirássemos de pauta. Estou vendo que o projeto se transformou em um projeto polêmico.

Ouvindo os Deputados e consultando as pessoas que conhecem de Educação aqui nesta Casa, venho defender a emenda do Deputado Péricles de Mello.

Existem crianças que vão para a escola só por causa da merenda. Existe, no Brasil, isso ainda.

Foi aprovada aqui a reforma tributária e o Governo vai arrecadar mais dinheiro. Então, vai ter mais dinheiro para fazer escolas no ano que vem, se for esse o problema.

Quero pedir o apoio de todos os Deputado para votarem a favor das emendas do Deputado Péricles de Mello.

Por que na escola particular a criança pode ir e na escola pública não? está faltando caixa? Não, porque o Governo aumentou o imposto, vai arrecadar mais dinheiro e tem que investir nas crianças, sim.

Voto favoravelmente à emenda do Deputado Péricles de Mello.

Muitos estão falando que estão trabalhando desde as 14h, tem Deputado que chegou aqui 07h30 da manhã. Então, não se trabalha só quando está aqui dentro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Brevidade, Sr. Presidente. Tentarei ser breve.

O orçamento dos municípios, nos últimos quatro anos, em média, subiu 60%, principalmente na arrecadação do ICMS e contribuições. Também o estado não é diferente. O estado, hoje, tem mais de 300 obras de ampliações de escolas estaduais. Nos municípios, em parceria com o Ministério, é a mesma coisa, mas nada é mais eficiente do que uma legislação adequada, com prazo de adequação financeira, econômica e física.

Usando até um prefácio que fizemos com o Cheida. Em Londrina, para o ano que vem, vamos ter numa conta gráfica: de 500 mil alunos, 7 mil e 500 alunos fora de sala de aula, Deputado Péricles. Só nesse interstício. Só em Londrina. Em Curitiba, numa matemática, passaria de 14 a 15 mil alunos, Deputado Ney Leprevost, só em Curitiba. Numa somatória do estado, com 10 milhões, quase 11 milhões de habitantes, teríamos uma matemática de 100 a 150 mil alunos, em média, nesse interstício. Por isso, venho aqui dizer que vou votar favorável à emenda do Deputado Péricles. Quero dizer que não falta dinheiro para inclusão das crianças com cinco para seis anos, que não tenham completado seis anos até o dia do início das aulas.

Quero dizer que entrei com seis anos na escola, até que consegui aprender a ler e a escrever, e que meu filho entrou com dois anos e com três anos já estava a falar inglês. Hoje, ele fala muito melhor do que eu. Ele conversa e escreve em inglês. Hoje, ele fala muito melhor do que eu. Ele conversa e escreve em inglês, Deputada Beti. Eu não tive essa oportunidade. As crianças de hoje têm essa condição física, psicológica.

Se for realmente votada e retirada, não for aceita sua emenda, Deputada Péricles, tenho medo do espaço de tempo que a criança pode ficar na rua. Quantos traficantes podem adotar essa criança?

Quantas mães pedirão até sua demissão para irem ajudar suas famílias, novamente, em casa? Quantas crianças, que muito bem falou o Deputado Geraldo Cartário, que ficarão sem alimentação, durante este ano? Hoje, alimentação na escola pública é balanceada, tem nutricionista, tem dinheiro, tem merenda escolar, mas com certeza, as assalariadas, as bóias-frias, as mães que não estão me ouvindo, logo mais elas vão estar acordando para irem trabalhar no campo, terão seus filhos, talvez, cuidados por uma avó ou por alguém que faça a benesse.

Peço o apoio à emenda do Deputado Péricles. Raciocino como pai. Não como pai que precise deixar seu filho um ano fora da sala de aula, mas como um pai que sabe do sentimento de ter um filho podendo ser adotado por alguém que queria fazer o mal a ele e, quiçá, à sociedade inteira.

Seria isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, para encaminhar a votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, eu ouvi aqui os argumentos que foram expendidos pelos oradores que me antecederam. Eu espero, na verdade, que nesta noite possamos rejeitar a emenda que foi apresentada pelo Deputado Péricles de Mello. V. Exas. certamente não foram até a Mesa, muito provavelmente, e não leram a emenda, que diz que desfigura o projeto. O nosso projeto original diz que é a mesma decisão do Conselho Nacional de Educação, do Conselho Estadual de Educação, que fez recentemente um tema de ajuste de conduta com o Ministério Público, para que se acabe com a farra das liminares dadas por Juízes, que vão fazer política com uma questão gravíssima e séria que é a Educação.

O fato é que não se trata de vir nesta tribuna e fazer um discurso - é uma expressão que não gosto de usar - mas Deputado Cheida, V. Exa. nunca me viu nesta tribuna fazer demagogia. Quando falo em promover inclusão social, falo com uma base de uma sociedade sustentável.

A emenda apresentada pelo Deputado Péricles diz que terá direito à matrícula do primeiro ano do ensino fundamental de nove anos, a criança que completar seis anos até o dia 31 de dezembro do ano em curso. A grande maioria de V. Exas. é pai. Tenho quatro filhos e sei que uma criança de cinco anos não tem maturidade para poder frequentar o primeiro ano do ensino fundamental. Talvez uma ou outra criança, excepcionalmente, seja mais adiantada do que a outra, mas em regra não. Sabemos que 50% dessas crianças vão ter nascido depois do dia 30 de junho.

Se formos olhar a linha do tempo - não vou fazer com que V. Exas. se aborreçam aqui - V. Exas. vão ver que se a criança entrar com cinco anos, ela sairá do ensino fundamental com 13; se entrar no ensino médio com 14, sairá com 16 e imagino que vai fazer o vestibular com 16 para 17 anos. Sabemos que não há maturidade.

Não dá para fazer demagogia com uma coisa tão grave quanto a Educação. Os especialistas, todos aqueles que conhecem profundamente a Educação têm uma posição. Esse instrumento legal é importante para colocar um fim a esse descabimento que tem acontecido aqui no Paraná, por conta de um Promotor de Justiça e um Juiz - me desculpem a expressão, não é habitual eu usá-la - que começaram uma folia, uma farra que, de fato, levou a um grande prejuízo, porque não tem currículo adaptado. Não estamos falando em educação infantil, estamos falando em ensino fundamental de nove anos, que é uma inovação importante. Todos sabem que a criança entrava no primeiro ano do ensino fundamental de oito anos com sete anos e não com seis.

Exas., sabemos que o que está aqui em jogo é uma questão grave e complexa. Sou uma pessoa que, ao longo de minha vida, tenho me pautado em uma linha de coerência. Todos aqueles que votaram nessa votação importante, certamente vão votar novamente e fazer com que tenhamos um instrumento legal, que normatize o tema e que, de fato, prevaleça o bom senso e a opinião daqueles que realmente conhecem Educação, como fez o Conselho Nacional de Educação, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, como fez o Conselho Estadual de Educação e como é a posição da Secretaria de Estado da Educação. Sistemas municipais de ensino, cada um deles tem uma data de início do ano letivo.

Qual é a proposta do projeto? Que a criança terá matrícula assegurada no primeiro ano, quem fizer seis anos completos até a data do início do ano letivo. Com isso, a criança terá maturidade para poder, de fato, absorver todo o conhecimento. Inclusão social se faz com educação infantil, com a construção de creches, enfim, como de fato não é empurrando a fila ou retardando que você vai criar um diferencial.

Sr. Presidente, peço a todos para rejeitar a emenda apresentada pelo Deputado Péricles.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Está em votação a emenda.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)
Queria requerer chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Será procedida a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)
(**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Estamos em processo de votação. Os favoráveis à emenda do Deputado Péricles deverão votar com a expressão SIM. Os contrários com a expressão NÃO.

Quarenta e cinco Srs. Deputados presentes: 22 SIM; 20 NÃO; uma abstenção.

Está **aprovada** a emenda.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 375/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 675/08, que cria a 56ª Seção Judiciária com sede na comarca de Realeza, e adota outras providências. COM PARECERES DA CCJ e CF.

EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 375/08

Com fundamento no artigo 137 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, propõe-se a presente submenda substitutiva geral à emenda da Comissão de Constituição e Justiça, passando o projeto de lei a contar integralmente com a redação que segue:

“Art. 1º Fica a 56ª Seção Judiciária com sede na comarca de Realeza, integrada pelas comarcas de Salto do Lontra e de Capitão Leônidas Marques, alterando o anexo II, tabela 2, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03.

§ 1º A 28ª Seção Judiciária fica integrada pela sede, comarca de Francisco Beltrão e pela comarca de Dois Vizinhos.

§ 2º A 38ª Seção Judiciária fica integrada pela sede, comarca de Medianeira e pelas comarcas de Matelândia e São Miguel do Iguaçu.

Art. 2º Fica criado 1 (um) cargo de Juiz Substituto, de provimento efetivo, para a comarca de Realeza, alterando os anexos V e IX, tabela 1, da lei referida no artigo 1º.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) RENI PEREIRA

Apoiamento:

Douglas Fabrício, Durval Amaral, Marcelo Rangel e Augustinho Zucchi.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

Com emenda de Plenário sobre a mesa, o projeto irá à CCJ para o devido parecer.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, apenas registrando que todos votaram a favor na primeira votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Perfeitamente.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, apenas que na primeira votação é constitucionalidade.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 522/08, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública estadual o Instituto Internacional de Pesquisa e Responsabilidade Sócio Ambiental Chico Mendes - INPRA, com sede e foro no município de Quatro Barras. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 544/08, de autoria dos Srs. Deputados, que altera a Redação da Lei Complementar nº 120 de julho de 2007. COM PARECERES DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, para registrar voto.

Esse projeto é o projeto que prevê a aposentadoria dos Deputados. Quero registrar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com votos contrários dos Deputados Tadeu Veneri, Luciana Rafagnin, Rosane Ferreira, Professor Luizão, Douglas Fabrício e Beti Pavin.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, apenas registrando que todos votaram a favor na primeira votação...

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 549/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 269/08, que altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, com a criação de comarca e de seções judiciárias, e adota outras providências. COM PARECER DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 550/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 270/08, que altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, e adota outras providências. COM PARECER DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 469/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 930/08, que dispõe sobre a adequação dos valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, vinculados à Secre-

taria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, a partir de 01/10/08. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 129/08, de 03/11/08, em Ofícios).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 469/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, tem o objetivo de reajustar os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos, e geradores de pensão do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Estado no percentual de 11,98% a partir de 01/10/08, correspondentes à adequação nominal dos valores em decorrência de implementação de diferença relativa à conversão dos salários dos servidores em URV (Unidade Real de Valor).

Fundamentação

O projeto de lei em análise foi proposto pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e tem por objetivo reajustar os valores dos vencimentos de seus servidores.

Quanto à iniciativa do projeto, devemos observar que a Constituição do Estado do Paraná estabelece, em seu artigo 101, a competência privativa do Tribunal de Justiça para propor à Assembléia Legislativa a alteração da remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os artigos 39, parágrafo 4º, 150, II, 153, III e 153, parágrafo 2º, I da Constituição Federal;

Desta forma, não há óbice quanto a proposição, por parte do Tribunal de Justiça, de Lei Estadual com o objetivo de reajustar os vencimentos de seus membros, encontrando respaldo no artigo supracitado.

Devemos também observar que, de acordo com a Lei Complementar nº 101/00, toda ação governamental que acarrete aumento de despesa deve ser acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que tem adequação orçamentária e financeira com a lei anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos artigos 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes:

II - declaração do ordenador de despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. (grifos nossos)

O projeto de lei em análise traz, em anexo, a declaração de que as suas despesas apresentam a adequação de que trata o inciso II do artigo 16 da norma supracitada, bem como a estimativa do impacto orçamentário-financeiro de que trata o inciso I do mesmo artigo. Desta forma, não há óbice na Lei Complementar nº 101/00, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Além disso, cabe observar a Lei Estadual nº 12398/98 que estabelece que os benefícios recebidos pelo ParanaPrevidência serão custeados pelas verbas estaduais e que qualquer ato do Poder Público que venha repercutir financeira ou atuarialmente no custeio benefícios e serviços ou dos encargos administrativos da autarquia deve ter seu valor quantificado monetariamente, responsabilizando o estado pela devida cobertura:

Art. 82. Os benefícios previdenciários a que fazem jus os segurados inativos e pensionistas de que trata o artigo 29 serão custeados, com as verbas estaduais contempladas no referido dispositivo.

Art. 88. Serão realizadas avaliações atuariais dos Planos de Custeio Atuarial, pelo menos uma vez por ano, quando do encerramento do balanço anual da ParanaPrevidência, e nas quais serão estabelecidas as contribuições do estado e as receitas administrativas vinculadas.

§ 2º Qualquer ato dos Poderes Públicos que venha a repercutir financeira ou atuarialmente no custeio dos benefícios e serviços, ou dos encargos administrativos da ParanaPrevidência, terá o valor dessa repercussão quantificado monetariamente, sendo de integral responsabilidade do estado a respectiva cobertura.

Desta forma, considerando que o ParanaPrevidência é mantido com verbas do estado e que o projeto de lei em análise apresenta no seu anexo uma previsão detalhada do encargos ocasionados, constatamos que o mesmo não encontra óbice na Lei nº 12398/08.

Ainda, quanto a técnica legislativa, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que trata da elaboração das leis.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista sua constitucionalidade, somos pela aprovação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 17/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 541/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 1008/08, que extingue classes de cargos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário vinculado a Secretaria do Tribunal de Justiça e adota outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 541/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As classes de Agente de Conservação. Agente de Serviços Gerais, Ascensorista e Copeiro, do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça, constantes do anexo III, tabela I, da Lei nº 11719/97 e alterações posteriores, ficam extintas com a vacância dos cargos que as compõem.

§ 1º Os cargos integrantes das classes referidas no *caput* deste artigo serão transformados, por meio de lei específica, de acordo com as prioridades e necessidades da Administração.

§ 2º O processo de transformação será feito com indicação expressa do número da denominação e do valor, fixado em lei, do vencimento básico dos cargos a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 2º Ficam preservados aos ocupantes dos cargos mencionados no artigo 1º os direitos estabelecidos em lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Justiça.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/12/08.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO III		
TABELA 1		
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO		
	CARGOS	SITUAÇÃO ATUAL (Nº de Cargos)
GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO	Agente de Conservação*	143
	Agente de Serviços Gerais*	165
	Ascensorista*	22
	Copeiro*	16
	Motorista	151
	Telefonista	12
* Classes a serem extintas.		

JUSTIFICATIVA:

Em tempos de modernização e enxugamento da máquina administrativa, o estado, para cumprir com eficiência os seus desígnios constitucionais, tem mobilizado suas forças para a busca do desenvolvimento e aprimoramento de suas atividades-fim. Por outro lado, vem adotando a terceirização para o desempenho das atividades tidas como secundárias ou atividades-meio.

Diante desse contexto, e considerando a política de modernização do Poder Judiciário, pretende-se, com este projeto, extinguir determinadas classes de cargos consideradas atividades-meio, de forma a fortalecer as atividades-fim deste Poder.

Mais especificamente, serão extintas as classes de Agente de Conservação, Agente de Serviços Gerais, Ascensorista e Copeiro, todas integrantes, na estrutura da Secretaria deste Tribunal, do Grupo Ocupacional Básico.

Desse modo, o projeto ora apresentado estabelece, em seu artigo 1º, que as classes supramencionadas ficam extintas com a vacância dos cargos que as integram.

Por este dispositivo, deixa-se claro que o Tribunal não pretende mais prover os cargos dessas classes. Entretanto, isso não significa a imediata extinção dos cargos, porquanto o Tribunal optou pela transformação destes.

Nesse sentido, o parágrafo 1º prevê que os cargos vagos serão transformados por meio de lei específica e de acordo com as prioridades e necessidades do Tribunal.

Deve ficar esclarecido que o Tribunal tem por objetivo transformar somente os cargos vagos, ficando preservado os direitos dos atuais titulares.

Certo, também, que o aludido dispositivo assegura ao Tribunal a possibilidade de transformar os cargos vacantes quando julgar conveniente e oportuno. Logo, esses cargos permanecerão nessa condição até que lei de iniciativa deste Poder venha transformá-los.

Na seqüência, o parágrafo 2º apenas estabelece que a transformação será feita com a indicação do número, da denominação e do valor dos cargos. Veja-se que tais

requisitos são básicos nos processos de criação, extinção e transformação de cargos.

Ressalta-se que na transformação há a extinção do cargo anterior e a criação de novo cargo. Nessa esteira, fica evidente que para a realização de tal operação é indispensável o nome, a quantidade e o valor dos cargos (estabelecido em lei) que serão extintos para posterior cálculo do número de cargos que se deseja criar.

O artigo 2º assegura, expressamente, os direitos dos atuais detentores dos cargos das classes supramencionadas, reforçando a afirmação que somente aqueles que vagarem é que serão transformados.

Por fim, resalto que o presente projeto não ocasionará qualquer aumento orçamentário.

É a exposição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 541/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, tem por objetivo extinguir as classes de Agente de Conservação, Agente de Serviços Gerais, Ascensorista e Copeiro do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, constantes na Lei nº 11719/97, com a vacância dos cargos que a compõem.

Fundamentação

Inicialmente, constatamos que a Constituição da República assegura, em seu artigo 96, II, b, a competência privativa dos Tribunais de Justiça para propor ao Poder Legislativo a criação de cargos que lhe forem vinculados:

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observando o disposto no artigo 169:

b) a criação e a extinção de cargo e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver; (grifos nossos)

No mesmo sentido, a Constituição Estadual do Paraná estabelece, em seu artigo 101, I, b:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observando o que dispõem os artigos 39, parágrafo 4º, 150, II, 153, parágrafo 2º, I da Constituição Federal; (grifos nossos)

Desta forma, fica clara a competência do Tribunal de Justiça para iniciar o processo legislativo no caso em análise, uma vez que trata justamente da extinção de cargos previstos na Lei nº 11719/97, que dispõe sobre o Quadro dos Servidores do Poder Judiciário e são de autoria do próprio Tribunal de Justiça.

Cabe observar ainda que o projeto em tela não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de legalidade e constitucionalidade opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 551/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 045/08, que objetiva autorizar o Poder Executivo Estadual, por intermédio do Paraná turismo, a fazer a concessão de direito real de uso, a título precário e gratuito ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, do imóvel constituído pelo lote nº 01, da quadra nº 15, situado na zona "D" da cidade, município e comarca de Foz do Iguaçu. COM PARECER DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 156/08, de 17/12/08, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 551/08

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo a Concessão de Direito Real de Uso, a título precário e gratuito, ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC/PR, de imóvel localizado na Cidade de Foz do Iguaçu.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 4035, de autoria do Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 005 e 391/08.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 300/07 e 522/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 469, 541 e 551/08.

Levanta-se a Sessão.

